

RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



GRUPO DE TRABALHO
DA SOCIEDADE CIVIL
PARA AGENDA 2030

EXPEDIENTE

Este é um trabalho coletivo, de autoria do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030

ORGANIZAÇÃO

GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero
IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade

TEXTOS

ACT Promoção da Saúde
Action Aid Brasil
Agenda Pública
Artigo 19
Casa Fluminense
Cineclube Socioambiental “EM PROL DA VIDA”
Coletivo Memórias do Mar
DATAPEDIA
FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FOAESP – Fórum de ONG/AIDS de SP
Fundação Abrinq
Fundação Grupo Esquel Brasil
GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade
Instituto Igarapé
Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas
Parceria Brasileira Contra Tuberculose - STOP TB Brasil
Plan International Brasil
RNP+Brasil – Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS
Programa Cidades Sustentáveis.

EDIÇÃO

Artigo 19
GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero
IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade
Impakktus | Ekantika

PROJETO GRÁFICO, INFOGRÁFICOS E DIAGRAMAÇÃO

Claudia Inoue, Mariana Coan e Pamela Santana

PATROCÍNIO

Delegação da União Europeia no Brasil
Fundação Friedrich Ebert

APOIO

Artigo 19
Leaving No One Behind – Action For Sustainable Development Campaign
Impakktus | Ekantika
Open Society Foundations

<https://brasilnaagenda2030.org>



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada.

SOBRE LUZES E SOMBRAS	8
O GRUPO DE TRABALHO DA AGENDA 2030.....	11
NOSSOS PRINCÍPIOS	13
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA MÚSICA AINDA SILENCIOSA	14
OBJETIVO 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA	19
OBJETIVO 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	37
OBJETIVO 3: SAÚDE E BEM-ESTAR	61
OBJETIVO 5: IGUALDADE DE GÊNERO.....	87
OBJETIVO 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	105
OBJETIVO 14: VIDA NA ÁGUA	125
OBJETIVO 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	144
ESTUDO DE CASO	167

SUMÁRIO

LISTAS DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
 Acordo TRIPS – ver TRIPS
 AEB – Agência Espacial Brasileira
 AFRMM – Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante
 Agenda 2030 - Conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável, adotada em 2015.
 Agenda 21 – documento lançado na ECO92/Rio92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que sistematiza um plano de ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.
 AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
 AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida
 AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
 APP – Área de Preservação Permanente
 ASA – Articulação do Semiárido
 ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático
 ATER – Assessoria Técnica Rural
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 BPC – Benefício de Prestação Continuada
 BrOA - Rede de Pesquisa Brasileira em Acidificação dos Oceanos
 CadÚnico – Cadastro Único
 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CAR – Cadastro Ambiental Rural
 CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
 CDH – Conselho de Direitos Humanos da ONU
 CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
 CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
 CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 CIDE – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
 CIT – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 CLT – Consolidação dos Direitos do Trabalho
 CMP - Conservation Measures Partnership (Aliança para Medidas de Conservação)
 CNCFlora – Centro Nacional de Conservação da Flora
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CO2 – Dióxido de Carbono
 COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
 COI – Comissão Oceanográfica Intergovernamental
 CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
 CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (antiga Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos)
 DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
 DCE1 – Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores

DHESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
 DNT – Doenças Não Transmissíveis
 DPA – Diretrizes de Pesca Artesanal
 EBIA – Escala Brasileira de Segurança Alimentar
 EIA – Estudo de Impacto Ambiental
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ENDEF – Estudo Nacional da Despesa Familiar
 ESF – Estratégia Saúde da Família
 FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
 FfD – Financing for Development (Financiamento ao Desenvolvimento)
 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
 FOE – Fundo de Operações Especiais
 GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)
 GEE – Gás de Efeito Estufa
 GOOS - Sistema de Observação do Oceano Global
 GT – Grupo de Trabalho
 GtCO2e – Toneladas de Gás Carbônico Equivalente
 HIPC – Heavily Indebted Poor Countries (Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados)
 HIV – Vírus da imunodeficiência humana
 HPV – Vírus do papiloma humano
 IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico
 ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
 IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
 II – Imposto sobre Importação
 IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
 IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
 INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 IOCARIBE – Subcomissão da Comissão Oceanográfica Intergovernamental para o Caribe e Região Adjacente
 IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (anteriormente conhecido como imposto sobre operações financeiras)
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
 IST – Infecções sexualmente transmissíveis
 LAOCA – Rede Latino-Americana de Acidificação dos Oceanos
 LBT – Lésbicas, bissexuais e transexuais
 LGBTTI – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênero e intersexuais
 LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MARPOL – Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios
 MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
 MDRI – Multilateral Debt Relief Initiative (Iniciativa Multilateral para Alívio da Dívida)
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MEC – Ministério da Educação
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
 MPE – Micro e Pequena Empresa
 MRE – Ministério das Relações Exteriores
 MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NBD – Novo Banco do Desenvolvimento
 NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 OCEATLAN – Aliança Regional em Oceanografia para o Atlântico Sudoeste Superior e Tropical
 ODA – Assistência Oficial para o Desenvolvimento
 ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OMC – Organização Mundial do Comércio
 OMS – Organização Mundial da Saúde
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORGP – Organizações Regionais de Gestão de Pesca
 OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
 P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
 P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PAP – Plano Agrícola e Pecuário
 PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
 pH – Potencial Hidrogeniônico
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIS – Programa de Integração Social
 PL – Projeto de Lei
 Plano ABC – Plano de Agricultura de Baixo Carbono
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
 PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher

PNE – Plano Nacional de Educação
 PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
 PNPMM – Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
 PNSN – Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição
 POF – Pesquisa de Orçamento Familiar
 PPA – Plano Plurianual
 PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
 PPG-Mar – Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciência do Mar
 PPI – Programa de Parcerias de Investimentos
 PPP – Parceria Público-Privada
 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
 PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
 PROUNI – Programa Universidade para Todos
 PSI – Programa de Sustentação do Investimento
 RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
 Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, no marco dos 20 anos da ECO92/Rio92.
 RSI – Regulamento Sanitário Internacional
 SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
 SDH – Secretaria de Direitos Humanos
 SEADE, Fundação – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
 SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa
 SESu – Secretaria de Educação Superior
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SICONV – Sistema de Convênios
 SINPESQ – Sistema Nacional de Informações de Pesca e Aquicultura
 SISGen – Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético
 SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
 SM – Salário mínimo
 SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
 SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Porto de Suape)
 SUS – Sistema Único de Saúde
 TEC – Tarifa Externa Comum
 TFM – Mecanismo de Facilitação Tecnológica
 TI – Tecnologia da informação
 TPP – Parceria Transpacífico
 TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
 UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
 UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
 UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
 USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
 USD – Dólares Estadunidenses
 WSAO – Oceano Atlântico Sudoeste
 ZEE – Zona Econômica Exclusiva



SOBRE LUZES E SOMBRAS

Brasil enfrenta um turbilhão de tensões ao mesmo tempo em que se prepara para apresentar seu I Relatório Nacional Voluntário da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião do Fórum Político de Alto Nível da Organização das Nações Unidas. O fórum, cuja edição 2017 ocorre no mês de julho, é responsável por acompanhar os avanços e desafios nacionais na implementação da resolução A/1/70, *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, que estabeleceu dezessete grandes obje-

tivos a serem alcançados por todos os países signatários até 2030.

Esta publicação é a versão-síntese¹ do Relatório-Luz do *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 – GTSC A2030*, construído de forma colaborativa por diversas organizações, focando nos sete objetivos que serão tema da edição deste ano do fórum. Os resultados são extremamente preocupantes diante dos desafios de erradicar a pobreza e eliminar a fome, assegurar a inclusão socioproductiva, garantir uma vida saudável, alcançar a equidade de gênero, construir in-

fraestrutura resiliente e acessível a todas as pessoas, promover industrialização inclusiva e sustentável, estimular a inovação e proteger os ecossistemas marinhos.

Em um contexto de múltiplas crises, fica evidente a distância que nos separa das aspirações da Agenda 2030. Testemunhamos a expansão de forças retrógradas que atuam na contramão do desenvolvimento sustentável, enquanto todos os esforços da classe política estão canalizados para minimização dos escândalos de corrupção que corroem o sistema político partidário nacional.

Os dados analisados refletem um processo de negligência do bem público em nome da manutenção do status quo e de desmonte das políticas voltadas à promoção da dignidade, redução das desigualdades, efetivação de direitos humanos e sustentabilidade socioambiental, frutos de décadas de construção e conquistas da sociedade.

Há uma desconfiança generalizada em relação à classe política, à justiça e aos poderes Executivo e Legislativo. Pactos nada éticos são revelados ao conjunto da população, impactando fortemente a confiança nas instituições democráticas e impressionando pela grande quantidade de autoridades articuladas em intrincadas redes de corrupção, em todos os níveis da federação.

Neste ambiente caótico, avançam legislações e normas explicitamente na contramão dos ODS, ao minarem mais ainda os sistemas de saúde, educação e seguridade social; contribuir para o desemprego e trabalho indigno; afetarem avanços nos campos da segurança alimentar, na justiça social e ambiental e desconstruírem conquistas básicas nos campos dos direitos humanos, inclusive dos direitos sexuais e reprodutivos. As populações em maior situação de vulnerabilidade e o meio ambiente são, naturalmente, os

maiores prejudicados, como comprovam, por exemplo, os ataques sem trégua às mulheres, aos jovens, às populações LGBTI, negra, quilombola e indígena (de todas as idades), à legislação do licenciamento ambiental e às unidades de conservação.

Esse cenário, de maneira alguma, indica um modelo de sociedade sustentável. Por isso, é com muita preocupação sobre o futuro que olhamos o Brasil pós-2015 e insistimos que, depois de tantas resoluções endossadas nos últimos trinta anos, o país exige novas narrativas. Agora, diferente do passado, aprendemos o que precisa ser feito. Os compromissos assumidos tanto no âmbito da ONU quanto internamente já poderiam ter sido alcançados caso as políticas e legislações, em todas as esferas da Federação, os tivessem levado a sério e caso não tivéssemos tantos representantes que se beneficiam de um sistema eleitoral corrompido e que pouco contribui para nossa evolução civilizatória.

Poucos foram os passos dados para a implementação dos ODS no país. Sob o ponto de vista da governança da Agenda 2030, um deles, potencialmente fundamental para sua implementação, foi a criação da Comissão Nacional dos ODS em 2016, uma das reivindicações do GTSC A2030. Ressaltamos, como aspecto positivo, que temos o único (até o momento) mecanismo da região latino-americana com representação paritária entre governo e sociedade civil e, certamente, este é um espaço no qual cobraremos resultados. Paralelamente, também foi estabelecida uma Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS, também a partir de demanda de organizações da sociedade civil, com o objetivo de discutir e propor medidas que reforcem os meios de implementação da agenda. A criação de comissões ou frentes parlamentares para os ODS, porém, jamais será suficiente enquan-

1. A versão completa do Relatório-Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 – GTSC A2030 poderá ser acessada no link <http://brasilnaagenda2030.org>.

to faltar transparência, acesso à informação, participação real da sociedade civil, regulação e monitoramento de áreas fundamentais. A realidade é que carecemos de efetivos mecanismos de prestação de contas pelos governos e que hoje a maioria dos Conselhos de políticas no país encontra-se em crise, enquanto defensores de direitos são mortos e a violência institucionalizada se agrava.

O Brasil que apresentará seu relatório sobre a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na ONU é, portanto, um país que retrocede em conquistas fundamentais, imerso em uma crise política sem precedentes. Um imenso pavio de pólvora onde forças conservadoras ganham espaço nos poderes Executivo e Legislativo, impondo os interesses privados e setoriais, tais como as bancadas religiosas, de fabricantes de armas e

municações e de ruralistas.

Mas o Brasil que a sociedade civil acredita ser possível – e por ele atua – é um país com lideranças éticas e comprometidas com o bem comum e com um sistema político que colabore para a adoção – por governos, organizações e movimentos da sociedade e setor privado – de princípios estruturantes que permitam a transição para modelos de desenvolvimento onde haja convivência pacífica entre as pessoas, com relações socioeconômicas e ambientais sustentáveis e justas. Sabemos que sair da nossa cultura de privilégios para uma cultura de justiça socioambiental e equidade, pelo caminho da democracia, nos exigirá mudanças profundas, mas esperamos que as recomendações apresentadas neste relatório ponham luz sobre alguns dos caminhos possíveis e urgentemente necessários.



GRUPO DE TRABALHO DA AGENDA 2030

O GTSC A2030 é composto de organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns e fundações brasileiras. O grupo foi o resultado do encontro entre organizações que estavam acompanhando a agenda pós-2015 e seus desdobramentos. Inicialmente facilitado pela Abong – Associação Brasileira de ONGs em defesa de

direitos e bens comuns – e pela Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, o GT foi formalizado em 2014, ainda durante as negociações da Agenda 2030.

Desde então tem atuado no seguimento da implementação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, focando ainda no acompanhamento

Brasil, Junho 2017

Alessandra Nilo (Coordenadora Geral da Gestos)

Fabio de Almeida Pinto (Coordenador Executivo do Instituto Democracia e Sustentabilidade)

Pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 – GTSC A2030

da Agenda de Ação de Adis Abeba e buscando alinhar posições com setores progressistas da sociedade civil que seguem a agenda de Clima.

O GT tem hoje mais de quarenta participantes de diferentes setores e incide sobre o Estado brasileiro e organizações multilaterais, especialmente a Organização das Nações Unidas, visando à garantia e à promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e a superação das desigualdades. Atua nos espaços global e local, articuladamente, de forma a contribuir para:

- Promover e qualificar a participação de organizações da sociedade civil brasileira em espaços de controle social, fortalecendo sua vocação de incidência e monitoramento das políticas internacionais, nacionais e subnacionais;

- Mobilizar a atenção da sociedade para a importância do conteúdo dos ODS na formatação do modelo de desenvolvimento internacionalmente acordado, e seu impacto sobre as agendas locais e territórios;

- Reunir, analisar e produzir conteúdos sobre a Agenda 2030 para incidir sobre o processo de implementação dos ODS junto ao governo brasileiro nos níveis nacional e internacional;

- Monitorar e manter-se engajado no sistema das Nações Unidas, buscando participar e incidir sobre os processos relacionados à implementação da Agenda até 2030.

- Promover o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e injustiças e o fortalecimento da defesa de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em espaços globais de tomada de decisão.

NOSSOS PRINCÍPIOS:

As organizações, redes ou movimentos vinculados ao GTSC A2030, tem como missão a defesa de direitos e bens comuns, ou seja, aqueles de cujo benefício não podem ser excluídos qualquer membro da coletividade. O GTSC w2030 se pauta pelos seguintes princípios:



IGUALDADE:

porque nos opomos à todas as formas de desigualdades, entre pessoas, grupos ou países, sejam elas de origem econômica, política, social, étnica ou racial, geracional, territorial, cultural, religiosa, de identidade de gênero e orientação sexual.



DIVERSIDADE:

por entendermos que a diversidade não se opõe à igualdade, pelo contrário, são conceitos complementares e interligados sob a perspectiva da diferença.



SOLIDARIEDADE:

trabalhamos coletivamente e cooperativamente, superando a concorrência, a exploração e as relações hierarquizadas.



RESPEITO À PLURALIDADE:

reconhecemos e respeitamos a diversidade de opiniões, modos de vida e de posições políticas como legítimas manifestações do ser plural da humanidade e da complexidade da sociedade.



AUTONOMIA:

atuamos em total autonomia frente ao Estado, aos governos, às Igrejas e aos partidos políticos.



TRANSPARÊNCIA:

trabalhamos promovendo o acesso às informações sobre a Agenda 2030, compartilhando informações.



CONFIDENCIALIDADE:

as informações tratadas como confidenciais, pelo grupo, não podem ser divulgadas sem autorização da autora(s) do conteúdo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA MÚSICA AINDA SILENCIOSA ¹

Com a aprovação da Agenda 2030, as reflexões sobre a atual estrutura insustentável de desenvolvimento humano que ainda predomina na maioria dos países tomam cada vez mais espaço na agenda de movimentos sociais em todo o mundo. Mais setores, ao se apropriarem da Agenda, concordam que o futuro do planeta requer abordagem integradora, para além do reconhecimento das várias dimensões do desenvolvimento que, aliás, não são apenas as econômica, social e ambiental, mas incluem também a cultural, a institucional e a da democracia. Integrar exige consolidar valores, mecanismos e critérios que, tendo em vista os requisitos, limites e oportunidades de cada uma dessas dimensões, nos permitam promover o objetivo geral e subjacente da agenda da sustentabilidade: dignidade para todas as pessoas, sem distinção de qualquer tipo, em sociedades justas, equitativas e democráticas, coexistindo em um planeta ambientalmente saudável e pacífico.

Para entender como chegamos neste momento, no qual o GTSC para Agenda

2030 apresenta seu primeiro Relatório Luz do Brasil, construído coletivamente a partir de articulações com dezenas de redes, fóruns e organizações de diferentes setores, é importante lembrar que chegamos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depois de muitos passos nos últimos trinta anos, desde o Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, marco da formulação do desenvolvimento sustentável, a Rio-92 (notadamente com a Agenda 21, um robusto pacto para a gestão participativa da transição para sociedades sustentáveis antes do início do Século XXI); a Cúpula de Desenvolvimento Social em Copenhague e todo ciclo de conferências sociais da ONU dos anos 90; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e várias resoluções., inclusive a elaboração, há 15 anos, do Plano de Implementação de Johannesburgo, até chegar, em 2012 na Rio+20 com o documento “O Futuro que Queremos”, a base mais recente da Agenda 2030.

Alguns desses passos deram frutos: por exemplo, centenas de iniciativas de Agen-

das 21 locais, de projetos associados aos ODM, de incorporação de agendas de equidade, gênero e de direitos, bem como de fortalecimento de temáticas socioambientais engajaram organizações da sociedade civil e autoridades, com resultados concretos, notadamente quando se trata de formas participativas de conduzir as discussões sobre desenvolvimento humano. Entretanto, ainda persistem os desafios para que as políticas públicas contemplem efetivamente as demandas que garantem um desenvolvimento sustentável, assim como persistem os desafios para que o setor privado transforme suas práticas insustentáveis em relação à integridade ambiental, justiça social e inclusão econômica e observância de direitos fundamentais. A partitura do Estado Democrático de Direito e Sustentabilidade Socioambiental ainda não repercutiu de fato na governança. Por isso ainda precisamos, trinta anos depois, reiterar a necessidade de enfoques integrados, de encontrar mecanismos e indicadores para superar a inércia e obstáculos que, no Brasil, seguem impedindo a efetivação de tantos acordos e fazem com que a implementação de agendas de desenvolvimento sustentável seja apenas a composição de uma música silenciosa.

Em 2017, no entanto, a crise climática, as crises humanitárias associadas à pobreza – mortalidade por falta de saneamento, fome ou alimentos contaminados – aos refugiados de guerra e da degradação ambiental, da violência de gênero, entre outros desafios, exigem, principalmente dos governos e parlamentos, urgência para concretização da potencial alegria da música, digo, da utopia realizável de sociedades sustentáveis. Uma agenda centrada nas pessoas, os Objetivos de Desenvolvi-

to Sustentável têm como princípio *não deixar ninguém para trás*, o que exige do Brasil um olhar aprofundado para as nossas desigualdades internas, que começam nos territórios e perpassam gênero, raça, renda, origem, religião, entre muitas outras desigualdades. Exige uma análise crítica das diferentes realidades que coexistem neste território e a consequente implementação de ações e políticas públicas focadas na redução dessas desigualdades. Opções que prolonguem o silêncio das vítimas da poluição e da miséria humana devem ser descartadas e o caminho a seguir está claro para quem não nega a realidade e consegue, com nitidez, enxergar um futuro, a saber, entre outros aspectos:

Resiliência. Incorporada a vários ODS, exige que o Brasil aprimore e desenvolva indicadores e mecanismos que permitam a avaliação e monitoramento dinâmico dos impactos de políticas e atividades humanas sobre a capacidade de suporte, as funções e os bens dos ecossistemas, sobre a biodiversidade, sobre a redução da desigualdade de tal forma que nos permitam, com base nos princípios de precaução e de prevenção, realizar ajustes e transformações econômicas, sociais, institucionais e culturais para que não haja perda da resiliência dos sistemas humanos e naturais.

A insuficiência de indicadores de resiliência exige, como contrapartida, o fortalecimento de mecanismos de transparência e prestação de contas, essências para a boa governança e para que as decisões sejam condizentes com a salvaguarda dos bens e processos ecológicos que permitem a sustentabilidade social e econômica. Mas tais mecanismos devem ir além de relatórios voluntários de governos, empresas ou sociedade civil: pre-

¹Este texto é uma versão resumida do documento “Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma música ainda silenciosa”, de autoria de Rubens Harry Born, da Fundação Grupo Esquel Brasil, que foi elaborado por ocasião do 1º Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, em abril de 2017, como uma reflexão autoral para suscitar debates sobre a “Dimensão Ambiental no Desenvolvimento Sustentável”, tema da Mesa 3 da Sessão de Diálogos naquele Fórum. Portanto, não necessariamente reflete perspectivas de todas organizações do GT.

²A capacidade de escolher políticas sustentáveis requer que as dimensões ecológicas das políticas sejam consideradas ao mesmo tempo que as econômicas (...) e outras dimensões – nas mesmas agendas e nas mesmas instituições. Este é o principal desafio institucional dos anos de 1990. Nosso Futuro Comum, Comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

³<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>

⁴<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>

cisam incluir a produção e a disponibilização ativa de informações e análises que garantam aos destinatários das políticas públicas, nosso povo, participar dos processos de tomada das decisões, de maneira democrática e com informação qualificada para os participantes. O dever de informar, inclusive sobre os desafios e problemas, é premissa que deve ser respeitada por todos.

Neste sentido, é fundamental assegurarmos os direitos de acesso à informação, à participação e à justiça, substantiva ou instrumental, como reconhecidos no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, acordo que precisa ser concluído para nos ajudar na implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, apenas para citar dois exemplos. Importante reiterar que os direitos de acessos têm caráter substantivo e instrumental e, portanto, facilitam o exercício de outros direitos, tais como os econômicos, sociais e culturais, e assim são relevantes para a concretização de todos os ODS.

A abordagem integrada das dimensões ambiental, social, cultural institucional e econômica do desenvolvimento sustentável, por sua vez, podem ser mais facilmente percebidas e aplicadas quando se consideram unidades territoriais cujas características e dinâmicas ecológicas, bem como características demográficas, culturais e sociais, exigem medidas, critérios e indicadores adequados ao contexto. No Brasil, a legislação já estabeleceu há vinte anos a bacia hidrográfica como uma dessas unidades territoriais para a articulação de setores de governos e da sociedade na promoção da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento. No entanto, seguimos violando direitos e com desafios antigos tais como

capacitar gestores públicos, aprimorar a governança e a geração de dados e uso de indicadores que possam ser agregados ou desagregados para aferir qualidade ambiental, resiliência e ou restauração das funções e dos bens ecossistêmicos.

O planejamento e gestão de políticas públicas bem como o monitoramento de atividades privadas tornar-se-ão mais eficazes no tocante às questões socioambientais quando o Poder Público lograr considerar bacias hidrográficas; áreas de conservação e restauração ambiental e sua vizinhança; territórios indígenas, de comunidades tradicionais e de afrodescendentes; regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; regiões vulneráveis aos impactos das mudanças do clima e da desertificação. É para estes territórios e populações que os benefícios das políticas públicas e das atividades econômicas devem fazer sentido, no marco dos instrumentos multilaterais.

Neste contexto, mudar padrões de produção e consumo é um desafio transversal e universal, que vai além da substituição de técnicas produtivas e do desenvolvimento e uso de tecnologias limpas e de baixa pegada ecológica, mas diz respeito também à distribuição espacial (geográfica) da produção e de seus impactos socioambientais e econômicos, inclusive considerando a extraterritorialidade de seus efeitos. Inovações, tecnologias e investimentos que gerem menor pegada ecológica, por um lado, e maiores benefícios sociais e empregos, por outro, devem compor as estratégias para concretizar o grande impulso ambiental na agricultura, na indústria, nos serviços, na ampliação de infraestruturas resilientes e de baixo impacto, inclusive sem nenhuma ofensa aos direitos e territórios indígenas,

como ocorre comumente no Brasil.

E essa transição para sociedades sustentáveis demanda urgência, não pode ser efetivada com medidas que representem meros ajustes dos atuais padrões produtivos e de consumo e seus sistemas econômicos. Superar a pobreza ao custo de ampliar a degradação da biodiversidade ou o aumento das emissões de gases de efeito estufa está longe de ser solução. A sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo, não resultará somente da diminuição da intensidade de carbono das atividades agropecuárias e industriais, do transporte, da produção e uso de energia. Por isso, é urgente nos opormos a qualquer premissa de estender, no tempo e no espaço, padrões insustentáveis (como os assentados nos combustíveis fósseis) com impactos mitigados ou medidas compensatórias que não repõem a capacidade de suporte e a integridade dos serviços e bens ecossistêmicos.

Para que a transição seja justa, rápida e oportuna, já sabemos o que fazer: necessitamos de mecanismos de proteção social, de requalificação de pessoas e organizações, de incentivos às atividades que visem transformações estruturais. Tal transição deve considerar também o desinvestimento, incluindo a eliminação de subsídios, em atividades ambientalmente insustentáveis e injustas, como por exemplo para os setores associados à ex-

ploração e uso de combustíveis fósseis.

Também já aprendemos que tais transformações implicam no fortalecimento da ética de cuidado, de solidariedade, de justiça intra e intergeracional. A Carta da Terra, documento inspiracional elaborado após a Rio-92, é um exemplo que expressa valores e princípios importantes para a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável. Sem fortalecer tais valores éticos na sociedade, não haverá vontade política no Estado para a superar a pobreza, a contaminação ambiental, a violência contra mulheres e meninas, contra populações indígenas e LGBTTI, ou superar o estigma contra pessoas que vivem com AIDS, pessoas pobres ou afrodescendentes. Medidas transicionais, justas e urgentes, requerem ousadia, valores e políticas distributivas comprometidos com o bem estar de todas as pessoas. Precisamos, assim, de lideranças dispostas a encarar tal desafio.

Afinal, já são décadas de construção da agenda de desenvolvimento sustentável, não podemos continuar agindo como se fosse inaudível a música da sustentabilidade. É tempo de fazermos as escolhas certas, atuando e exigindo, em todas as instâncias, a implementação da Agenda 2030 no Brasil e, apelando ao seu caráter universal, em todos os países do mundo.

⁵http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf



APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO



OBJETIVO 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

RESUMO EXECUTIVO

O enfrentamento da extrema pobreza e da pobreza no Brasil está diretamente relacionado com o enfrentamento das várias formas de desigualdade. Desigualdades vinculadas à raça/etnia, gênero ou orientação sexual, idade, condição física ou de saúde, território, entre outras, abrigam as diversas modalidades da pobreza. Até 2014, o Brasil foi exi-

toso ao atingir antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza². Nos últimos anos, porém, o cenário começou a mudar, com o enfrentamento equivocado do déficit fiscal acumulado e o descaso com problemas estruturais como a reforma tributária, levando o país a uma crise econômica e agravando o desemprego. No início de 2017,

batemos o recorde da série histórica, com 14,2 milhões de pessoas desempregadas.

Além disso, desde 2016, a redefinição de prioridades nas políticas públicas em curso, em meio a uma imensa crise política que continua a se agudizar, acende a luz vermelha para a possibilidade de cumprirmos o ODS 1, já que medidas de enfrentamento do déficit público através de redução de recursos que deveriam ser considerados investimentos sociais continuam a avançar. Alguns exemplos são:

- O ajuste fiscal a partir de 2015, realizado com baixa participação social, que incide sobre direitos adquiridos desde a Constituição de 1988.

- A aprovação em dezembro de 2016 da Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação por vinte anos, deixando nas mãos de um sistema político agonizante a definição de alocação da quase totalidade dos recursos orçamentários e o crescimento real do gasto social até 2036. A alteração ignora mudanças na estrutura demográfica do país decorrentes da expectativa de vida³ e da queda da taxa de natalidade, o nível de pobreza e alimenta o potencial de crescimento das taxas de pobreza e pobreza extrema, diante da impossibilidade de aplicação de políticas que

enfrentem esse quadro.

- A severidade das alterações propostas na previdência social, ao tratar como iguais os trabalhadores pobres e aqueles de maior renda, penaliza desigualmente os primeiros, cuja renda é integralmente dirigida às necessidades essenciais de suas famílias. A previdência, em 2014, beneficiou 78% das pessoas idosas⁴, reduzindo a pobreza nessa faixa etária: apenas 9% tinha renda abaixo de meio salário mínimo; o Benefício de Prestação Continuada (BPC) representa quase 80% do orçamento de famílias beneficiárias, e, em 47% dos casos⁵, é sua única renda familiar; a previdência rural apoia 9 milhões de famílias, e para metade delas significa 70% da renda⁶; mas categorias profissionais que gozam de benefícios previdenciários desproporcionais em relação à maior parte da população, como os militares, não foram incluídos na proposta.

- As alterações propostas para a legislação trabalhista representam a “prevalência do negociado sobre o legislado” e em tempos de crise poderão significar perdas para os trabalhadores, inclusive pelos efeitos resultantes da nova legislação da terceirização no mundo do trabalho.

² A meta da ONU de reduzir a fome e a pobreza à metade foi alcançada em 2002 e, em 2008, o Brasil cumpriu sua meta nacional de reduzir o índice de pobreza a um quarto do registrado em 1990. ³ Estima-se que a população idosa passará de 16,8 milhões em 2016 para 36,1 milhões em 2036, pressionando a previdência, o BPC e a saúde.

Gráfico 1. PERCENTUAL DO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO COBERTO POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELA PREVIDÊNCIA



Fonte: PNAD - Compilação de Modelo AD - SAGI/MDS

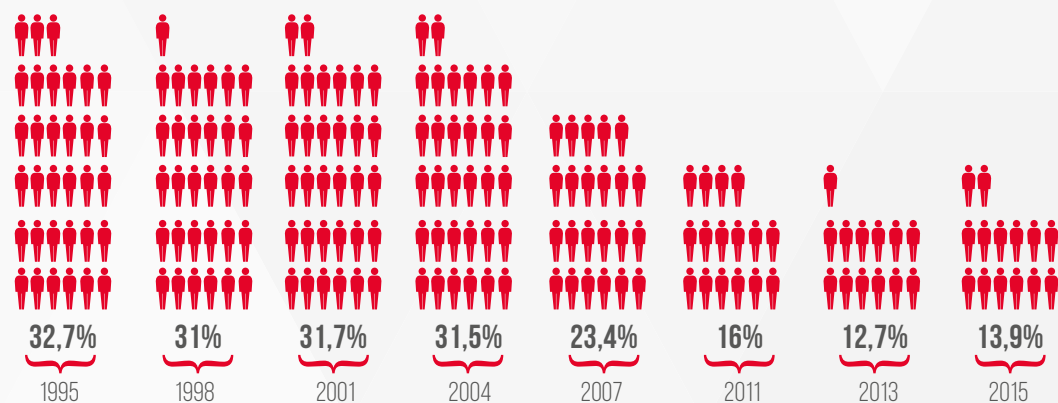
Figura 1.



Fonte: Pnad Contínua (IBGE)

⁴ Jaccoud, L. Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade. Brasil sem Miséria. MDS, 2014 5. ibden 6. IBGE-PNAD. 2014.

Gráfico 2. **PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA NACIONAL DE POBREZA⁷**



Fonte: IBGE - PNAD

⁷ O Banco Mundial não trabalha com uma linha de pobreza. Assim, foi adotada a metodologia de SAGI/IBGE que considera a linha de pobreza equivalente ao valor mínimo de entrada no Programa Bolsa Família.

RECOMENDAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Para não deixar ninguém para trás e retomar o avanço das políticas distributivas e de assistência aos mais pobres, exigimos um conjunto de ações coordenadas e interdependentes, dentre as quais⁷:

- Investir num desenvolvimento econômico que garanta inclusão social e geração de emprego.
- Desagregação de indicadores é essencial para combater e entender a multi-causalidade da pobreza. Dar maior atenção aos indicadores de desigualdade, desagregando-os por gênero, raça/etnia, idade, território, status migratório e outros recortes relevantes para os distintos contextos, além de identificar e intensificar políticas que contribuem para sua redução
- Praticar a Justiça Fiscal, garantindo progressividade tributária.
- Redução do déficit público e da dívida pública (principal e juros) por meio da redução de despesas discricionárias e justiça tributária associada a mecanismos de tributação progressiva, entre outras medidas que garantam que o ônus do ajuste não recaia sobre a parcela da população mais vulnerável do ponto de vista socioeconômico.
- Revisar a Emenda Constitucional que congela os investimentos sociais por 20 anos sob pena de graves retrocessos nos resultados já conquistados.
- Prosseguir na recuperação do valor real do salário mínimo.
- Preservar os direitos dos trabalhadores em relação ao sistema previdenciário.
- Fortalecer o Benefício da Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família, cessando a exclusão de famílias iniciada em 2016.
- Retomar políticas de formalização do trabalho e revisão da política de terceirização recém aprovada.
- Investir nos serviços públicos e priorizar as populações em diferentes condições de vulnerabilidade e marginalização.
- Fortalecer políticas habitacionais que supram o déficit atual da população sem-teto, inclusive por meio da retomada integral do programa Minha Casa, Minha Vida.
- Construir e executar políticas de redução da exposição e vulnerabilidade a desastres naturais com aumento da resiliência das populações atingidas.
- Implementar uma política agrária que viabilize o acesso à terra para os pequenos agricultores sem terra e suas inserções no mercado de alimentos e na economia sustentável.

Enfatizamos que para o Brasil atingir as metas do ODS 1 não basta identificar as medidas a serem tomadas, exige que a governança do país as definam como prioritárias e designem e executem os necessários recursos para sua implementação.

ANÁLISE DA META 1.1

O período entre 2004 e 2014 notabilizou-se pela acentuada redução da pobreza extrema, como pode ser observada na Tabela 2, correspondente ao indicador acerca do percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza. Observe-se que neste período o processo de redução foi contínuo, com uma única, mas não significativa interrupção em 2013. Ao final de 2014, a taxa de extrema pobreza é 70% menor do que dez anos antes.



Fonte: PNAD – SAGI/MDS

Interrompendo a longa série de resultados que apontaram para a redução do contingente populacional em situação de extrema pobreza, o ano de 2015 registra uma elevação nesta taxa, fruto do agravamento da crise que então atinge o país e das opções adotadas para seu enfrentamento. Os fatores mais determinantes dessa reversão, que também aparecerão nos indicadores seguintes, serão discutidos ao final da análise desse Objetivo dos ODS.

A Tabela 3, referente ao indicador

Outro aspecto auspicioso nesse período é mostrado no Gráfico 2. Ao se examinar o desempenho do país em relação à extrema pobreza, por faixa etária, constata-se que foi na faixa de idade até cinco anos, aonde o índice era mais elevado, que se obteve a maior reversão, embora ainda mantendo-se acima das outras faixas. Há que se recordar que essa faixa foi considerada prioritária durante a vigência do Plano Brasil sem Miséria, através do Programa Brasil Carinhoso.

acerca da população em condição de pobreza extrema, em domicílios cujo responsável encontra-se empregado com carteira assinada, demonstra como o processo de formalização do trabalho, associado à recuperação do poder de compra do salário mínimo, ocorrido a partir de 2004, contribuiu para a redução dessa condição da população, de tal forma que se torna praticamente inexistente depois de 2011, nos domicílios aonde o responsável possui emprego formal.

Meta 1.2 – Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

INDICADORES:

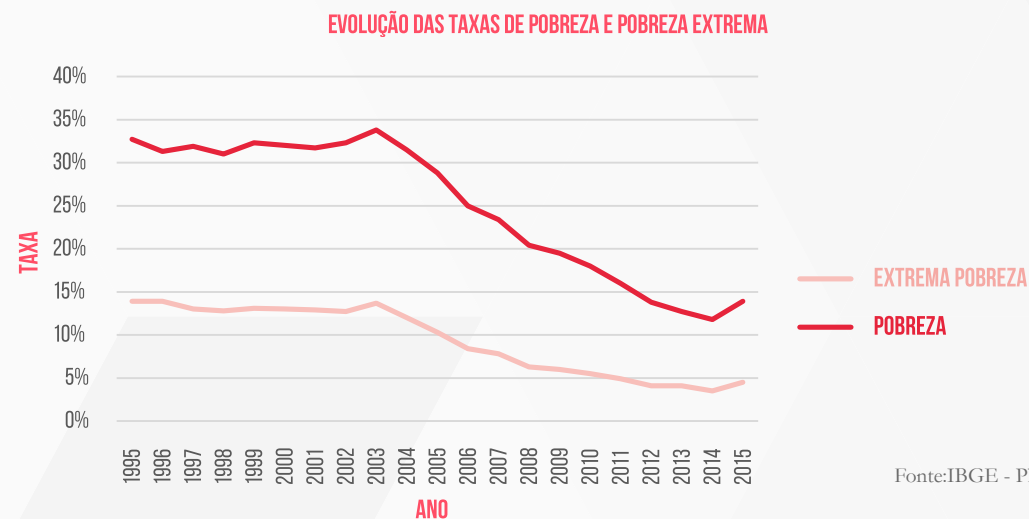
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA NACIONAL DE POBREZA

ANO	%A	ANO	%	NO	%
1995	32,7	2002	32,3	2009	19,4
1996	31,3	2003	33,8	2010	-
1997	31,9	2004	31,5	2011	16,0
1998	31,0	2005	28,8	2012	13,8
1999	32,3	2006	25,0	2013	12,7
2000	-	2007	23,4	2014	11,8
2001	31,7	2008	20,4	2015	13,9

Fonte: IBGE - PNAD

ANÁLISE DA META 1.2

A mesma tendência declinante, descrita para o caso da pobreza extrema, será encontrada em relação à condição de pobreza, conforme a Tabela 4, que contempla o indicador acerca da população abaixo da linha nacional de pobreza. Isto pode ser mais bem visualizado no Gráfico 3, que permite comparar as duas curvas, da extrema pobreza e da pobreza no mesmo período de tempo.



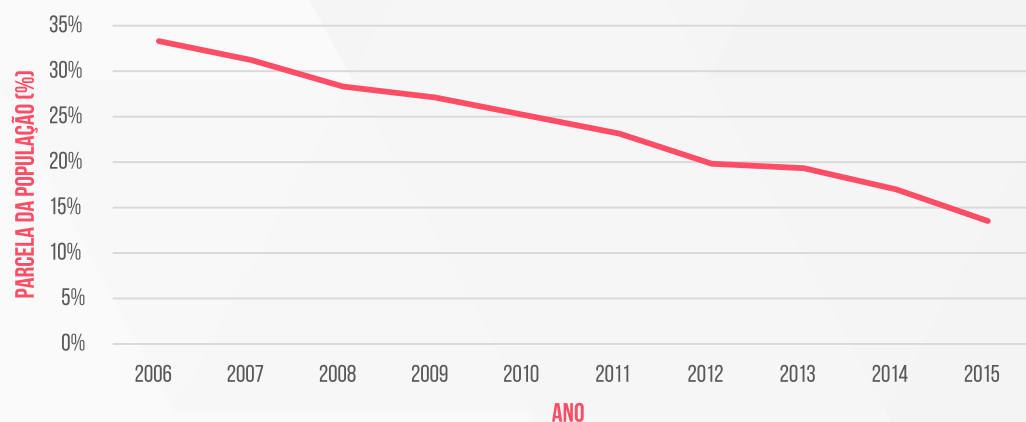
Fonte: IBGE - PNAD

Ao olharmos para os dados da situação de extrema pobreza (Tabela 5) e pobreza (Tabela 6) de crianças e adolescentes, a tendência de queda do número de pobres e extremamente pobres se confirma, entretanto, é preocupante o fato de que 40% da população de crianças e

adolescentes de 0 a 14 anos de idade (mais de 17 milhões) estejam em situação de pobreza e que 13,5% delas estejam em situação de extrema pobreza, o que equivale a quase 6 milhões de crianças e adolescentes.

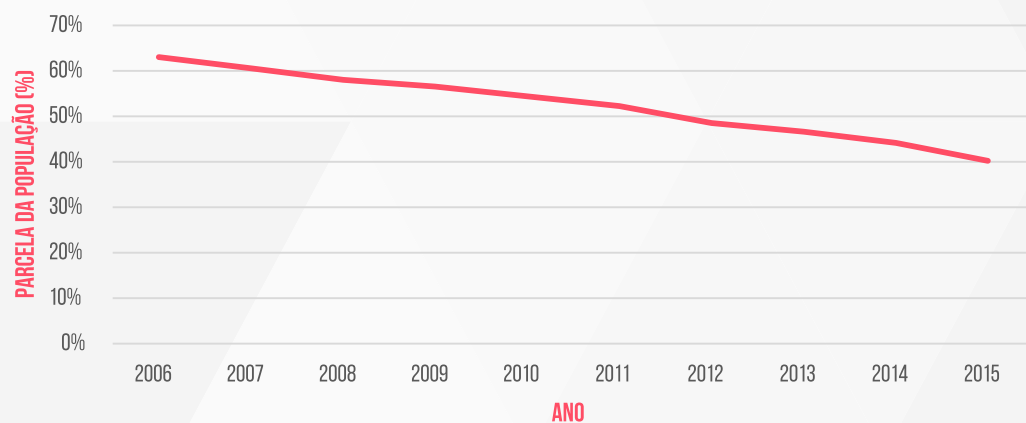
POPULAÇÃO ENTRE 0 E 14 ANOS EM SITUAÇÃO DOMICILIAR DE EXTREMA POBREZA (RENDA < 1/4 SM)

Fonte: IBGE – Pnad



POPULAÇÃO ENTRE 0 E 14 ANOS EM SITUAÇÃO DOMICILIAR DE POBREZA (RENDA < 1/2 SM)

Fonte: IBGE – Pnad

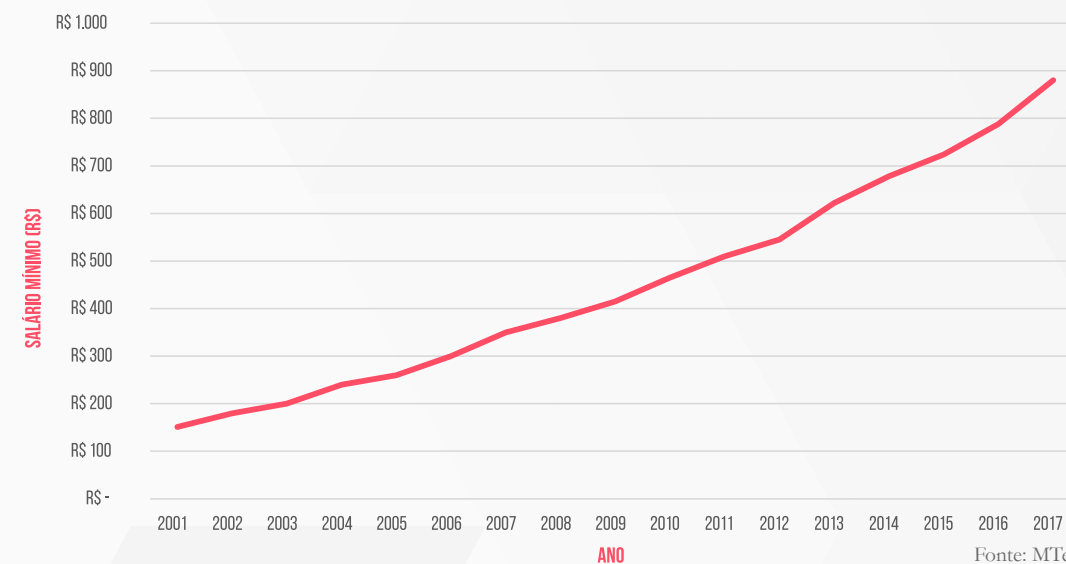


Se para o enfrentamento da pobreza extrema, o Plano Brasil sem Miséria, a partir de 2011, disponibilizou uma série de ações que lograram resultados relevantes, como a chamada Busca Ativa, o Brasil Carinhoso e instrumentos específicos no Programa Bolsa Família visando atender aos mais pobres, as políticas de natureza macroeconômica, que garantiram um crescimento ao país, combinadas com políticas distributivas e de estímulo ao emprego formal e ao aumento da renda da população em condição de pobreza propiciaram um desempenho também favorável para esta população.

A contínua correção do salário mínimo jogou papel decisivo para o enfrentamento da pobreza no Brasil. O Gráfico 4 informa sobre esse

processo ano a ano, em que a correção desse valor sempre superou os índices de inflação. Assinale-se que, em 2011, inicia-se a aplicação da fórmula de reajuste que considera o crescimento do país dois anos antes e a inflação do ano anterior. Em um contexto de crescimento que prevaleceu até 2012, o salário mínimo passou por um período de recuperação real de seu valor. O impacto positivo na renda dos trabalhadores não foi pequeno. São mais de 48 milhões de pessoas cujos rendimentos têm como base o salário-mínimo, entre trabalhadores urbanos e rurais, aposentados e pensionistas e, também, idosos e deficientes físicos em condições de pobreza. Some-se a isso, o quanto o salário mínimo influencia na renda de outros trabalhadores e dinamiza economias locais.

VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: MTE

Também foi de grande importância o conjunto de iniciativas que estimularam a formalização do trabalho, revertendo a partir de 2008 a predominância do trabalho informal, totalizando em 2014 um contingente de quase 50 milhões de

trabalhadores com carteira assinada.

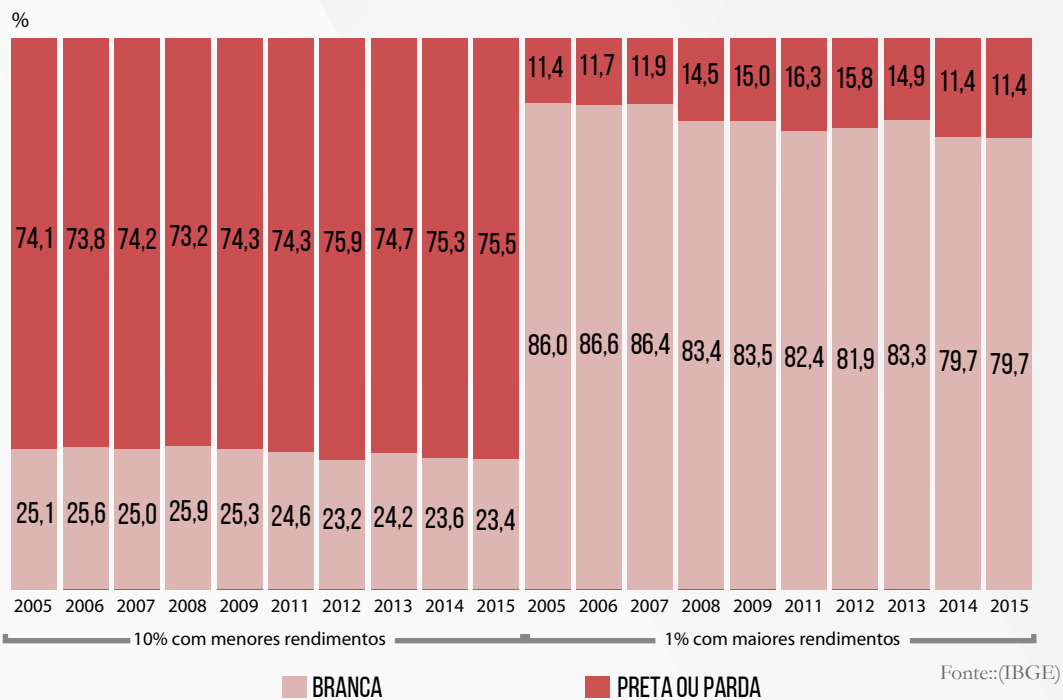
Acrescente-se, ainda, o efeito provocado por um conjunto de outros programas sobre a população em condição de pobreza extrema e pobreza, como é o caso do Benefício

¹³ A Lei 13.152, de julho de 2015, regularizou esses procedimentos até 2019.

da Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família. O BPC foi criado pela Constituição Federal de 1988 visando assistir pessoas a partir de 65 anos e portadores de deficiência, cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo. O beneficiário recebe mensalmente um salário mínimo. Em 2015, um total de 4,2 milhões de pessoas recebeu o BPC. O Bolsa Família atende as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per

capita de até R\$ 154 mensais (valor atual). Em março de 2017 beneficiou 13,6 milhões de famílias, com um repasse médio de R\$ 178. Trata-se de um programa de transferência de renda com condicionalidades referentes à frequência escolar e acompanhamento de saúde das famílias. É indiscutível a importância do programa para as famílias mais pobres, sobretudo no que contribui para o acesso à alimentação e a outros bens essenciais

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE COM RENDIMENTO ENTRE OS 10% COM MENORES RENDIMENTOS E O 1% COM MAIORES RENDIMENTO, POR COR OU RAÇA - BRASIL - 2005/2015



No entanto, é preciso destacar um recorte essencial que marca a situação de pobreza no Brasil: sua concentração na população negra. A redução da pobreza ao longo dos anos, não produziu mudanças significativas na imensa desigualdade racial que persiste no Brasil, pior, aumentou conforme é possível visualizar no gráfico abaixo. Em 2005, a 74,1% da população

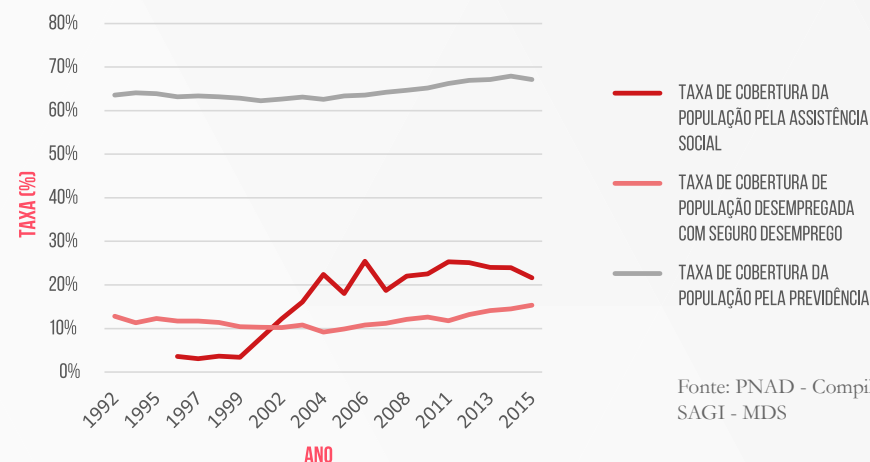
negra e parda fazia parte do grupo dos 10% das pessoas mais pobres. Em 2015, sua participação nesse mesmo grupo dos 10% mais pobres, passou para 75,5%. Isso reforça a emergência e necessidade de se ampliar e reforçar a dimensão racial nas políticas públicas contra a pobreza.

Meta 1.3 – Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

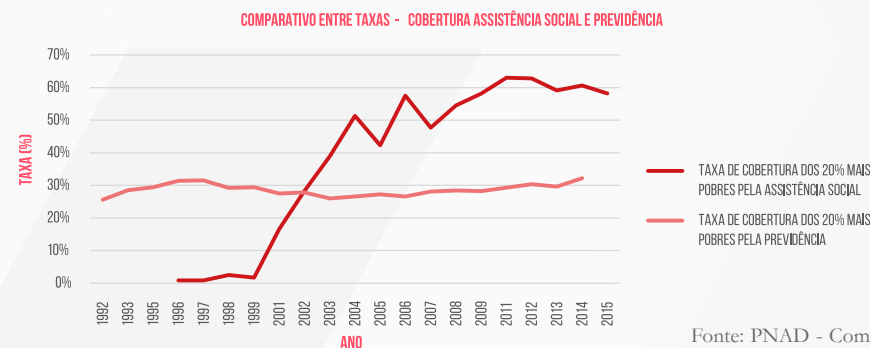
INDICADORES:

- PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR PROGRAMAS DE MERCADO LABORAL
- PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR PROGRAMAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- PERCENTUAL DE DESEMPREGADOS RECEBENDO O SEGURO DESEMPREGO
- PERCENTUAL DO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO COBERTO POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- PERCENTUAL DO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO COBERTO POR PROGRAMAS DE MERCADO LABORAL
- PERCENTUAL DO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO COBERTO POR PROGRAMAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COBERTA PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURO SOCIAL E PROGRAMAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

COMPARATIVO ENTRE TAXAS - COBERTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURO DESEMPREGO E PREVIDÊNCIA



PERCENTUAL DO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO COBERTO POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELA PREVIDÊNCIA



ANÁLISE DA META 1.3

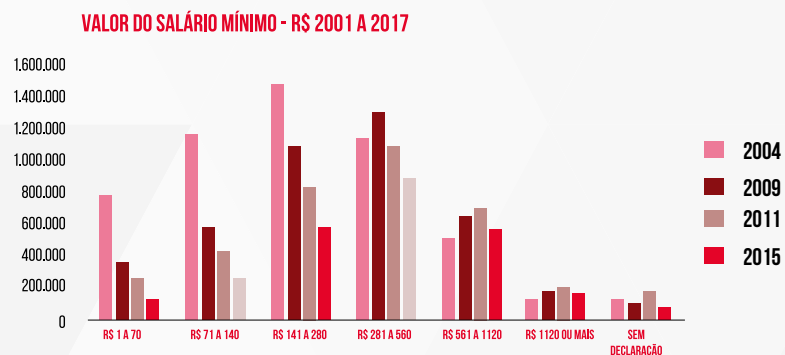
Dentro do sistema de proteção social brasileiro, a assistência social, o seguro desemprego e a previdência social são destacados como indicadores de peso na cobertura que oferecem à população. Até 2007, a cobertura da assistência social mostrou alguma irregularidade em seu desempenho, ganhando forte impulso após 2008 e sofrendo uma inflexão depois de 2013. Em relação ao seguro-desemprego, seu índice de cobertura não sofreu alterações pronunciadas, mas ganhou uma relevância um pouco maior a partir de 2013. O mesmo vale para a cobertura da previdência que também não mostrou alterações bruscas, embora com uma tendência sempre levemente ascendente, já que está diretamente associada ao número de postos de trabalho.

Por fim, entre os indicadores avaliados, vale observar a cobertura da assistência social e da previdência sobre o quintil mais pobre da população. Registrou-se um aumento mais expressivo da cobertura da assistência social para esse público, depois de 2003, mas

pode-se afirmar que esse índice ainda pode e deve avançar mais. Já na cobertura pela previdência as alterações não são relevantes, variando entre 25,6 e 32,2% do total da população pertencente às 20% de menor renda da população.

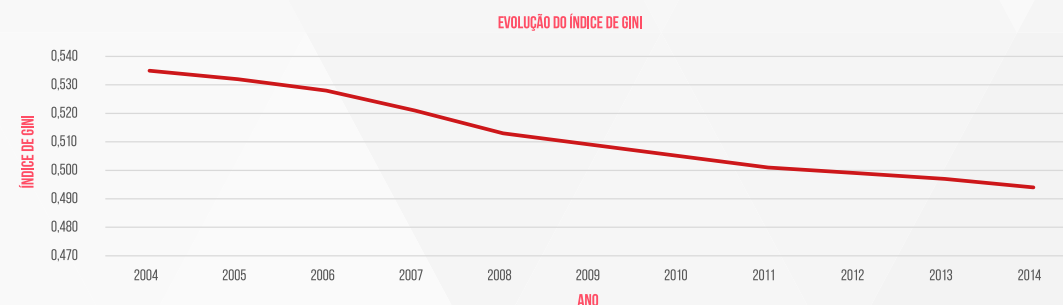
Vale dar atenção específica às ações de combate ao trabalho infantil, que se constituiu por um longo tempo em uma das piores marcas nos indicadores sociais brasileiros, face ao que representa e aos limites que impõe à população em condição de pobreza. Com a ampliação da capacidade de atuação da assistência social, na segunda metade dos anos 2000, a política de erradicação do trabalho infantil passou a ser realizada de forma integrada com o Programa Bolsa Família, considerando-se especialmente o acesso ao programa para as famílias com crianças e adolescentes trabalhando. O Gráfico 4 mostra que o maior decréscimo do trabalho infantil se deu nas populações de menor renda.

TRABALHO INFANTIL DE 5 A 17 ANOS POR FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA REAL. BRASIL, 2004 A 2015



Fonte: IBGE, PNAD 2004-15
 Nota: As faixas de rendimento domiciliar per capita referentes a valores reais em junho de 2011, valores deflacionados / inflacionados para o mês de referência da pesquisa para cada ano.

Os resultados positivos aqui descritos na redução da pobreza tiveram uma correspondência com a trajetória de redução da desigualdade no país, como pode ser observado no Gráfico 5, através do índice de Gini¹⁵.



Fonte: IBGE-PNAD

Meta 1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro-finanças

ANÁLISE DA META 1.4

Embora não existam indicadores oficiais definidos para a Meta 4, seu conceito é de extrema importância no combate às desigualdades sociais. O acesso a serviços básicos e de qualidade é, certamente, um dos maiores desafios no enfrentamento da pobreza. Foram criadas políticas inovadoras (Programa Mais Médicos, Programa de Cotas para Universidades, Programa Universidade para Todos-PROUNI, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Programa Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, etc.) e efetuados grandes investimentos em diversas áreas.

O alcance dessas políticas é relevante e mostrou resultados expressivos. Ao mesmo tempo, a oferta na maioria delas continua insuficiente para a enorme demanda, fruto do déficit construído ao longo de várias décadas.

Há que se registrar também, os avanços logrados através de políticas para a agricultura familiar, como atesta o crescimento orçamentário e de atingimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os efeitos do inovador Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado em 2003 e do

¹⁴ Em 2015 alteram-se as regras do seguro-desemprego, que antes permitia que um trabalhador demitido pudesse requerer o seguro pela primeira vez se tivesse, pelo menos, seis meses de trabalho formal antes da demissão. Com a alteração, o tempo mínimo de trabalho subiu para 12 meses trabalhados no último ano e meio. Para o segundo pedido, são necessários nove meses de trabalho nos últimos 12 meses anteriores à dispensa. Nas demais solicitações, a carência é de seis meses de trabalho. Com isso, mais de um milhão de trabalhadores ficou sem o benefício.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que abriu um mercado de 45 milhões de alunos para o fornecimento de no mínimo 30% pela agricultura familiar, entre outros. Ao mesmo tempo, pouco se avançou em relação à reforma agrária, mantendo ainda milhões de famílias sem terra no campo brasileiro.

Meta 1.5 – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

INDICADORES

- **ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE REDUÇÃO DE DESASTRES:**
- **PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS A ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE REDUÇÃO DE DESASTRES**
- **1.PROGRAMA DE GESTÃO DE RISCO E RESPOSTA A DESASTRES, INTEGRANTE DO PLANO PLURIANUAL – 2011-2015**
- **2.PARCERIA GOVERNO-SOCIEDADE PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

ANÁLISE DA META 1.5

A Meta 5, por sua vez, refere-se a um tema que no Brasil nunca se conseguiu estabelecer uma política efetiva de enfrentamento, por parte do Estado. Trata-se de “reduzir a exposição e vulnerabilidade de eventos relacionados com o clima e outros choques e desastres”. O que sempre predominou foi o enfrentamento desses eventos de forma pouco organizada e muitas vezes intempestiva. Em 2011, o governo federal incluiu no Programa Plurianual 2011-2015 o Programa de Gestão de Risco e Resposta a Desastres, envolvendo quatro ministérios: Minas e Energia, Cidades,

Vale ainda registrar as políticas e iniciativas relacionadas com a economia solidária, como microfinanças, crédito solidário, etc., que também ganharam impulso, ainda que com uma inversão insuficiente de recursos e com expansão limitada.

Integração Nacional e Ciência e Tecnologia, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, priorizando como linhas de ação: mapeamento geológico de municípios avaliados como críticos; elaboração de mapas de riscos; obras de prevenção; fortalecimento do sistema nacional de defesa civil; expansão do sistema de monitoramento e alerta de desastres e melhoria da capacidade de resposta e reconstrução das cidades que passaram por problemas. Outras iniciativas de construção de resiliência das populações pobres e em condição de vulnerabilidade vêm acontecendo,

na maior parte das vezes por iniciativa da própria sociedade. O exemplo da Articulação do Semiárido, com a aplicação de sua proposta de convivência com o Semiárido deve ser destacada, como o box abaixo demonstra.

A convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque. Historicamente, a formação de estoques constitui uma importante estratégia de sobrevivência para as famílias rurais na região. Para este público sempre houve o reconhecimento popular de que sem estoques a vida se torna praticamente inviável na região.

Em anos considerados “normais” sem a intervenção de programas emergenciais, as famílias rurais dependiam fundamentalmente do capital natural para sua sobrevivência, com graves riscos de desabastecimento. Se as produtividades são baixas em anos regulares, nos períodos de seca as colheitas são ainda mais incertas. A subnutrição, desnutrição, ou mesmo a fome, tornaram-se aspectos que marcaram o regime alimentar da região por anos. Em 2011, por exemplo, já com o início de diversos programas governamentais voltados para a convivência com o Semiárido, a seca afetou seriamente 1.470 municípios no Nordeste, que foram declarados em situação de emergência. Mais de dez milhões de pessoas foram impactadas na região. Isto sempre justificou investimentos públicos na composição de estoques, notadamente de água. Neste sentido, a transformação do capital natural em estoques constitui uma estratégia importante para redução dos riscos e enfrentamento da adversidade climática.

O primeiro programa desenvolvido pela Articulação do Semiárido, no início dos anos 2000, visa atender a uma necessidade básica

da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasce o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade é o principal objetivo do Programa. Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva que cai no telhado da casa e escoar para a cisterna através das calhas.

A construção das cisternas é uma alternativa de certa forma simples, para afiançar água de qualidade para o consumo das famílias. Atualmente, a partir de incentivos advindos do Governo Federal, bem como de financiamento em parceria com associações privadas. O P1MC é uma das ações da ASA que vêm sendo desenvolvida por suas Unidades Gestoras e pelo conjunto de instituições microrregionais, municipais e locais, e geridos pela AP1MC (Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais) uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que se integra a ASA.

A partir do sucesso da experiência com as cisternas voltadas para o consumo da casa, a Articulação do Semiárido (ASA), em parceria com o Governo Federal, criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa-guarda-chu-

¹⁵ Quanto mais próximo de 1 é maior a desigualdade e quanto mais distante é menor a desigualdade.

¹⁶ A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc. informações disponíveis em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>

va congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC e através dele já foram construídas 93.790 tecnologias de uso familiar e 1.318 tecnologias de uso comunitário.

Isso é o que chamamos de descentralização e democratização da água. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família. A grande conquista destas famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água.

Entretanto, a garantia da permanência das famílias agricultoras a partir de uma perspectiva de convivência com os longos períodos de estiagem demanda que sejam combinadas outras políticas públicas que possam garantir soberania e segurança alimentar dessa população. Nesse sentido, O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), a partir de sua integração com políticas de Assessoria Técnica Rural (ATER), políticas de acesso a mercados institucionais e o crédito rural tem dinamizado quintais produtivos, criação de

Meta 1a – Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

¹⁷ **A ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural:** O objetivo do programa é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais oferecendo condições para que possam aperfeiçoar seus trabalhos através de cursos, e recursos oferecidos, apresentando novos sistemas de produção tudo isso de forma sustentável para preservar o meio ambiente e das famílias que tiram seu sustento da terra. s entidades responsáveis pela prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural são contratadas por meio de chamadas públicas, desburocratizando o processo, e permitindo a participação de diversas organizações com acúmulo histórico nesse trabalho de assessoria técnica a famílias agricultoras.

Os maiores programas de acesso a mercado institucionais pela agricultura familiar são o **PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)**, política no qual parte dos alimentos produzidos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios; e o **PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)** que garante a compra de produtos da agricultura familiar, a partir de convênios locais, para a alimentação nas escolas das redes municipais.

É o caso do **PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)**, trata-se de um dos programas de crédito rural voltado para a agricultura familiar com possibilidades facilitadas, entendendo o seguimento da agricultura familiar como estratégico à segurança alimentar do país e à geração de emprego e renda.

animais, roçados agroecológicos, práticas agroflorestais, manejo da caatinga e o beneficiamento da produção.

A maior evidência de sucesso dessa ação está no fato de que, mesmo diante da severidade do período de estiagem em 2011, muitas famílias conseguiram manter o sistema produtivo produzindo alimentos para atender as necessidades da família e para comercializar no mercado público institucional, ou seja, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A história da migração em massa, saques, fome e mortalidade infantil mudou significativamente como consequência da integração entre políticas sociais, como a transferência de renda (Bolsa Família), a política de aumento do salário mínimo, a aposentadoria rural, bem como programas de assistência técnica rural, crédito, compras públicas institucionais e ações emergenciais, principalmente as de acesso à água.

META NÃO CONSIDERADA NA ANÁLISE.

Meta 1b – Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

ANÁLISE DA META 1B

A última meta, referente à criação de marcos políticos sólidos a partir de estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, não teve indicadores sugeridos para sua aferição, mas merece algumas considerações dentro do que foi realizado nos últimos 14 anos.

Pelos dados que já foram apresentados evidencia-se que o Brasil experimentou um processo de desenvolvimento inclusivo e com redução da desigualdade. Para que isso fosse possível, a estrutura institucional foi alterada e o enfoque sobre as políticas sociais também sofreu transformações. Uma melhor definição das atribuições dos ministérios se impôs. Criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no lugar do antigo Ministério da Assistência Social e, também, o Ministério das Cidades. Foram criadas as secretarias de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi fortalecido no orçamento e no seu protagonismo junto à agricultura familiar. Conselhos setoriais com a participação da sociedade civil passaram a desempenhar um papel relevante não só no monitoramento de políticas a eles relacionadas, como também na proposição destas políticas.

O aprimoramento de instrumentos de informação e de monitoramento das políticas públicas voltados para o enfrentamento da pobreza constituiu-se em outro elemento essencial para a correta definição dessas políticas. Destaque-se, nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com novos focos voltados para este

público e, também, as secretarias de gestão da informação em diversos ministérios. Não menos importante todo o aprimoramento que sofreu o Cadastro Único (CadÚnico) com todas as informações que passou a alojar a respeito da população na condição de extrema pobreza e pobreza e mais, ao se tornar uma porta de entrada para um conjunto maior de programas federais, estaduais e municipais, além do Bolsa Família.

Uma marca que se desenvolveu nesse período foi a prática da intersetorialidade, através de determinadas políticas, como o Programa Bolsa Família a partir de 2003, que estabeleceu uma interação com as áreas de saúde e educação, através das condicionalidades do programa. E, depois, com o Plano Brasil sem Miséria, que embora tivesse à frente o MDS, envolveu um conjunto maior de órgãos do governo, constituindo um Comitê Gestor com a presença de vários Ministros de Estado e, também, com consultas conjuntas a representações da sociedade. Portanto, a estrutura institucional do governo federal tomou uma forma mais integrada e dinâmica, com aptidões de funcionamento intersetorial em determinadas políticas, ainda que registrando maiores dificuldades nessas práticas com outras.

Assinale-se, ainda, que a cooperação internacional brasileira para o enfrentamento da pobreza se desenvolveu com destaque em países da África e América Latina. Experiências bem sucedidas em determinadas políticas foram alvo do interesse de outros países, constituindo-se parcerias que projetaram as realizações no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Castro, J.A. e outros. Gasto Social Federal: uma análise da prioridade macroeconômica no período 1995-2010. IPEA, 2012

IBGE/PNAD. Acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Programas de Inclusão Produtiva. 2014

IPEA/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Assistência Social. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. 23ª edição. 2015

Jaccoud, L. Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade. Brasil sem Miséria. MDS, 2014

Jannuzzi, P.M; Martignoni, E.M; Souto, B.F. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para a redução da pobreza no Brasil. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, v.4, 2012

Jannuzzi, P.M e outros. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil. Aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. O Brasil sem Miséria. MDS, 2014

MDS. Plano Brasil sem Miséria. Caderno de Resultados 2011/2014

MDS/SAGI. Questões Metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000. Estudo Técnico n. 08/2014. Brasília, 2014

MDS/SAGI. Principais resultados da PNAD 2014 potencialmente relacionados às ações e programas do MDS. Estudos Técnicos n. 11/2015

Portal Brasil. Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>. Acesso em 25 abr 2017



OBJETIVO 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA

RESUMO EXECUTIVO

O acesso aos alimentos pela população em situação de maior vulnerabilidade apresentou avanços significativos no Brasil ao longo das duas últimas décadas, com redução desse índice a níveis comparáveis a países com padrões elevados de desenvolvimento e de direitos sociais assegurados. **Pela primeira**

vez em sua história, o Brasil deixou de ter a marca da fome como uma de suas principais mazelas sociais. O aumento da renda dos extratos sociais pobres e de extrema pobreza e melhores índices de emprego, de formalização do trabalho com aquisição de direitos e de elevação dos salários (particularmente a recupe-

ração do salário mínimo) e o fortalecimento da transferência de renda para a população em maior vulnerabilidade, via o Programa Bolsa Família, foram fundamentais para as pessoas em situações de insegurança alimentar moderada e grave.

- Em 2006 o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e em 2009, foi incluído no parágrafo dos direitos sociais da Constituição brasileira o direito à alimentação.

- Grande protagonismo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão vinculado à Presidência da República, com participação conjunta de governo e sociedade civil, no monitoramento e proposição das políticas relacionadas ao tema.

- Inovou-se com políticas intersetoriais, unindo as pontas da produção e do consumo. As compras institucionais de alimentos ganharam destaque, particularmente através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura

Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos com a particularidade de criar mercados estáveis e de porte para a agricultura familiar, muito embora o apoio à produção familiar tenha seguido trajetória tímida, evidenciada pelo reduzido valor do Plano Safra da Agricultura Familiar quando comparado ao Plano Safra convencional.

- Outros programas, como o de Cisternas para Consumo Humano e de Cisternas para a Produção provocaram forte e positivo impacto na região do Semiárido Nordestino, contribuindo para o convívio com as situações climáticas adversas.

- Diante dos indicadores de sobrepeso e obesidade, a defesa da alimentação adequada e saudável tornou-se demanda principal do movimento pela segurança alimentar, via CONSEA e áreas governamentais como a da Saúde. A resposta principal, a partir de campanhas desencadeadas pelo Ministério da Saúde, foi o incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes.

Aplicação da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁰, pelo IBGE, nas edições quinquenais de 2004, 2009 e 2013 utilizou a **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**¹¹. A opção do Brasil pelo último método levou em consideração que essas escalas medem o fenômeno diretamente a partir do que é vivenciado pelas pessoas em situações de insegurança alimentar nos domicílios. As questões aplicadas referem-se ao período de noventa dias que antecedem a entrevista. A partir dos resultados coletados, a EBIA classifica o nível de insegurança alimentar em quatro graus:

Fonte: IBGE - PNAD

SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR



GRAU 1 SEGURANÇA ALIMENTAR

Os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades especiais.



GRAU 2 INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE

Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.



GRAU 3 INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA

Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.



GRAU 4 INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE

Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura dos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: IBGE - PNAD

Gráfico 3. **BRASIL. DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E TIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – EM %**

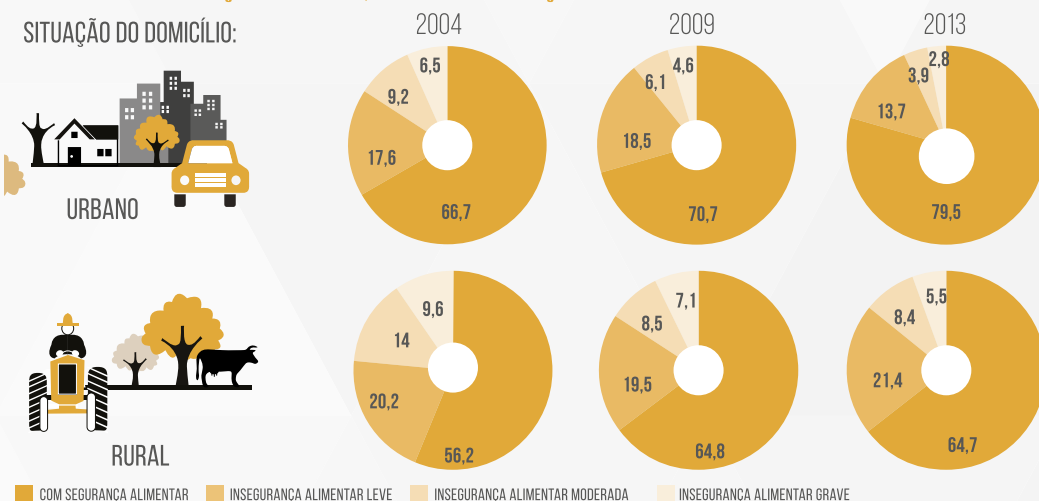


Gráfico 4. **BRASIL. DÉFICIT DE ALTURA, EXCESSO DE PESO E OBESIDADE EM CRIANÇAS ATÉ 5 ANOS EM %**

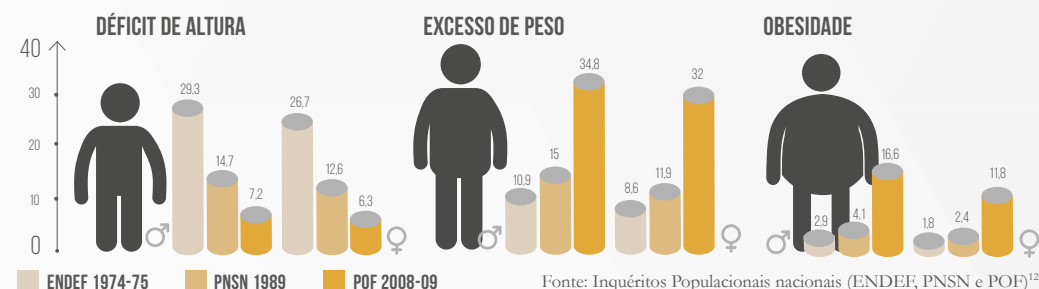
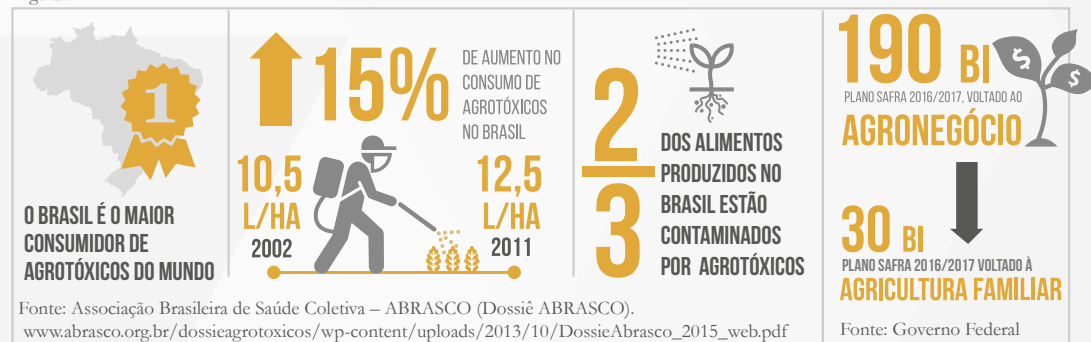


Figura 2.



Mas o cenário atual é de retrocesso. As prioridades do governo brasileiro e o controle exercido pela bancada ligada ao agronegócio dentro do Congresso Nacional aumentam as ameaças sobre um cenário já preocupante, marcado por:

- Hegemonia do agronegócio no acesso a recursos, cuja base de produção caracteriza-se pela expansão das culturas transgênicas e uso intensivo de agrotóxicos¹³ – somos o maior consumidor global de agrotóxicos, um dos principais desafios para a sustentabilidade ambiental no campo.
- Efeitos incertos da medida de congelamento dos gastos sociais, das reformas da previdência social e da legislação trabalhista, que poderão impedir o acesso aos alimentos pelos mais pobres, agravando o cenário de insegurança alimentar e recolocando o país no Mapa da Fome.

RECOMENDAÇÕES:

- Implementar um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que assegure a realização do direito humano à alimentação.
- Executar, de forma coordenada, um plano de promoção de alimentação adequada e saudável, envolvendo educação alimentar; incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes em bases agroecológicas; campanhas para alimentação saudável e de conscientização sobre os riscos da má alimentação; medidas fiscais promotoras da alimentação adequada e saudável; e transparência na rotulagem de alimentos, incluindo informações sobre transgênicos e uso de agrotóxicos.
- Fortalecer a agricultura familiar em base agroecológica, na sua função de produção de alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, contribuindo de forma integral no atendimento ao objetivo de desenvolvimento sustentável.
- Lançar e financiar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), construído em 2015 por organizações da sociedade e órgãos do governo.

• Agravamento da negligência do Estado em relação aos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, ataques às unidades de conservação e aumento do desmatamento.

- Morosidade dos processos de adequação ambiental no campo, resultado da impunidade nos casos de descumprimento da legislação socioambiental, e descaso em relação à coleta e acompanhamento de indicadores que reflitam a realidade no campo. O Censo Agropecuário, por exemplo, realizado a cada dez anos, tem sofrido cortes de orçamento e consequente redução de escopo.
- Esvaziamento de canais de participação da sociedade, distanciando as políticas implementadas das prioridades que emergem do tecido social.
- Dados da pesquisa VIGITEL 2016 apontam um aumento de 60% da obesidade em adultos no Brasil nos últimos dez anos. De 11,8% em 2006 passou para 18,9% em 2016.

- Promover esforços coordenados para garantir os direitos dos povos indígenas e quilombolas nas diversas regiões do país, frente ao avanço das propriedades monocultoras, à violência a ela associada e às ameaças de mudanças no sistema de demarcação de terras.
- Promover o desmatamento zero, combatendo a crescente perda de vegetação desde a aprovação do novo Código Florestal em 2012 e os recentes esforços da bancada ruralista no Congresso Nacional de eliminar unidades de conservação e centralizar o processo de demarcação de terras indígenas, respeitando o preceito constitucional da função social da terra.
- Implantar efetivamente as políticas ambientais no campo, garantindo sustentabilidade na produção agropecuária, fim do desmatamento e valorização do pequeno produtor e da agricultura orgânica.
- Garantir o acesso público aos dados e indicadores relativos a questões fundiárias e de uso e ocupação do solo no meio rural.

13. O Brasil é o segundo maior produtor de plantas transgênicas.

METAS GLOBAIS – ODS 2

Meta 2.1 – Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

INDICADORES

- PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO
- PREVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE NA POPULAÇÃO
- PREVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE NA POPULAÇÃO (LIMITE INFERIOR)
- PREVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE NA POPULAÇÃO (LIMITE SUPERIOR)
- PREVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA OU GRAVE NA POPULAÇÃO ADULTA
- REVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA OU GRAVE NA POPULAÇÃO ADULTA (LIMITE INFERIOR)
- PREVALÊNCIA ESTIMADA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA OU GRAVE NA POPULAÇÃO ADULTA (LIMITE SUPERIOR)

MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO – BRASIL – 2004 – 2013, EM %

BRASIL	2004	2009	2013
Segurança Alimentar	60,1	65,9	74,2
Inseg. Alim. Leve	20,3	20,9	17,1
Inseg. Alim. Moderada	11,3	7,4	5,1
Inseg. Alim. Grave	8,2	5,8	3,6

Fonte: IBGE, PNAD 2004-2013

ANÁLISE DA META 2.1

A partir de 2004, o Brasil passou a contar com um importante instrumento para a mensuração da segurança e insegurança alimentar em sua população. Através da aplicação da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), pelo IBGE, nas edições de 2004, 2009 e 2013 utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) “para identificação e classificação das unidades domiciliares de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno vivenciado pelas famílias residentes no país” (IBGE, 2013). Vale assinalar que frente aos múltiplos aspectos que envolvem as situações de segurança e insegurança alimentar, os países que buscam efetuar esse monitoramento fazem uso de diferentes mé-

todos, a saber: o cálculo da disponibilidade calórica em inquéritos nacionais, adotado pela FAO; o cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar; o cálculo do consumo alimentar; a antropometria e as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, como é o caso da EBIA (Perez-Escamilla e Segal-Corrêa, 2008).

A opção do Brasil pelo último método levou em consideração que essas escalas medem o fenômeno diretamente a partir do que é vivenciado pelas pessoas em situações de insegurança alimentar nos domicílios. A partir dessa percepção nos últimos noventa dias, a EBIA classifica quatro graus vividos, conforme Quadro 1 a seguir:

SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DESCRIÇÃO

Segurança alimentar	Os moradores dos domicílios têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)

Os resultados obtidos através da EBIA têm o mérito de medir as situações de segurança e insegurança alimentar a partir da percepção dos próprios sujeitos. E por estes dados serem coletados junto com a PNAD, oferecem um grau de representatividade satisfatório.

Pode-se afirmar que o Brasil deu passos concretos para o cumprimento da primeira Meta, de acabar com a fome até 2030.

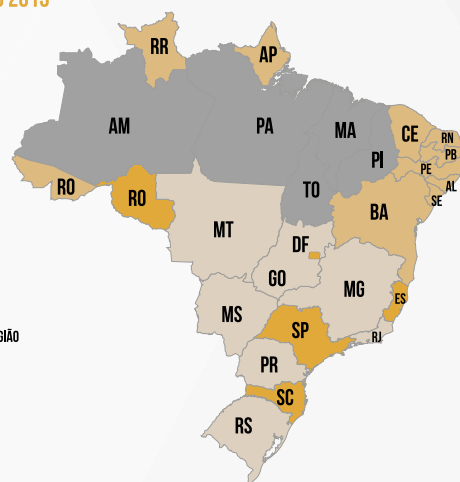
A Tabela 7 demonstra uma evolução muito positiva do quadro de segurança alimentar no país, com uma elevação de 23,4% do índice de pessoas nessa condição, entre 2004 e 2013. E todos os graus de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) tiveram um decréscimo nesse período. É importante observar que de 2004 para 2009 ocorreu um pequeno aumento na insegurança alimentar leve, o que se explica pelo fato de que aqueles que viviam situações de insegurança moderada ou grave não passam para a condição de segurança alimentar em um curto espaço de tempo, por não terem a certeza de imediato que não regressarão

MAPA DA PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 2013

GRANDES REGIÕES	% DE DOMICÍLIOS	
	COM IA	
BRASIL	22,6	
NORTE	36,1	
NORDESTE	38,1	
SUDESTE	14,5	
SUL	14,9	
CENTRO OESTE	18,2	

LEGENDA

+ IA	ACIMA DA MÉDIA NACIONAL E DA GRANDE REGIÃO
	ACIMA DA MÉDIA NACIONAL E ABAIXO DA MÉDIA DA GRANDE REGIÃO
BRASIL 22,6%	ACIMA DA MÉDIA NACIONAL E ACIMA DA GRANDE REGIÃO
	ACIMA DA MÉDIA NACIONAL E DA GRANDE REGIÃO
- IA	



ao quadro de carências alimentares que antes viviam. Pela estimativa para 2013, quando foi feita a última pesquisa, 3,6% dos moradores em domicílios particulares ainda vivenciavam situações de falta de alimentos e fome. É um índice pouco expressivo, o que fez a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2014, reconhecer que o Brasil saíra do Mapa da Fome.

A Figura 1, que é apresentada na publicação referente ao suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2013 (IBGE, 2014), deixa evidente as diferenças regionais que ainda persistem frente à situação de insegurança alimentar no país, apesar dos avanços conquistados nesses dez anos. As regiões Norte e Nordeste ainda mostram resultados piores que a média nacional e ainda de forma mais expressiva em relação aos resultados conferidos às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. E mostra, também, os resultados mais severos para os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí.

Também é elucidativo observar nos inquéritos realizados nos três anos a evolução dos índices por situação de domicílio, na Tabela 8. Consta-se que o índice de segurança alimentar é sempre maior na área urbana que na rural, tendo essa diferença se reduzido mais de

2004 para 2009 e estagnado de 2009 para 2013. Verifica-se também que a migração da condição de insegurança alimentar para segurança alimentar foi mais intensa na área urbana do que na rural, nesse mesmo período.

BRASIL. DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR ETIPO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – EM %

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	COM SEGURANÇA ALIMENTAR	INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE	INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE
2004				
Urbano	66,7	17,6	9,2	6,5
Rural	56,2	20,2	14,0	9,6
2009				
Urbano	70,7	18,5	6,1	4,6
Rural	64,8	19,5	8,5	7,1
2013				
Urbano	79,5	13,7	3,9	2,8
Rural	64,7	21,4	8,4	5,5

Fonte: IBGE - PNAD

Nas pesquisas suplementares das PNADs de 2009 e 2013 foram apresentados os resultados acerca da situação de segurança alimentar dos moradores em domicílios particulares, segundo os grupos de idade, reproduzidos aqui nos Gráficos 6-a e 6-b. Para ambos os anos, quanto

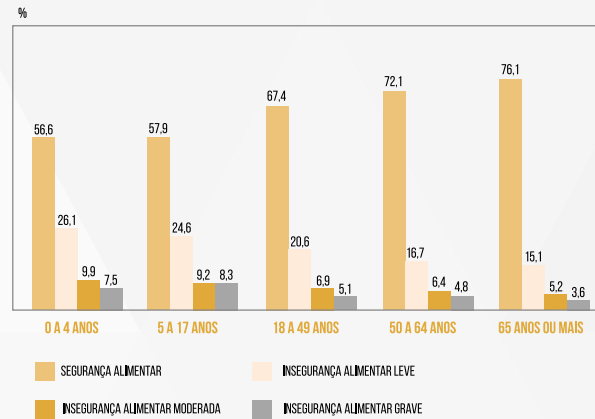
maior a faixa de idade, mais elevado é o índice de segurança alimentar. Sendo que os piores índices ainda ficam nas faixas de 0 a 4 anos e de 5 a 17, embora tenham também melhorado nesse período.

²³ A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios.

²⁴ A EBIA mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos, através de questionário aplicado conjuntamente com a pesquisa da PNAD.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MORADORES POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – BRASIL - 2009

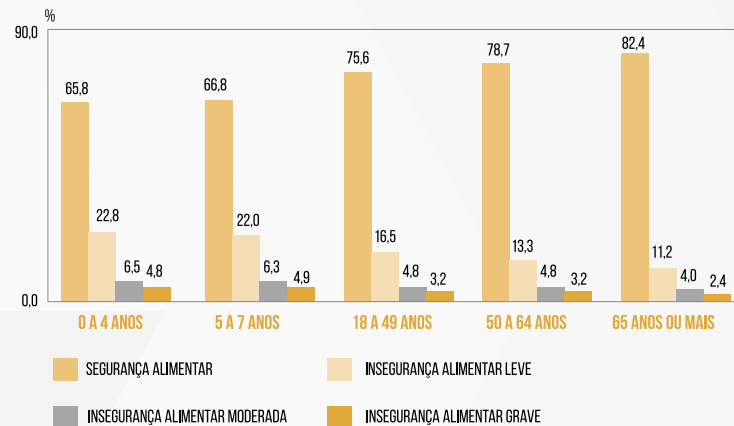
GRÁFICO 1A



Fonte: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS 2004/2009.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MORADORES POR SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – BRASIL - 2013

GRÁFICO 1B



Fonte: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS 2004/2009.

A tabela 9 fornece informações importantes de serem analisadas. Na distribuição da população residente observa-se uma situação muito similar entre homens e mulheres quando em condição de segurança alimentar, também não se diferenciando significativamente nas categorias de insegurança alimentar

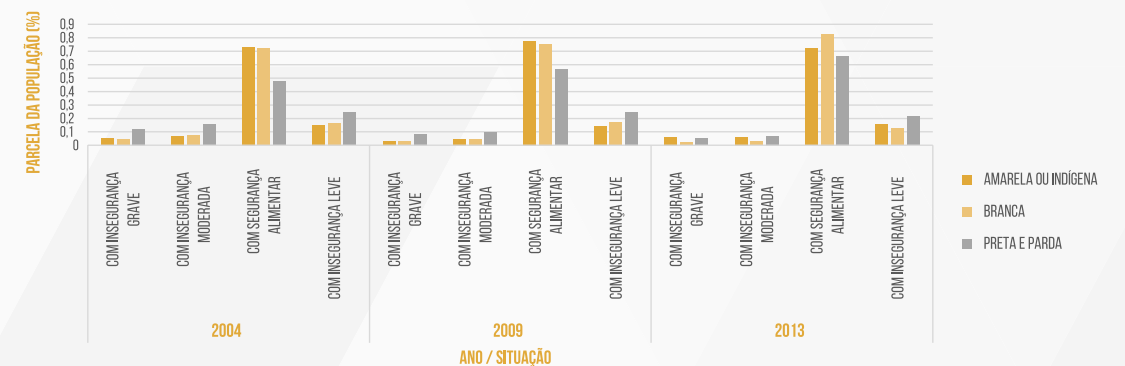
leve, moderada e grave. Já quando se compara as situações por cor ou raça, é expressivamente mais grave a situação da população negra, pressionando os índices de insegurança alimentar, ainda que tenha ocorrido uma sensível melhora de 2004 para 2009 e de 2009 para 2013. Observe-se, aliás, que em 2004 a maioria da população negra ainda vivia em condição de insegurança alimentar. Por fim, a situação conforme a renda não traz novidade para o fato de que quanto menor a renda, a população está mais sujeita à insegurança alimentar. O que tem de mais importante a perceber é que ocorreram avanços significativos entre os mais pobres, sendo que aqueles que a faixa de renda domiciliar per capita entre um quarto e meio salário mínimo, em 2013, já tinha uma maioria em situação de segurança alimentar, o que se pode atribuir ao conjunto de políticas públicas voltadas para esta finalidade, além daquelas estritamente vinculadas à renda.

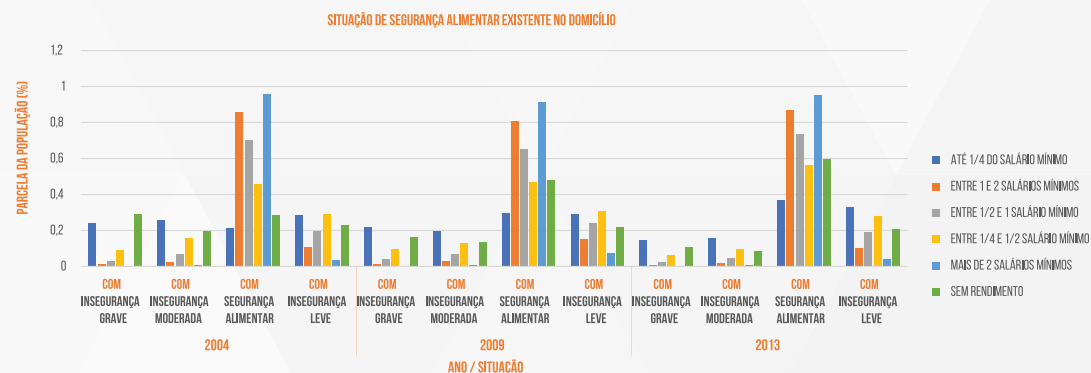
Distribuição da população residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo, os grupos de idade, a cor ou raça e as classes de rendimento mensal domiciliar per capita – Brasil – 2004:

SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO - SEXO/IDADE



SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXISTENTE NO DOMICÍLIO - SEXO/IDADE





Meta 2.2 – Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

INDICADORES

- NÚMERO DE CRIANÇAS COM BAIXA ESTATURA (ALTURA PARA A IDADE INFERIOR MENOS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS
- NÚMERO DE CRIANÇAS COM BAIXO PESO (PESO PARA A ALTURA INFERIOR MENOS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS
- NÚMERO DE CRIANÇAS COM EXCESSO DE PESO (PESO PARA A ALTURA SUPERIOR MAIS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS
- PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM BAIXA ESTATURA (ALTURA PARA A IDADE INFERIOR MENOS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS
- PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM BAIXO PESO (PESO PARA A ALTURA INFERIOR MENOS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS
- PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM EXCESSO DE PESO (PESO PARA A ALTURA SUPERIOR MAIS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS

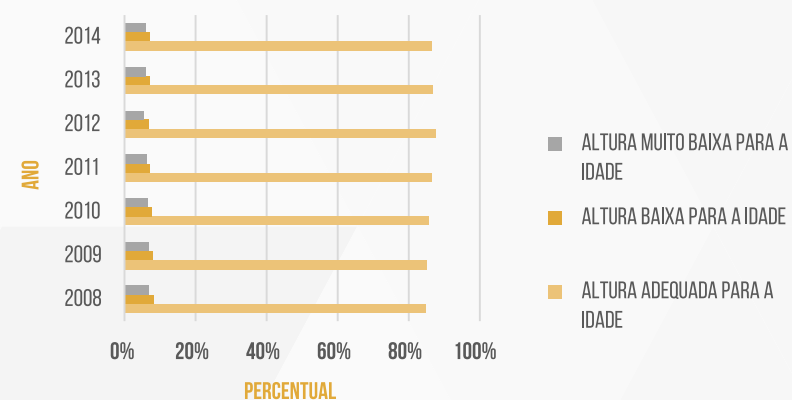
OBS: Para apuração dos indicadores, adotam-se os indicadores gerados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que é uma ferramenta informatizada desenvolvida pelo DATA-SUS que monitora o estado nutricional da população atendida por demanda espontânea nos estabelecimentos Assistenciais de Saúde ou por profissionais da Estratégia Saúde da Família e pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde. A classificação é realizada por meio de índices antropométricos.

CRIANÇAS COM BAIXA ESTATURA (ALTURA PARA A IDADE INFERIOR MENOS DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS

ESTATURA DE CRIANÇAS COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS



ESTATURA DE CRIANÇAS COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS

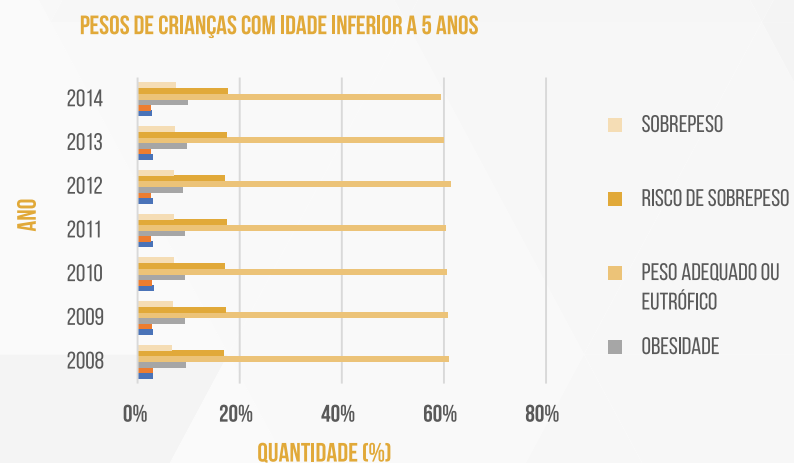


²⁵ O SISVAN foi informatizado em 2003, mas os primeiros anos do sistema apresentaram problemas com informatização e conectividade de municípios comprometendo a confiabilidade do sistema, levando a coberturas muito baixas. Desde 2008, com o lançamento do SISVAN Web, obtêm-se então dados representativos.

CRIANÇAS COM BAIXO PESO E EXCESSO DE PESO (PESO PARA A ALTURA VARIANDO DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS

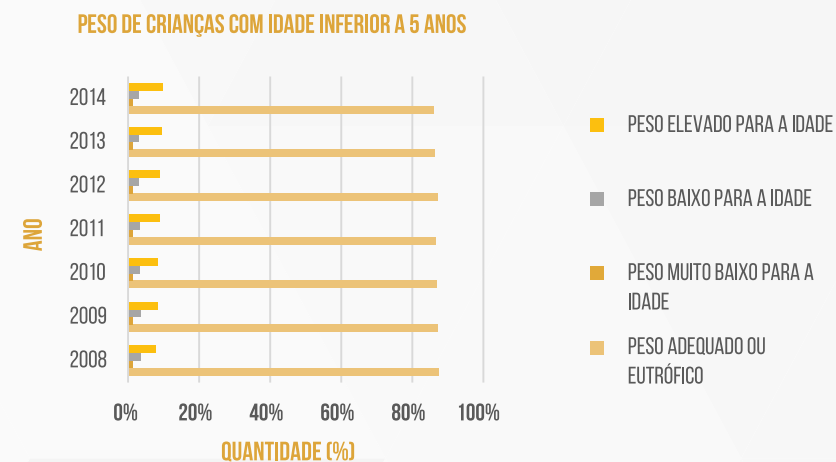


Fonte: SISVAN



Fonte: SISVAN

CRIANÇAS COM BAIXO PESO (PESO PARA A IDADE VARIANDO DOIS DESVIOS-PADRÃO DA MEDIANA) COM IDADE INFERIOR A 5 ANOS



Fonte: SISVAN

ANÁLISE DA META 2.2

A segunda Meta propugna o fim de todas as formas de desnutrição até 2030 e que o país alcance as metas internacionalmente acordadas até 2025. Em vista dos resultados que se têm disponíveis, o Brasil poderá ser um dos que é capaz de alcan-

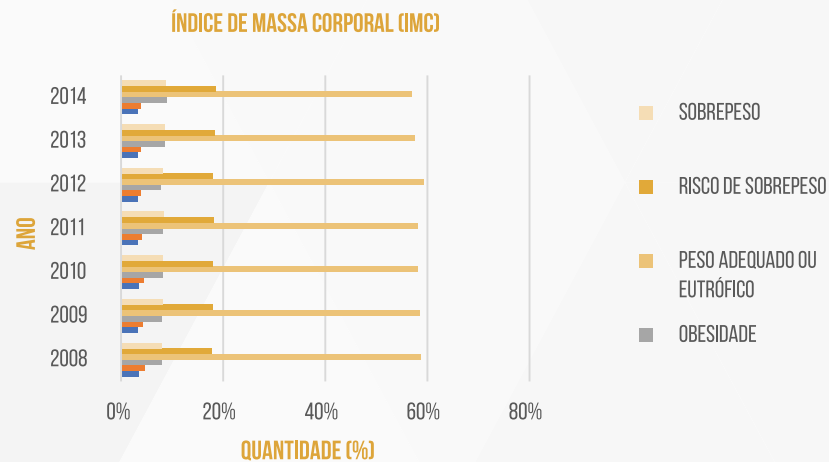
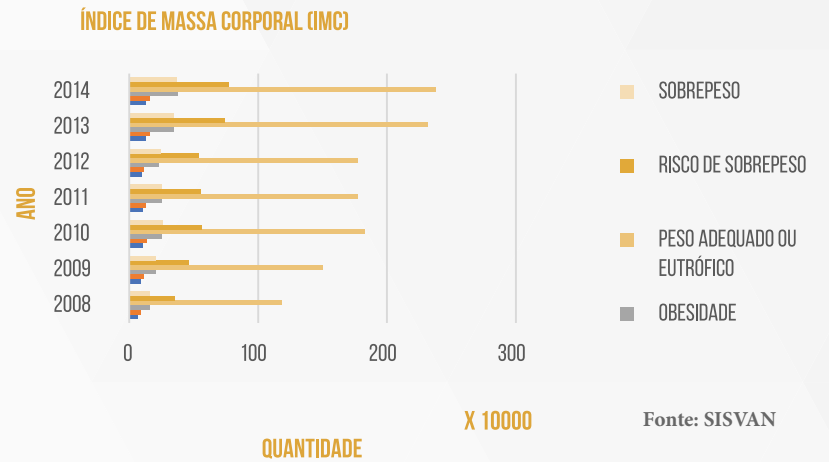
çá-la, embora com desafios ainda grandes para vencer, em alguns dos seus parâmetros.

A Tabela 10 reúne as informações sobre a estatura das crianças até cinco anos, de 2008 a 2014, com uma gradativa progressão na altura

considerada adequada. A Tabela 11 apresenta os resultados referentes ao peso para crianças na mesma faixa de idade. Em relação ao peso adequado ou eutrófico, a variação equivale ao que foi relatado em relação à altura. Não ocorrem maiores variações. O que chama atenção é o crescimento do risco de sobrepeso, do sobrepeso e da obesidade, indicando tendências ascendentes, como já era previsível.

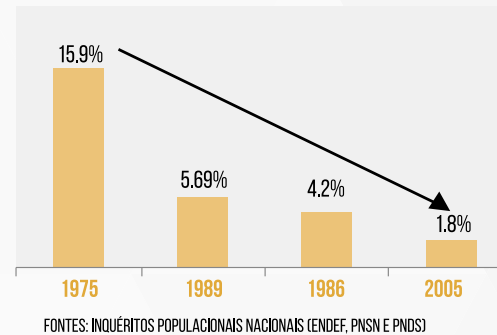
A Tabela 12 traz a informação sobre o índice de massa corporal para a idade. Embora este indicador não conste como adotado pelos ODS, ele é considerado o mais adequado para o diagnóstico do estado nutricional. Seus resultados indicam as mesmas tendências constatadas nas tabelas 10 e 11, reafirmando-se gradual crescimento dos quadros de risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade.

BRASIL. ÍNDICE DE MASSA CORPORAL POR IDADE

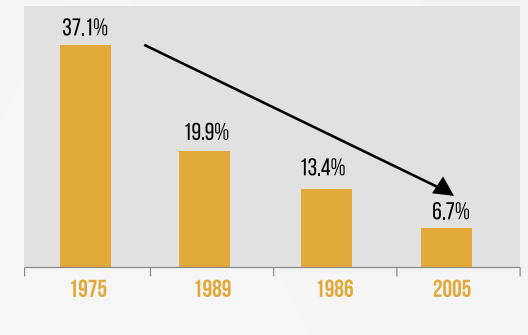


Recorrendo a outros inquéritos populacionais (ENDEF, PNSN e PNDS), mesmo que tendo seu último registro há dez anos, observam-se nos Gráficos 7 e 8 as tendências de redução da desnutrição pelo peso e pela estatura.

DÉFICIT DE PESO PARA IDADE

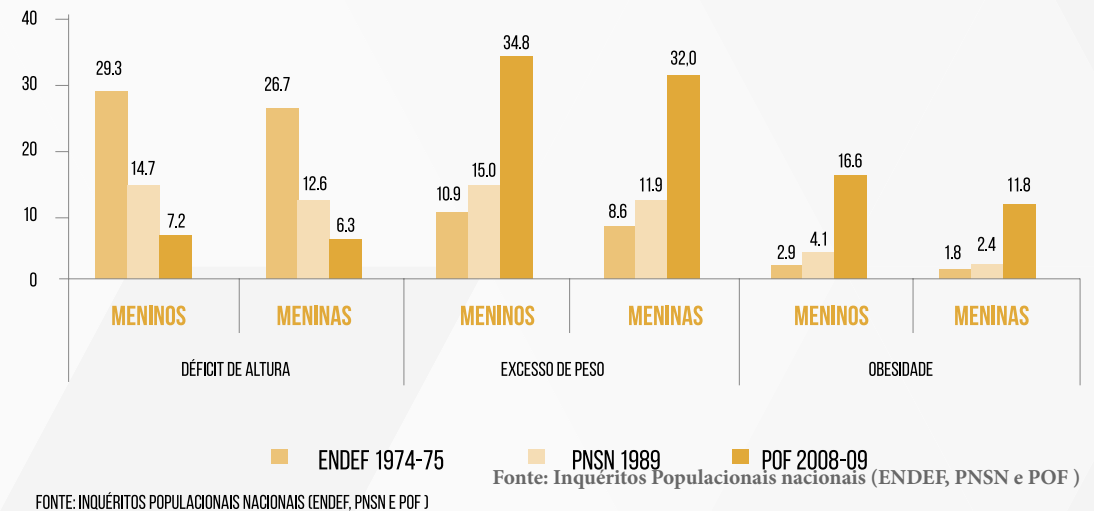


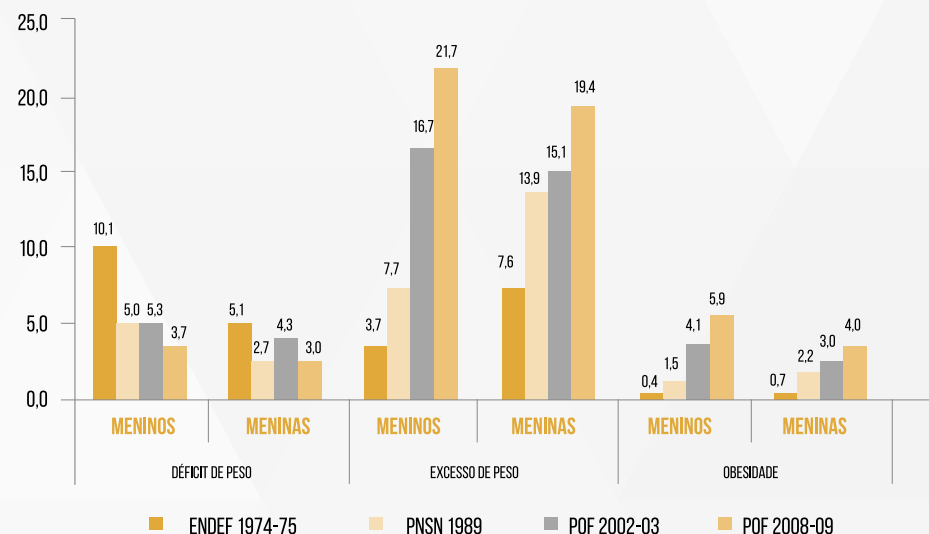
DÉFICIT DE ESTRUTURA PARA IDADE



BRASIL. DÉFICIT DE ALTURA, EXCESSO DE PESO E OBESIDADE EM CRIANÇAS ATÉ 5 ANOS

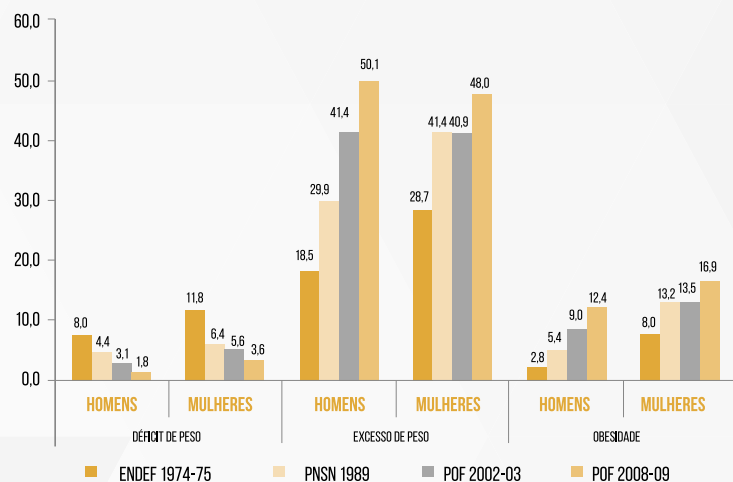
Os Gráficos 13, 14 e 15 demonstram com muita clareza o que se denomina como transição nutricional, com a desnutrição deixando de ser o problema principal agora ocupado pelo sobrepeso e a obesidade.





FONTE: INQUÉRITOS POPULACIONAIS NACIONAIS (ENDEF, PNSN E POF)

BRASIL. DÉFICIT DE PESO, EXCESSO DE PESO E OBESIDADE EM ADULTOS



FONTE: INQUÉRITOS POPULACIONAIS NACIONAIS (ENDEF, PNSN E POF)

²⁶O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) foi uma pesquisa domiciliar, realizada pelo IBGE entre 1974 e 1975, de abrangência nacional. Coletou dados sobre orçamentos familiares e consumo de alimentos, visando dar elementos sobre a situação nutricional da população.

²⁷A Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, realizada em 1989 pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), com amostra domiciliar nacional, registrando o peso e altura dos entrevistados.

²⁸A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, realizada pelo Ministério da Saúde, em 1996 e em 2006, fez mensurações antropométricas (altura e peso) em mulheres e crianças.

Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola

ANÁLISE DA META 2.3

Os avanços já descritos em relação à agricultura familiar e sua contribuição para a segurança alimentar, que teve no instrumento de compras institucionais seu elemento de maior destaque (PAA e PNAE), mas também impulsionados por outros programas (como o PRONAF, Cisternas, etc) estão gravemente ameaçados pelo pacote de mudanças estruturais impulsionadas pela chamada bancada ruralista do Congresso Nacional e com plena acolhida do governo vigente. Produzem efeitos diretos no acesso à terra e ao território, principalmente de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Aponta-se algumas das medidas que configuram esses retrocessos:

- No plano institucional, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a fragilização em curso da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e do Instituto de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA).

- A Emenda Constitucional que transfere a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, paralisando as demarcações que estão sendo efetuadas e as terras já demarcadas.

- A expansão da fronteira agrícola na região do Cerrado, ameaçando o bioma definido por povos indígenas e comunidades tradicionais como “berço das águas”.

- A Medida Provisória que regulamenta o Programa de Parcerias e Investimentos que prevê concessões de empreendimentos de infraestrutura à iniciativa privada, o que sugere fortes riscos ambientais.

- As alterações previstas na previdência rural, que beneficia 13,5% do país a um custo de 1,5% do PIB

²⁹A Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008-2009 teve um suplemento sobre antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Nesta pesquisa, em uma amostra nacional, todas as pessoas pesquisadas foram pesadas e medidas.

³⁰A Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008-2009 teve um suplemento sobre antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Nesta pesquisa, em uma amostra nacional, todas as pessoas pesquisadas foram pesadas e medidas.

Meta 2.4 – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

ANÁLISE DA META 2.4

A grande importância da agricultura brasileira para a economia e para a segurança alimentar são bandeiras frequentemente defendidas por políticos e representantes de grandes produtores ao defender medidas controversas em relação ao meio ambiente e a populações tradicionais. A sustentabilidade é por vezes justificada pela alta produtividade no campo, em grande parte resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

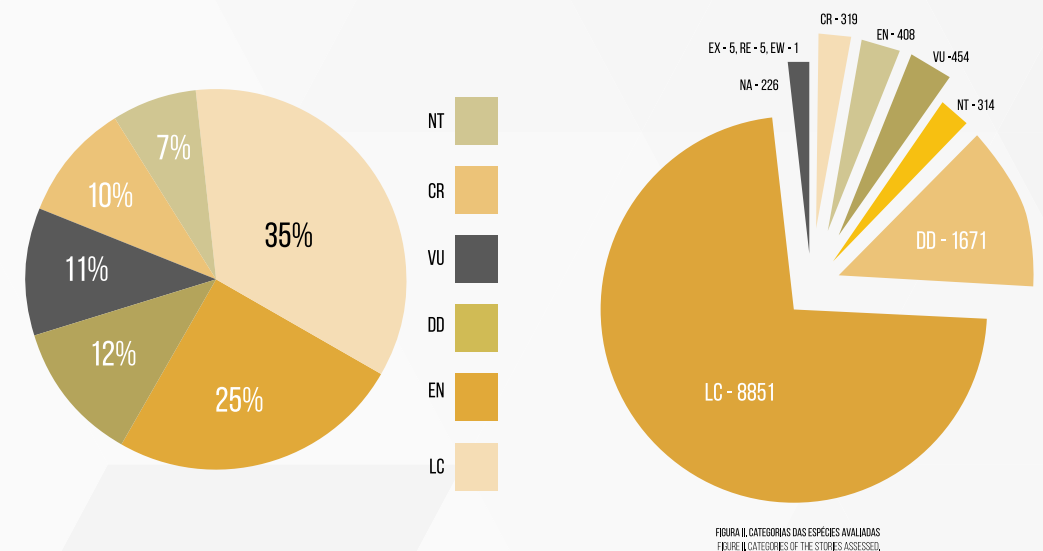
De fato, o aumento da produtividade desde 1970 dos fatores de produção trabalho e capital no Brasil foi superior a outros países, inclusive àqueles desenvolvidos, como os Estados Unidos. Entretanto, diante do aumento da demanda interna e externa, seja pelo aumento populacional ou pelo aumento da renda e consequentemente do consumo, este crescimento de produtividade por si só não foi suficiente, gerando também expansão da área cultivada. Neste contexto, pouco se fez para assegurar outras questões pertinentes à sustentabilidade da produção, tais como limitação do uso de agrotóxicos e práticas de baixa emissão de gases de efeito estufa. A flexibilização do Código Florestal através da Lei 12.651/2012 ainda

trouxe outros retrocessos em relação à necessidade de preservação de áreas de grande importância ambiental.

Há, por outro lado, importantes iniciativas para promoção de práticas de produção mais sustentáveis, embora ainda tímidas em termos de escala. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e a proposta de implantação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) são exemplos deste movimento, ainda sem resultados práticos relevantes.

INDICADORES

- NÚMERO DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO EM NÍVEL DESCONHECIDO DE RISCO DE EXTINÇÃO.
- NÚMERO DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO EM RISCO DE EXTINÇÃO
- NÚMERO DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO FORA DE RISCO DE EXTINÇÃO
- PERCENTUAL DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO EM NÍVEL DESCONHECIDO DE RISCO DE EXTINÇÃO.
- PERCENTUAL DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO EM RISCO DE EXTINÇÃO
- PERCENTUAL DE RAÇAS LOCAIS CLASSIFICADAS COMO ESTANDO FORA DE RISCO DE EXTINÇÃO



Fonte 1: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Livro vermelho da flora do Brasil

Fonte 2: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção

³²http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480 – capítulo 1

ANÁLISE DA META 2.5

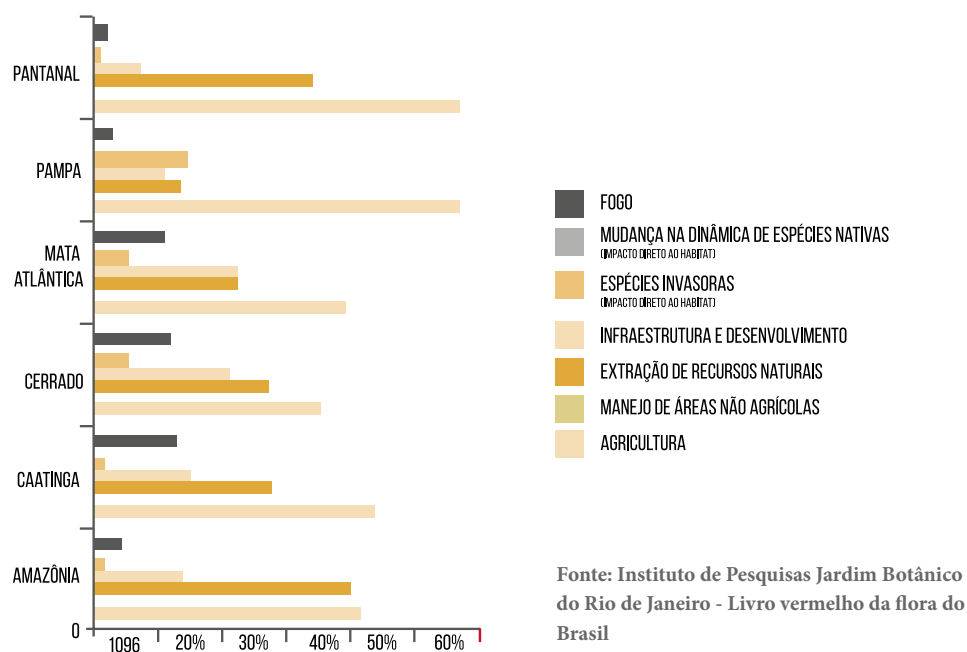
A grande biodiversidade brasileira está sob constante ameaça. Isto é o que indicam as duas principais listas de espécies ameaçadas de extinção, conhecidas como “livros vermelhos”, elaborados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, respectivamente voltados à avaliação da fauna e flora nacionais. Das espécies avaliadas, 9,6% da fauna e 45,9% da flora foram consideradas como ameaçadas em distintas categorias de risco.

A perda de habitat e a degradação é, sem dúvida, determinante para esta tendência.

Particularmente em relação à flora, também segundo dados do CNCFlora, esta foi a razão de 87% das ameaças incidentes. A perda de habitat, por sua vez, teve como principais eixos a agricultura e silvicultura (36,1%), a extração de recursos naturais (22,3%), infraestrutura e desenvolvimento (23,5%) fogo (11,0%). A agricultura é também a causa primária da perda de habitat em todos os biomas brasileiros, quando analisados os dados de forma desagregada, segundo indica o gráfico 9.

Gráfico 9 – Causas da perda de habitat em cada bioma brasileiro de acordo com a classificação de ameaça do CMP/UICN versão 2.1

CAUSAS DA PERDA DE HABITAT EM CADA BIOMA BRASILEIRO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DE AMEAÇA DO CMP/UICN VERSÃO 2.1



Os dados indicam, portanto, que a mudança no uso da terra é o principal vetor de perda de biodiversidade no Brasil. A criação de novas unidades de conservação articulada com a repressão a práticas ilegais de desmatamento atingiram resultados expressivos ao longo dos anos 2000, quando as taxas nacionais de desmatamento caíram vertiginosamente, sobretudo na região amazônica. Recentemente, porém, as lacunas de incentivos a atividades de desenvolvimento sustentável que garantam melhora das condições de vida nas regiões de remanescentes florestais levou a um novo aumento no ritmo do desmatamento, revertendo a tendência anterior.

Esperava-se que a definição de um marco legal para o acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios viabilizasse um caminho para as populações tradicionais residentes nessas regiões. Entretanto, a Lei 13.123/2015, que veio para suprir essa demanda, e seu respectivo instrumento regulamentador, o Decreto 8.772/2016, foram insuficientes em garantir esses direitos, inclusive confrontando alguns preceitos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Além disso, o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético - SISGen, previsto na lei visando melhorar a eficiência do processo de pesquisa e desenvolvimento relacionado ao patrimônio genético, ainda encontra desafios para sua implantação.

Paralelamente, o Congresso brasileiro, com uma composição majoritariamente ligada aos grandes produtores agropecuários do país, frequentemente propõe leis que vão em sentido contrário à preservação do patrimônio genético e transparência. Além do ataque às áreas preservadas, com diversas propostas de redução e eliminação de unidades de conservação, há propostas de redução na transparência quanto ao uso de transgênicos na embalagem dos produtos, fim da divulgação das espécies ameaçadas de extinção e consequente liberação de sua caça e forte barreira à adoção pelo Brasil do Protocolo de Nagoya, que visa estabelecer as diretrizes do acesso e repartição de benefícios a nível global. É fundamental que o país garanta a conservação de sua biodiversidade e atinja as Metas de Aichi, da qual é signatário, garantindo assim a preservação dos serviços naturais por ela prestados, tais como a estabilidade climática, o fornecimento de água com qualidade e em quantidade e a segurança alimentar, entre outros.

Meta 2a – Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação

INDICADORES

- FLUXO TOTAL OFICIAL DESEMBOLSADO PARA A AGRICULTURA, POR BENEFICIÁRIO
- ÍNDICE DE ORIENTAÇÃO DA AGRICULTURA PARA AS DESPESAS DO GOVERNO

ANÁLISE DA META 2A

Meta 2b – Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

³³http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Sumario_ABC_Primeiro_Final-ComFotos.pdf

INDICADORES

• ESTIMATIVA DE APOIO AO PRODUTOR

ANÁLISE DA META 2B

Meta 2c – Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

ANÁLISE DA META 2C

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). **Políticas Públicas para Garantia da Alimentação Adequada e Saudável: A união das agendas da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2015

FIAN. **Em marcha a ré: Violações e retrocessos do Estado na garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas**. 2017.

Perez-Escamilla, R & Segall, A.M. **Indicadores e medidas de insegurança alimentar**. Rev. Nutr. Vol. 21. Campinas, 2008

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 2008

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Segurança Alimentar**. 2004

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Segurança Alimentar**. 2009

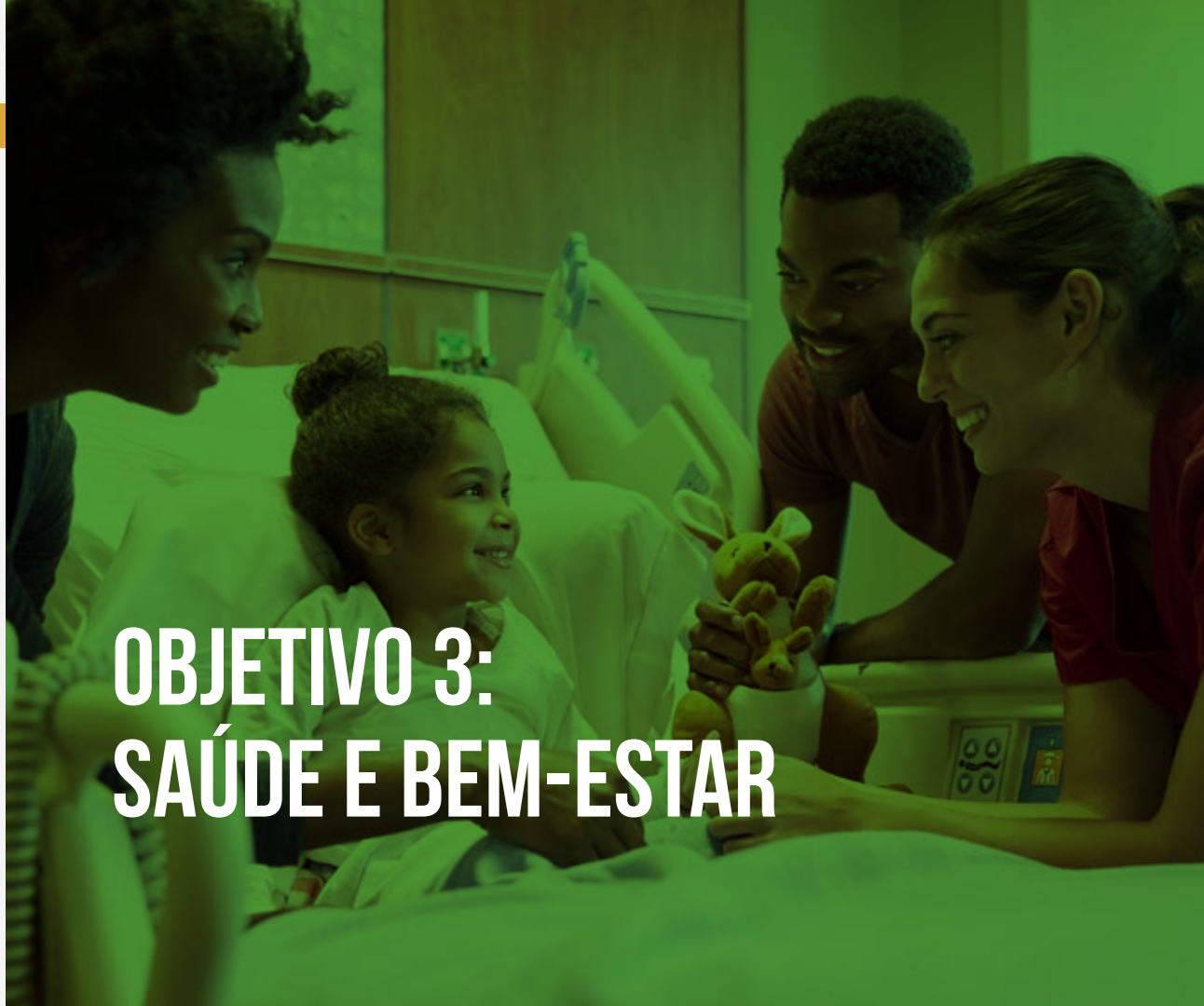
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Segurança Alimentar**. 2013

Menezes, F. & Porto, S. **A história das compras institucionais de alimentos no Brasil**. Centro de Excelência contra a Fome, WFP. Brasília. 2015.

Livro vermelho da flora do Brasil. 1. ed. - Rio de Janeiro : Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 1100 p. ; 30 cm.

Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. 2016

http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Sumario_ABC_Primeiro_Final-ComFotos.pdf



OBJETIVO 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES

RESUMO EXECUTIVO

A implantação do Sistema Único de Saúde – SUS –, via Constituição Federal de 1988, representou por si só um avanço e colocou o Brasil entre o reduzido grupo de países que possuem um sistema de saúde pública universal. De lá para cá, houve importante redução da mortalidade neonatal e infantil (apesar de disparidades enormes entre as regiões), além da queda de incidência de epidemias tropicais

e doenças transmitidas pela água. Ainda assim, apesar dos avanços em saúde, o SUS vem sendo esvaziado por ineficiência administrativa e política em benefício de empresas financeiras da saúde e em detrimento dos direitos humanos, o que cria barreiras para o alcance do ODS 3 e o benefício do conjunto da população brasileira, independente de raça, etnia, status econômico, orientação sexual e identidade de gênero.

- Registra-se aumento no acesso a serviços

de saúde sexual e reprodutiva na rede pública, relacionadas à prevenção às IST, ao HIV e HPV, com aumento de diagnósticos e acesso a planejamento familiar. Entretanto, mesmo que medicamentos e métodos contraceptivos sejam distribuídos pelo SUS, a depender da região do país o acesso é difícil e questões religiosas e ideológicas continuam a influenciar decisões e legislações de planejamento familiar no Brasil.

- Os casos de gravidez na adolescência decresceram, com maior acesso a atendimento e aconselhamento, mas ainda são altos. O Brasil, inclusive, não alcançou o ODM relativo à saúde materna em geral, também pelo elevado número de cesarianas e a baixa qualidade do atendimento médico fornecido.

- No campo do HIV, o aumento da testagem e consequente crescimento epidemiológico em todas as regiões do país colocam a viabilidade do sistema de oferta de medicamentos em cheque, principalmente pelo cumprimento dos acordos de propriedade intelectual no setor. É notável a ausência de enfoque multidisciplinar das políticas de AIDS e o grande retrocesso na área de prevenção, além de falhas operacionais no abastecimento.

- A situação da Tuberculose continua grave. Apesar de sua redução ao longo do tempo, algumas regiões ainda apresentam alto índice de infecção; é notável a variação de incidência segundo a raça e o agravamento dos casos associados a outras doenças, sobretudo a AIDS. A malária, apesar de ter sua incidência reduzida, continua com grandes bolsões de foco e demanda manutenção no combate para erradicar o vetor e o vírus das regiões mais afetadas.

- Novos desafios, como o aparecimento dos

vírus da chikungunya e da zika, somados à dengue, tiveram grande impacto em regiões de alta vulnerabilidade social e com limitações de saneamento básico. A Zika, relacionada ao nascimento de bebês com microcefalia, exigiu políticas públicas aliadas à ciência e tecnologia. No último ano, houve uma redução nas taxas de infecção, mas há indicações que seja uma epidemia sazonal, como outras transmitidas pelo mosquito.

- As doenças crônicas não transmissíveis são as doenças que mais matam no Brasil. Em 2012, foram responsáveis por 74% das mortes no país.

- Houve aumento de óbitos decorrentes do câncer e doenças cardiovasculares e crescimento da isquemia cerebral em substituição ao infarto cardiovascular.

- O aumento dos suicídios entre jovens urbanos (15 a 29 anos) e o consumo de álcool no Brasil, notadamente maior que as médias mundial e latino-americana e principal causa de mortes de jovens entre 15 e 19 anos, impõem grandes desafios.

- Medidas de controle do tabaco reduziram o tabagismo no Brasil mas o impacto na saúde pública ainda é extenso: são 156 mil mortes ao ano e R\$ 56,9 bilhões de custos anuais para o sistema de saúde.

- O número de mortos e feridos em acidentes de trânsito ainda é alto, apesar da redução nos últimos anos em decorrência de ações do poder público.

- À escassez de recursos para financiamento do

SUS soma-se a ineficiência e desvios de finalidade dos recursos aplicados, mesmo quando feito dentro da lei de conversão de recursos de fundo-a-fundo, como no caso da AIDS. A nova proposta de financiamento restrita a duas formas, de custeio e de capital, a partir de 2018, eliminando o fundo-a-fundo, vai agravar os problemas de desvio de finalidade de recursos públicos para a saúde pública em áreas pré-definidas, o que acarreta em menor transparência e dotação orçamentária para problemas específicos.

- Prolifera o modelo de seguros privados de saúde, que por sua vez inflacionam os serviços e dificultam o acesso à maior parte da população.

- A adoção de parcerias público-privado para a administração de hospitais públicos, depois de dez anos de implementação, não resultou em melhoria relevante no atendimento do SUS.

- As recentes Leis aprovadas no Brasil que ampliam o alcance de terceirização para a execução de serviços e a reforma trabalhista criam espaço jurídico para enfraquecer direitos conquistados, contrariando o objetivo de crescimento de oferta do trabalho decente (ODS 8) e com potencial impacto da qualidade dos serviços públicos de saúde.

- Os investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento, apesar de terem crescido, ainda são insuficientes e, ademais, houve diminuição significativa nos recursos em relação à década passada.

DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS:

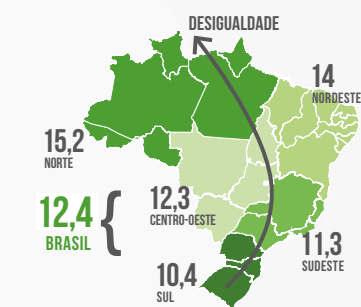
Figura 3.



Figura 4.

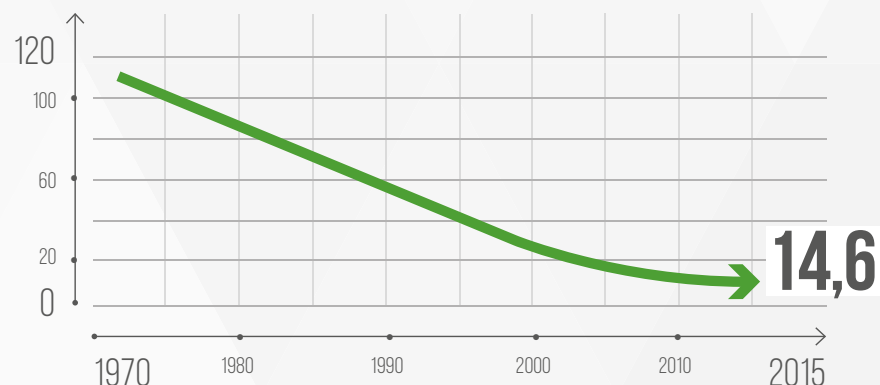


Gráfico 5. **BRASIL. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO EM 2015), SEGUNDO GRANDES REGIÕES (PARA CADA 1.000 NASCIDOS VIVOS)**



Fonte: Fundação Abrinq - Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017

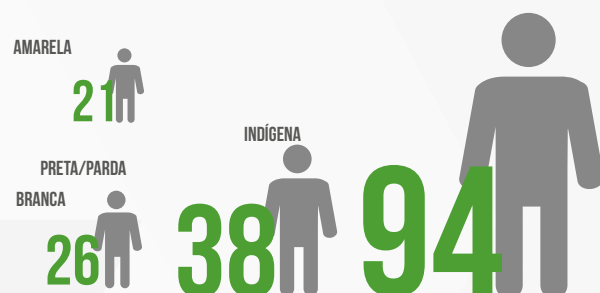
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR GRUPO DE 1.000 NASCIDOS VIVOS



Os indicadores de mortalidade infantil indicam uma trajetória favorável de redução ao longo das últimas décadas, posicionando o país entre aqueles que mais evoluíram em relação a este indicador entre 1990 e 2012, segundo a UNICEF. Como consequência, o país já havia concretizado as metas relativas a este tema pactuadas no âmbito dos Objetivos do Milênio (ODM) mesmo alguns anos antes de seu prazo final.

Fonte: UNICEF. Child Mortality Estimates

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE POR RAÇA (2013) POR 100.000 HABITANTES



Em relação à incidência do vírus HIV, o Brasil apresentou avanços consideráveis até o ano de 2015, com constantes quedas em seus índices. A partir de 2015, no entanto, de acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), o país voltou a ter um aumento da população que vive com a doença, sozinho correspondendo por mais de 40% dos novos casos na América Latina, o que evidencia a necessidade de manter o intenso combate.

Fonte: MS/SVS/Dasis

RECOMENDAÇÕES:

- Continuar política pública de expansão de rede médica pelo território nacional, com incentivos para graduados em universidades públicas.
- Fortalecer a participação da sociedade civil organizada no monitoramento do serviço público de saúde, inclusive fortalecendo os Conselhos de Saúde e acatando efetivamente suas deliberações nos três níveis de administração pública.
- Investir e aumentar os recursos programados para o SUS de forma a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, inclusive com execução orçamentária dos recursos fundo-a-fundo em sua integralidade dentro do prazo previsto.
- Aumentar o nível de regulação sobre os planos de seguro privados e sua abusiva economia de monetização da saúde, com redução de índice de indexação de reajuste de valor de cobertura e modificação nas faixas de idade.
- Regular e monitorar efetivamente a formação de PPP – parcerias público-privadas – com Organizações Sociais na saúde, com contratos e orçamentos transparentes e responsáveis, com prestação de contas regular à sociedade, sob revisão dos conselhos de saúde.
- Integrar bancos de dados da saúde no Brasil, em que os dados possam ser facilmente acessíveis a fim de realizar compilações analisáveis, o que aumentará também as chances de cumprimento de metas do ODS 17.
- Aumento imediato e adequado nos investimentos de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Garantir que o orçamento público da saúde contemple recursos humanos e financeiros para manter e fortalecer as Políticas de AIDS e de TB, criando políticas de prevenção baseadas nos direitos humanos, garantindo acesso a todos os insumos de prevenção e aos medicamentos essenciais para o tratamento destes e outros agravos.
- Garantir implementação do plano nacional para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis e convenção quadro para o controle do tabaco.
- Salvaguardar as políticas públicas de saúde de interesses comerciais dos setores econômicos que lucram com o consumo de produtos responsáveis pelo agravamento dos fatores de risco para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

METAS GLOBAIS – ODS 3

Meta 3.1 – Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

Os indicadores da meta 3.1 apresentam um cenário de evolução no contexto brasileiro em relação à saúde materna. Quase a totalidade dos partos ocorridos no Brasil ocorre com assistência de pessoal de saúde qualificado, uma evolução de 6% em um prazo de 15 anos. No mesmo período, a taxa de mortalidade materna caiu para 44 mortes a cada 100.000 nascimentos.

É importante notar que a evolução apresentada nestes indicadores se deu em um contexto de melhoria dos serviços sociais relativos à saúde, com ampliação na disponibilização de acompanhamento médico a gestantes, e das condições locais e sanitárias para realização dos procedimentos necessários (como demonstra o gráfico 10). No entanto, estes avanços não foram suficientes para que o Brasil alcançasse o ODM relativo à saúde materna – para tanto seria necessário alcançar o número de 35 mortes a cada 100.000 nascimentos. Como causas pode-se apontar o elevado número de operações cesarianas e a qualidade do atendimento médico fornecido³⁴.

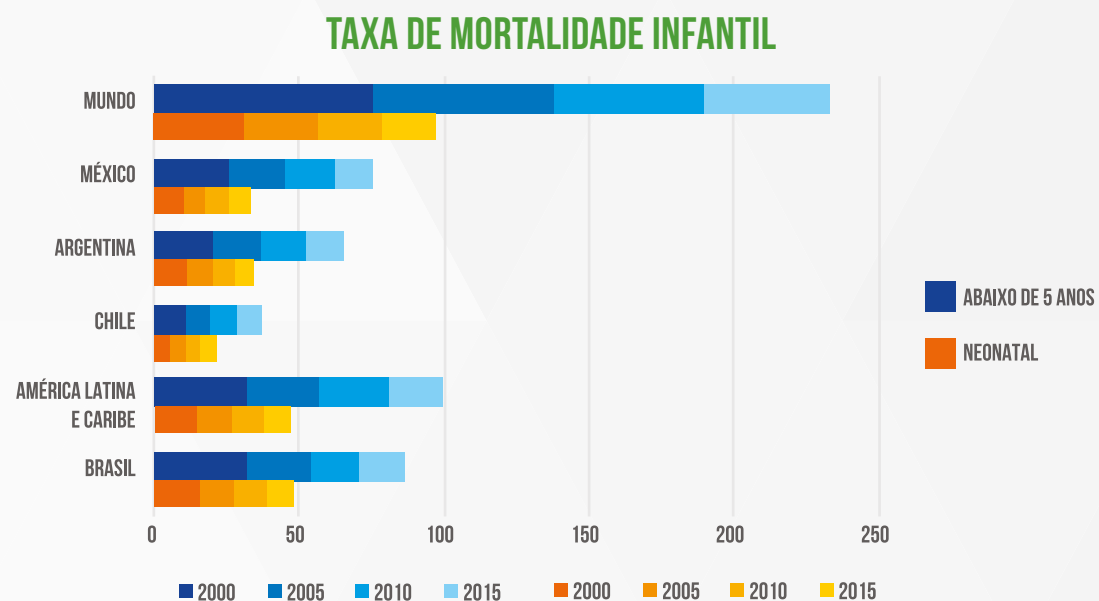
Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.

Os indicadores de mortalidade infantil indicam uma trajetória favorável de redução ao longo das últimas décadas, posicionando o país entre aqueles que mais evoluíram em relação a este indicador entre 1990 e 2012, segundo a UNICEF. Como consequência, o país já havia concretizado as metas relativas a este tema pactuadas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do milênio (ODM) mesmo alguns anos antes de seu prazo final.

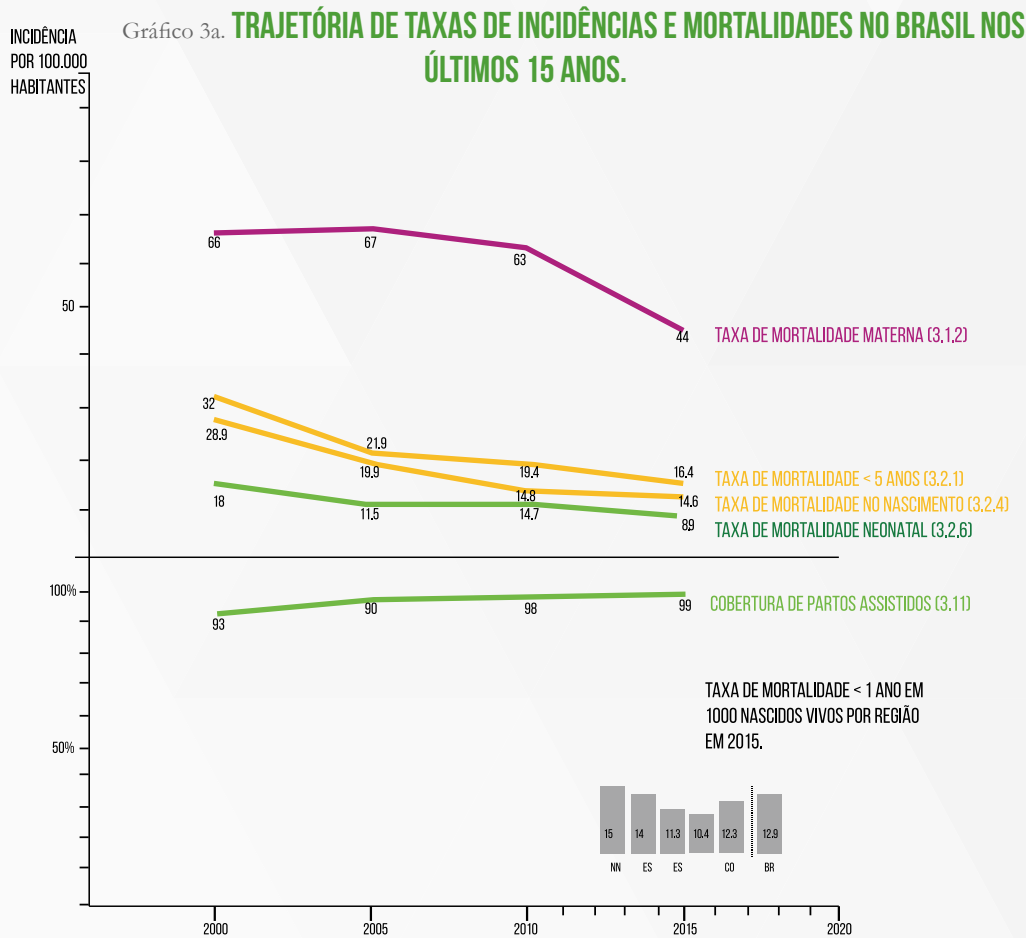
Diversas são as razões que justificam esta melhoria, dentre as quais a melhoria da atenção primária de saúde a partir da criação do SUS – Sistema Único de Saúde, a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), a melhoria das condições sanitárias, a melhoria no acesso à informação, a expansão da imunização oferecida na rede pública e os avanços socioeconômicos proporcionados pelas políticas de transferência de renda.

Entretanto, ao aprofundar a análise e verificar a incidência destes fatores no território, fica evidente uma grande desigualdade regional em relação a esses indicadores. Enquanto as regiões Sudeste e Sul já apresentam os patamares objetivados, as regiões Norte e Nordeste ainda possuem um longo caminho a trilhar.

Também quando comparados os dados a países latino-americanos de similar condição econômica, fica latente a necessidade de continuidade na melhoria dos indicadores.



Em se tratando de uma questão complexa e de múltiplas causas, a articulação entre políticas públicas transversais com foco na redução das desigualdades é fundamental para a continuidade da evolução deste quadro.



Meta 3.3 – Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

O governo brasileiro tem promovido iniciativas de combate e conscientização visando eliminar algumas das principais enfermidades apresentadas nos indicadores acima, como a campanha “Elimine a Malária para o Bem” e o Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Em rela-

ção a ambas as doenças, as ocorrências diminuíram consideravelmente, com o objetivo sendo de fato a erradicação da malária e a redução em 95% os óbitos por tuberculose e em 90% a incidência da mesma até 2035.

Em relação à malária, embora 2015 tenha sido

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/23368-brasil-registra-menor-numero-de-casos-de-malaria-nos-ultimos-35-anos/>

o ano com menor número de casos no país nos últimos 35 anos (143 mil)³⁵, a forte redução evidencia bolsões de concentração da doença, notadamente na região amazônica. Além disso, mesmo fora da Amazônia, as medidas de controle não devem ser negligenciadas em função do risco de reintrodução. O esforço ao longo do

tempo mostrou resultado, mas requer atenção e continuidade do programa.

Particularmente com respeito à tuberculose, é notável a variação de incidência segundo a raça e o agravamento dos casos associados outras doenças, sobretudo a AIDS. Estes dados ficam evidentes nos gráfico 11 abaixo.

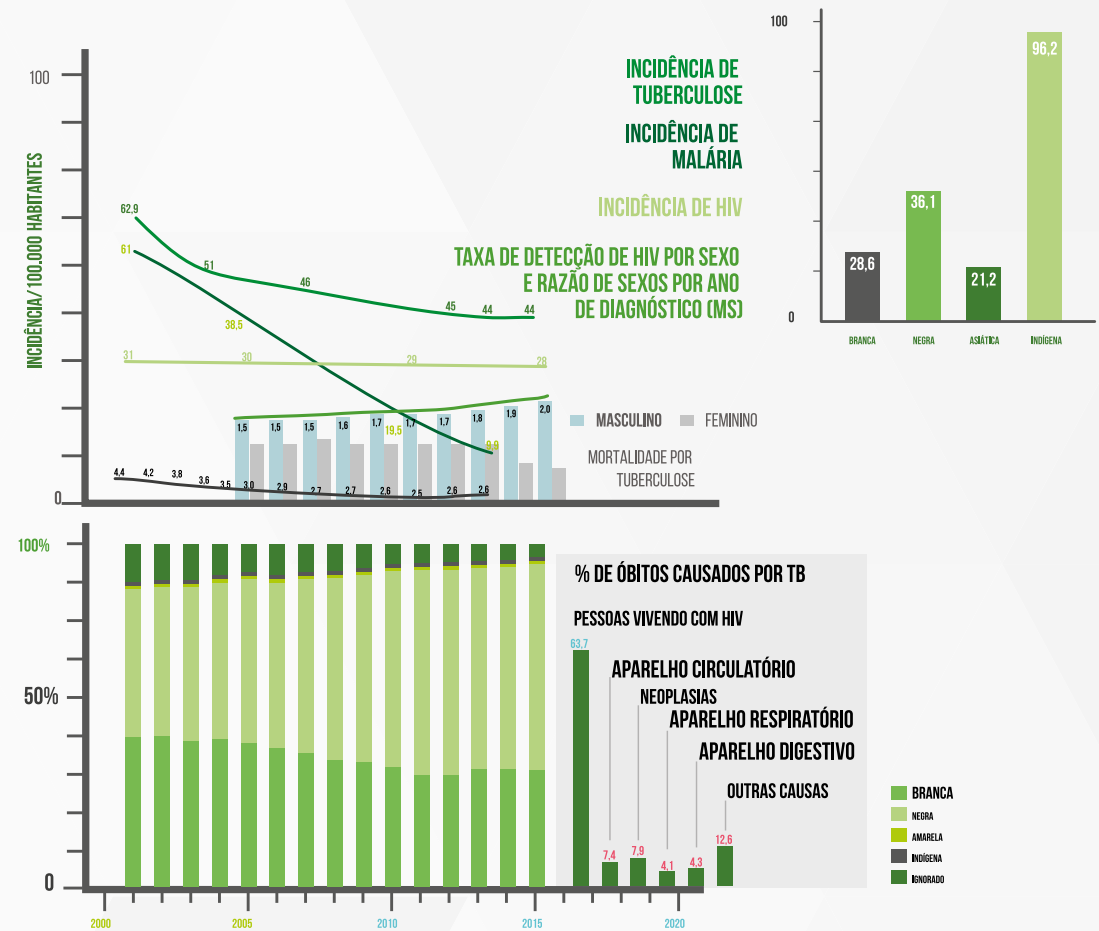


Gráfico 3b. Trajetória de taxas de incidências de Tuberculose, Malária e HIV. Desagregação por raça/etnia e percentual de óbitos por TB associados a outras patologias.

³⁵ <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/23368-brasil-registra-menor-numero-de-casos-de-malaria-nos-ultimos-35-anos/>

³⁶ Fonte: Adesão a tratamento no Brasil (Achar fonte segura.)

³⁷ http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/politica/1441251452_562835.html e

MORTES POR TUBERCULOSE POR 100.000 HABITANTES

Como mostra o gráfico 11, houve uma redução significativa no óbito por Tuberculose, porém os dados também mostram que tais óbitos ocorrem em pessoas que vivem com HIV. Há uma relação direta entre as duas enfermidades. Maior acesso a medicamentos reduziu óbitos, mas a persistência nos últimos anos se dá por dificuldades referentes à adesão aos tratamentos.

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Mortes por tuberculose por 100.000 habitantes)

TAXA DE INCIDÊNCIA DE HIV ESTIMADA

Em relação à incidência do vírus HIV, o Brasil apresentou avanços consideráveis até o ano de 2015, com constantes quedas em seus índices. A partir de 2015, no entanto, de acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), o país voltou a ter um aumento da população que vive com a doença, sozinho correspondendo por mais de 40% dos novos casos na América Latina, o que evidencia a necessidade de manter o intenso combate. Recentemente, foram registradas falhas na distribuição dos medicamentos antirretrovirais e até escassez. Os acordos de propriedade intelectual no setor, respeitados pelo governo brasileiro, e a alta participação dos produtos importados no combate à doença colocam em risco a continuidade do programa em um cenário de falta de priorização de questões sociais.

De 1980 a junho de 2016, foram notificados no país 842.710 casos de AIDS. O Brasil tem registrado, anualmente, uma média de 41,1 mil casos de infecção pelo HIV nos últimos cinco anos. Do ano 2000 – quando da implantação do relacionamento probabilístico dos dados – a junho de 2016, observou-se

um total de 634.051 casos de infecção, sendo que 445.763 (70,3%) foram notificados no Sinan, 47.586 (7,5%) no SIM e 140.702 (22,2%) no Siscel/Siclom, estes últimos representando 29,7% de subnotificação no Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

A taxa de detecção de AIDS no Brasil tem crescido lentamente nos últimos dez anos, com uma média de 20,7 casos/100mil hab.; também se observa estabilização da taxa na região Centro-Oeste, com uma média de 18,5 casos/100 mil hab. A região Sudeste apresenta tendência importante de queda nos últimos dez anos; em 2006, a taxa de detecção foi de 23,5, passando para 18,0 casos/100mil hab. em 2015, o que corresponde a uma queda de 23,4%. As regiões Norte e Nordeste apresentam uma tendência linear de crescimento da taxa de detecção; em 2006 a taxa registrada foi de 14,9 (Norte) e 11,2 (Nordeste) casos/100 mil hab., enquanto no último ano a taxa foi de 24,0 (Norte) e 15,3 (Nordeste), representando um aumento de 61,4% (Norte) e 37,2% (Nordeste). A região Sul apresentou uma leve tendência de queda de 7,4%, passando de 30,1 casos/100 mil hab. em 2006 para 27,9 em 2015.

Fonte: Boletim Epidemiológico HIV/AIDS do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais (DIAHV), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS) 2016.

NÚMERO DE PESSOAS QUE NECESSITAM DE INTERVENÇÕES CONTRA DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS

TERRITÓRIO/ANO	2014
América Latina	63.844.482,00
Brasil	18.680.873,00

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas)

Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

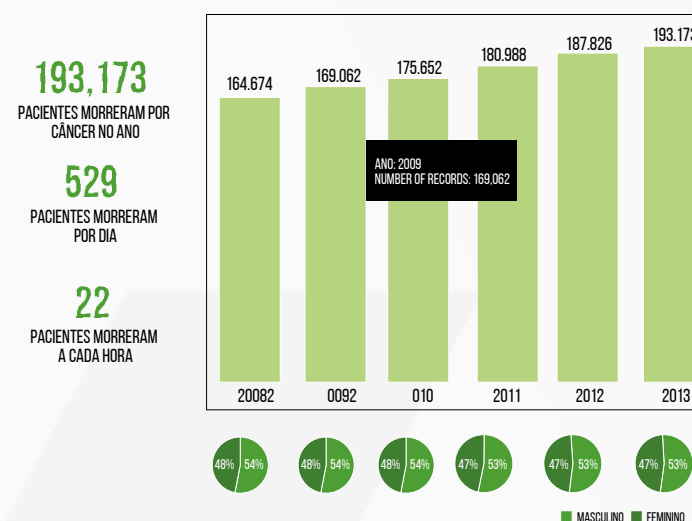
TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A DOENÇAS CARDIOVASCULARES, CÂNCER, DIABETE E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS

TERRITÓRIO	GRUPO IDADE	2000	2005	2010	2015
Mundo	30 - 70	22,80	20,90	19,70	19,40
América Latina	30 - 70	20,20	18,40	17,20	16,70

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Número de mortes atribuídas ao suicídio)

ÓBITOS POR CÂNCER NO BRASIL

NÚMERO DE ÓBITOS POR CÂNCER, POR UF, SEXO E FAIXA ETÁRIA - 2008/2013



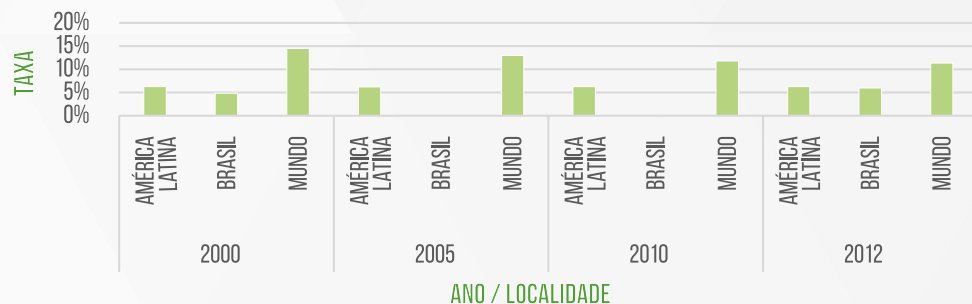
Em 2013, considerando apenas as neoplasias malignas, o Brasil registrou 193.173 óbitos. Em 2008, foram 164.674 óbitos por câncer.

NÚMERO DE MORTES ATRIBUÍDAS AO SUICÍDIO POR 100.00 HABITANTES

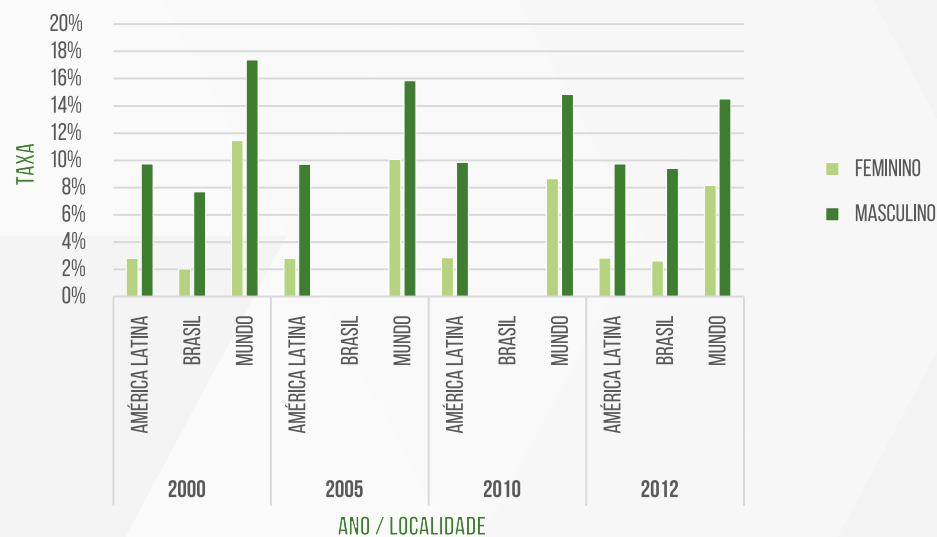
TERRITÓRIO	2000	2005	2010	2015
Mundo	883,00	845,00	813,00	804,00
América Latina	33,00	35,00	37,00	38,00
Brasil	8,42	-	-	11,82

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Número de mortes atribuídas ao suicídio)

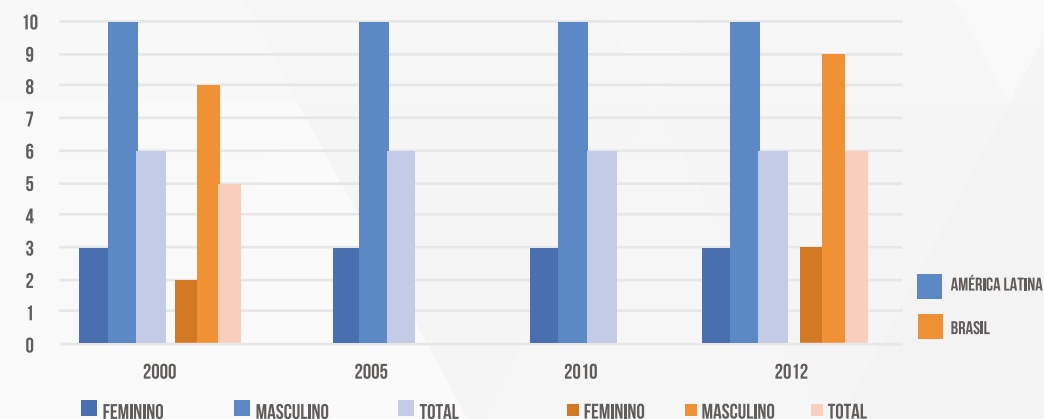
TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO POR 100.000 HABITANTES



TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO POR 100.000 HABITANTES



TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO



De assunto mantido entre quatro paredes a tema de série na Internet, o suicídio de jovens cresce de modo lento, mas constante no Brasil: dados ainda inéditos mostram que, em 12 anos, a taxa de suicídios na população de 15 a 29 anos subiu de 5,1 por 100 mil habitantes em

2002 para 5,6 em 2014 - um aumento de quase 10%. Os números obtidos são do Mapa da Violência 2017, estudo publicado anualmente a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Meta 3.5 – Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

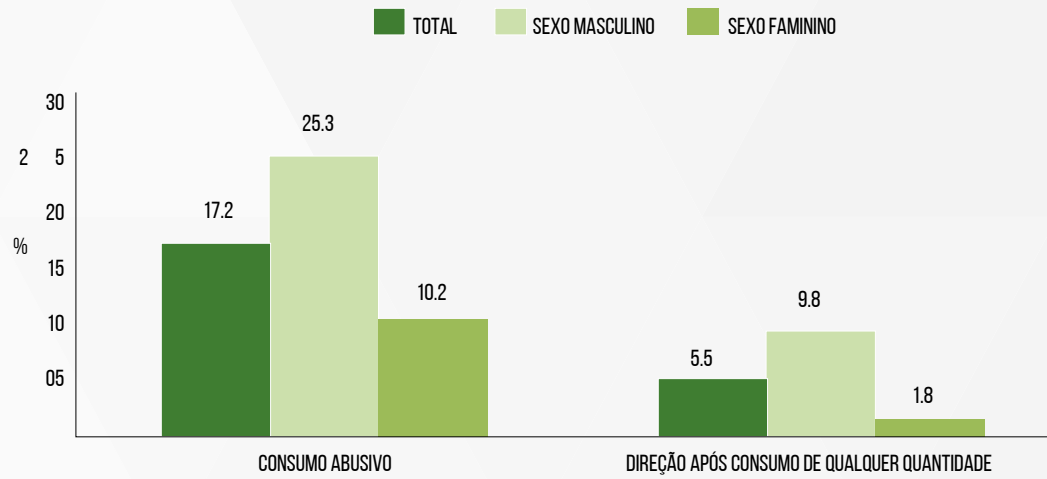
CONSUMO DE ÁLCOOL PER CAPITA (15 ANOS OU MAIS) POR ANO – EM LITROS DE ÁLCOOL PURO

TERRITÓRIO	GRUPO IDADE	2005	2010	2015
MUNDO	15+	6,00	6,20	6,30
AMÉRICA LATINA	15+	8,40	7,70	7,50
BRASIL	15+	9,80	8,70	9,10

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Consumo de álcool per capita [15 anos ou mais] dentro de um ano civil em litros de álcool puro)

Ainda mais, de acordo com a pesquisa VIGITEL 2015, a frequência do consumo abusivo de bebidas alcoólicas nos últimos 30 dias foi de 17,2%, sendo duas vezes e meia maior em homens (25,3%) do que em mulheres (10,2%). Em 2014, o índice foi de 16,5%, sendo 24,8% em homens e 9,4% em mulheres.

INDICADORES DE ÁLCOOL - VIGITEL 2015 (POR SEXO)

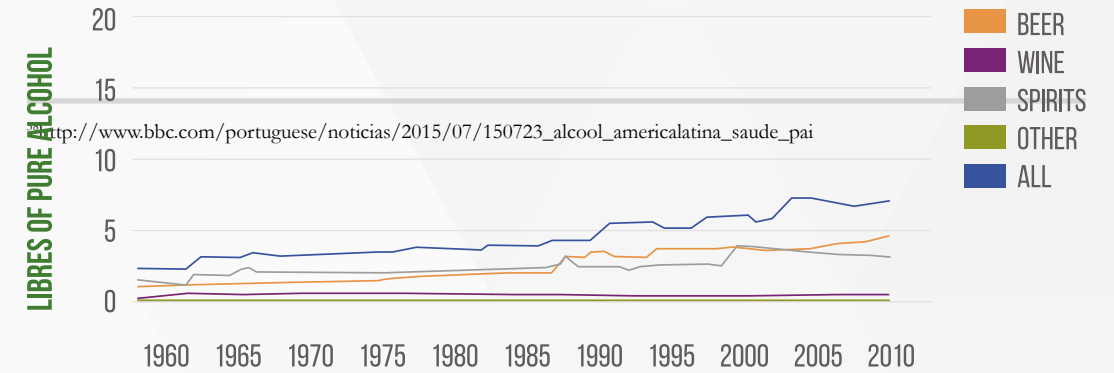


OBSERVA-SE DIFERENÇA SIGNIFICATIVA ENTRE OS SEXOS.

*PERCENTUAL DE ADULTOS QUE REFERIRAM CONSUMIR, NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, QUATRO OU MAIS DOSES (MULHER) OU CINCO OU MAIS DOSES (HOMEM) DE BEBIDA ALCÓOLICA EM UMA MESMA OCASIÃO.

ALCOHOL CONSUMPTION: LEVELS AND PATTERNS

RECORDED ALCOHOL PER CAPITA (15+) CONSUMPTION, 1961-2010
 DATA REFER TO LITRES PURE ALCOHOL PER CAPITA (15+)



ALCOHOL PER CAPITA (15+) CONSUMPTION (IN LITRES OF PURE ALCOHOL)

	AVERAGE 2003-2005	AVERAGE 2008-2010	CHANGE
RECORDED	6.8	7.2	→
UNRECORDED	3.0	1.5	↘
TOTAL	9.8	8.7	↘
TOTAL MALES / FEMALES		13.6 4.2	
WHO REGION OF THE AMERICAS	9.2	8.4	

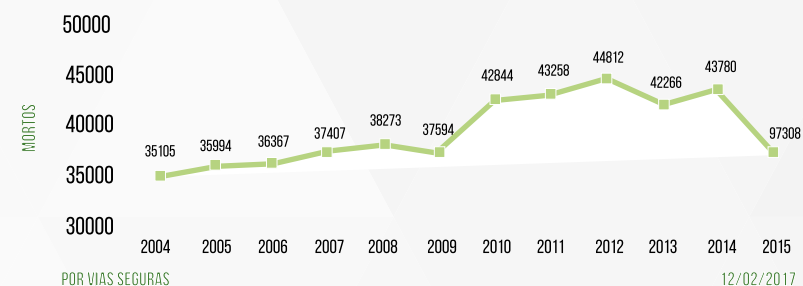
O consumo de álcool no Brasil é notadamente maior que as médias mundial e latino-americana: cerca de 1L de álcool puro por ano a mais que a média latino-americana e 3L a mais que a mundial, ocorrendo poucas variações em um espaço de quinze anos. O consumo brasileiro total caiu 0,7 L, mas continua um padrão alto, o que apresenta consequências para a saúde da população. A OMS aponta, em dados de 2013, que há ainda uma discrepância entre os consumos masculino e feminino no Brasil, com o primeiro em média de 13,6 L de álcool puro por ano, enquanto o segundo de 4,2 L.

O número elevado se revela especialmente preocupante ao analisarmos os efeitos deste alto consumo de álcool. De acordo com a OMS, o consumo de álcool é a principal causa de mortes de jovens entre 15 e 19 anos no Brasil, além dos altos índices de mortes por acidentes de trânsito decorrentes do consumo excessivo.³⁸ Não apenas, mas episódios de violência são comuns após o consumo excessivo de álcool.

Meta 3.6 – Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

TAXA DE MORTALIDADE DEVIDO A ACIDENTES DE TRÂNSITO

ESTATÍSTICAS NACIONAIS: MORTOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO
(FONTE DATASUS)



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Taxa de mortalidade devido a acidentes de trânsito

Na contramão da média mundial, apesar de alinhada com a média latino-americana, a taxa de mortalidade devido a acidentes de trânsito no Brasil aumentou de maneira quase constante ao longo dos últimos vinte anos, chegando a registrar mais de 41 mil mortes em 2013, de acordo com a OMS. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2013 foram registradas mais de 170 mil internações decorrentes de acidentes de trânsito³⁹.

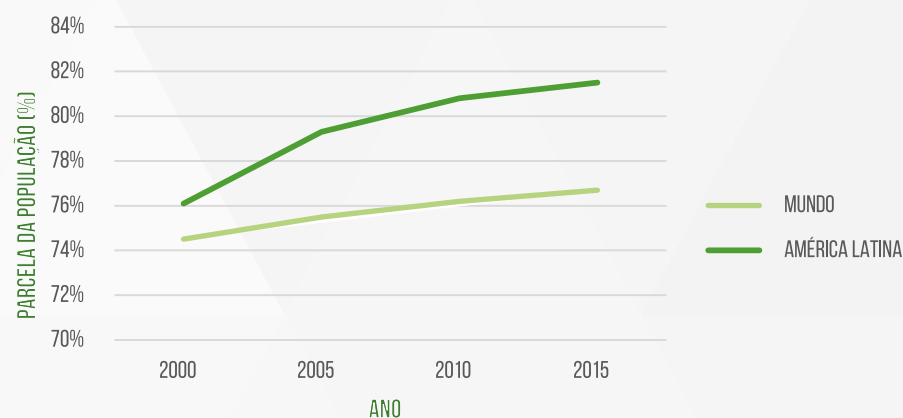
É importante apontar a correlação com a meta 3.5 (relativa ao consumo de álcool *per capita*), dado principalmente que o perfil mais corriqueiro das vítimas de acidentes de trânsito é o decorrente ao consumo excessivo de bebida alcoólica. Ainda assim, a OMS aponta o Brasil como exemplo na aplicação da legislação de trânsito, contemplando os principais requisitos de segurança⁴⁰.

Meta 3.7 – Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

³⁹<http://www.blog.saude.gov.br/35535-brasil-e-o-quinto-pais-no-mundo-em-mortes-por-acidentes-no-transito.html>

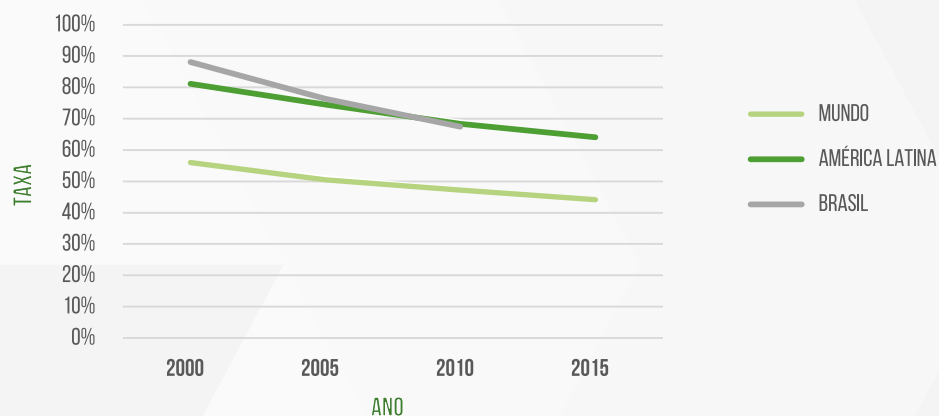
⁴⁰<https://nacoesunidas.org/oms-brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-mortes-de-transito-por-habitante-da-america-do-sul/>

MULHERES CASADAS OU EM UNIÃO ESTÁVEL EM IDADE REPRODUTIVA (15-49 ANOS) QUE TEM SUAS NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO FAMILIAR SATISFEITAS COM MÉTODOS MODERNOS.



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Percentual de mulheres casadas ou em união estável em idade reprodutiva (15-49 anos) que tem suas necessidades de planejamento familiar satisfeitas com métodos modernos

TAXA DE NATALIDADE ADOLESCENTE (POR 1.000 MULHERES ADOLESCENTES DE 15-19 ANOS)



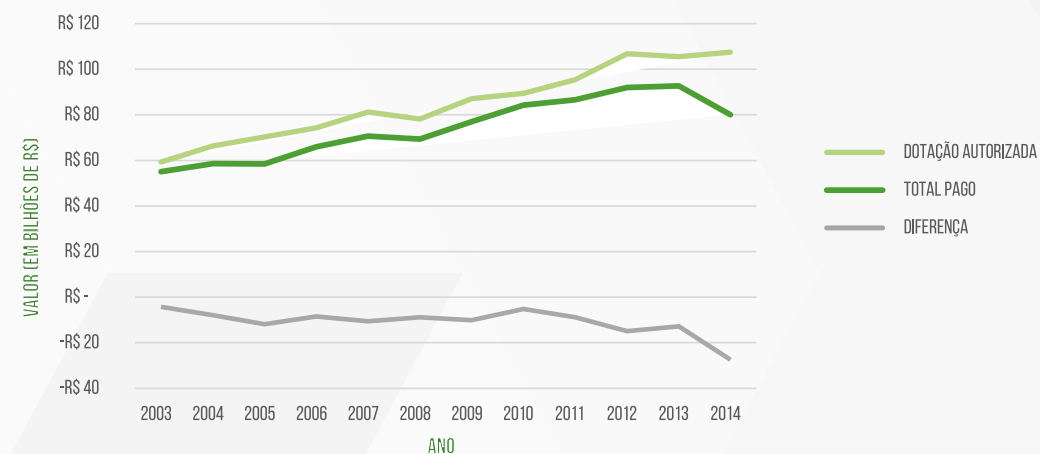
FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Taxa de natalidade adolescente por 1.000 mulheres adolescentes de 15-19 anos

Tido como um dos países com legislação mais avançada no que toca o planejamento familiar, o acesso à informação e aos serviços referentes à saúde sexual e reprodutiva, o Brasil ainda enfrenta dificuldades e resistência por partes da população. Ainda que medicamentos e métodos contraceptivos sejam distribuídos pelo SUS, em determinadas regiões do país o acesso é difícil. Ademais, questões religiosas e ideológicas ainda possuem influência em decisões relativas ao planejamento

Meta 3.8 – Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

O orçamento do Ministério da Saúde, conforme Quadro 2 a seguir, em 2015 foi de R\$ 109,6 bilhões, em 2016 R\$ 109,4 bilhões e R\$ 110,2 bilhões para 2017. Um problema é o fato de que nem todo recurso aprovado é investido, como mostra tabela abaixo. Problemas no uso de recursos fundo-a-fundo (verbas específicas), por exemplo, vem sendo documentado desde 2012.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE



familiar em setores da sociedade.

A taxa de natalidade adolescente também reflete a disparidade regional mencionada acima⁴¹. Enquanto que, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de 20% dos nascimentos no país são de mães com 19 anos ou menos, a maior parte (35,8%) das jovens de 15 a 19 anos que tiveram filhos residem na Região Nordeste⁴², refletindo desigualdades nos níveis informacionais e acesso a métodos anticoncepcionais.

A qualidade do serviço vem sendo comprometida com a malversação de recursos para a Saúde, acarretando em desafios de logística de insumos básicos (ainda temos casos de falta de esparadrapo em certos postos de saúde), medicamentos e instrumentos.

⁴¹ <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/taxa-de-fecundidade-caiu-18-6-em-10-anos-no-pais>

⁴² <https://nacoesunidas.org/gravidez-na-adolescencia-e-mais-frequente-em-grupos-de-maior-vulnerabilidade-social-diz-oficial-do-unfpa/>

A proposta de PPP para a administração de hospitais públicos, depois de dez anos de implementação mostra sinais de fracasso. Em Pernambuco, a rede hospitalar e clínica administrada pela Fundação Alice Figueira (IMIP) tem um custo por leito/ano maior do que o dobro do custo dos hospitais administrados pelo estado, em um estudo feito pelo GT Ativismo de PVHA da Gestos.

As parcerias público-privadas poderiam ser um caminho efetivo para desonerar o serviço público e aumentar sua qualidade, mas os exemplos exitosos, e não são muitos, mostram que o caminho correto passa por transparência e prestação de contas à sociedade, principalmente porque as rubricas orçamentárias são usadas como brechas para desvio de recursos públicos no empreendimento, já que as fundações, como Organizações Sociais, não tem fins lucrativos.

Portanto, já que a aposta dos gestores públicos nacionais e globais como direção para implementar os ODS é a adoção de PPP, precisa-se então de mecanismos eficientes de monitoramento e avaliação, não só por órgãos públicos como os Tribunais de Contas, mas por organizações da sociedade civil que tem como meta a concretização da transparência e responsabilidade pública como método de administração.

No entanto, as recentes Leis aprovadas no Brasil que amplia o alcance de terceirização para a execução de serviços, e a Reforma Trabalhista, cria um espaço jurídico para o enfraquecimento de direitos do trabalho, contrariando o objetivo de crescimento de oferta de trabalhos decentes (ODS 8).

Há uma tendência à privatização (monetização) da saúde pública através de instrumentos de seguro, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O montante de recursos movimentados pela

cadeia privada de seguros de saúde é 80% do orçamento total da saúde pública, mas atende apenas 25% da população. Enquanto o SUS atende mais de 75% da população, inclusive para segurados de planos privados.

Meta 3.9 – Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo

De acordo com dados comparativos com as médias mundiais e da América Latina, o Brasil parece estar em vantagem no controle de externalidades da poluição.

Mas há ausência de dados sobre água contaminada. A maioria é sobre presença da Salmonella nos alimentos. No Brasil, 42,5% dos surtos alimentares confirmados laboratorialmente de 1999 a 2009 tiveram como agente etiológico bactérias do gênero Salmonella, frequência muito provavelmente subestimada. (Segurança Alimentar e Nutricional, 2012).

A salmonella é mais associada à incidência na avicultura. Segundo a médica veterinária e pesquisadora da Embrapa Suínos e Aves, Jalusa Deon Kich, a salmonella sempre esteve presente na suinocultura, apresentando surtos esporádicos de doença clínica. Mas a partir de 2011 cresceu fortemente e diversificou-se. Calcula-se que 77% dos suínos abatidos tem salmonella nos nódulos linfáticos. Isto aumenta a exposição a riscos de produtos alimentícios industrializados a base de carne suína.

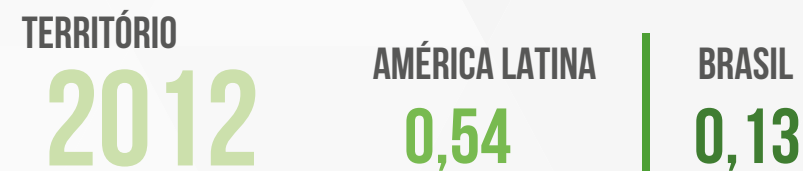
Outro evento não contabilizado, dentre vários, foi o acidente da mineradora no Rio Doce em Mariana, Minas Gerais, que devastou o meio ambiente da bacia hidrográfica, destruiu uma cidade e continua afetando todo ecossistema até costa marinha do Espírito Santo.

TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A ÁGUA CONTAMINADA, SANEAMENTO INSEGURO E FALTA DE HIGIENE



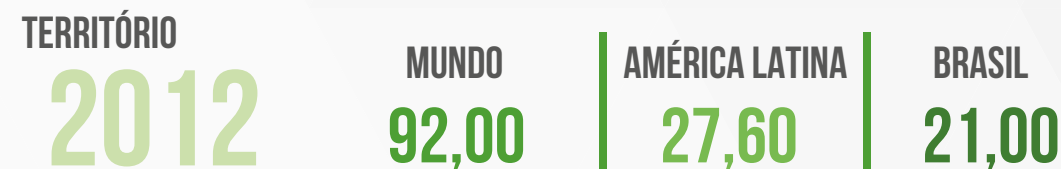
(FONTE: AGENDA 2030. INDICADOR: TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A ÁGUA CONTAMINADA, SANEAMENTO INSEGURO E FALTA DE HIGIENE)

TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A INTOXICAÇÕES ACIDENTAIS



(FONTE: AGENDA 2030. INDICADOR: TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A INTOXICAÇÕES ACIDENTAIS)

TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A POLUIÇÃO DO AR DOMÉSTICO E AMBIENTE

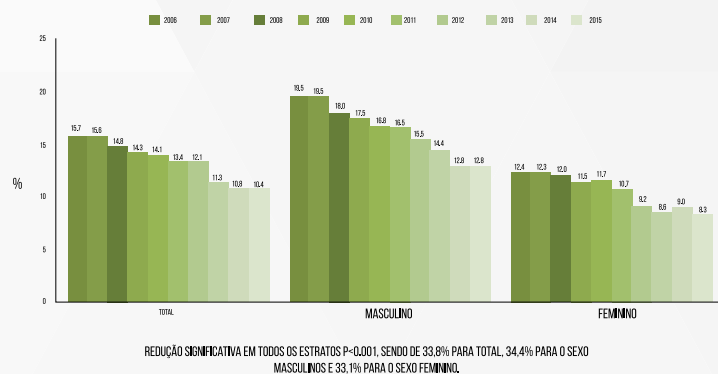


(FONTE: AGENDA 2030. INDICADOR: TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A POLUIÇÃO DO AR DOMÉSTICO E AMBIENTE)

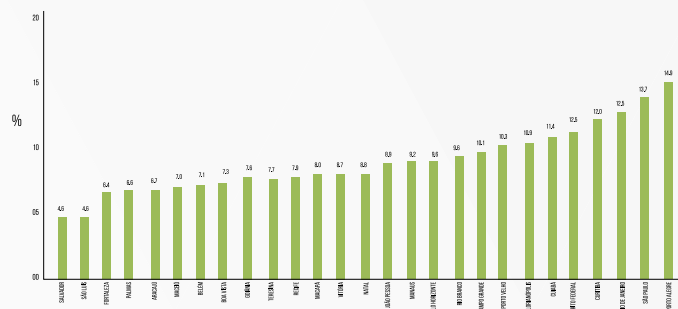
Meta 3a – Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado

Enquanto signatário da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da OMS, o Brasil assumiu o compromisso de zelar pelo controle do tabaco no país, por meio da adoção de políticas públicas em conformidade com as recomendações do tratado. As medidas de controle do tabaco já adotadas no Brasil levaram a uma redução significativa na prevalência de tabagismo: em 1989, 34,8% dos adultos eram fumantes (Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição). Esse percentual foi reduzido para 14,7% em 2013 (Pesquisa Nacional de Saúde). De acordo com a pesquisa VIGITEL, 10,4% dos adultos eram fumantes em 2015 (12,8% dos homens e 8,3% das mulheres). A implementação plena da CQCT, ratificada pelo Brasil em 2005, é fundamental para seguir avançando no sentido de prevenir o uso de tabaco entre jovens e reduzir o impacto do tabagismo na saúde pública.

FUMANTES - VARIACÃO TEMPORAL
(VIGITEL 2006 A 2015)



FUMANTES - VIGITEL 2015 (POR CAPITAL)



Meta 3b – Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

Os investimentos e recursos destinados para a pesquisa científica e setores básicos de saúde no Brasil são tema de constante debate na sociedade. Entre os anos de 2004 e 2011 verificou-se um grande aumento nos recursos destinados ao setor, chegando ao patamar de mais de 21 milhões de dólares em 2011 – o maior número nos últimos 17 anos. No entanto, os investimentos ainda são considerados insuficientes, com a saúde básica no Brasil apresentando deficiência e alcance limitado para regiões mais distantes. Ademais, o país ainda passou por uma diminuição significativa nos recursos destinados ao setor em relação a década passada.

No entanto a área de Desenvolvimento Científico tem apenas 0,38% do orçamento

Meta 3c – Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Um dos grandes desafios da política de saúde atualmente no Brasil é a questão da escassez de profissionais qualificados, bem como sua distribuição pelo país. A grande maioria dos profissionais formados no país concentra-se nas regiões Sul e Sudeste. A distribuição de profissionais pelo país melhorou consideravelmente ao longo dos anos 2000, mas ainda fica evidente a carência da maioria da população – em 2013 alcançou-se o índice mais alto dos últimos anos,

da saúde (que é 4% do orçamento da União), resultando em baixo índice de inovação tecnológica sendo fomentada com recursos públicos, a maior parte absorvida por uma única instituição, a renomada e importante Fundação Getúlio Vargas.

Outro setor que enfrenta dificuldades no contexto atual de crise econômica no país é o relativo à pesquisa médica e acadêmica. Com cortes significativos conduzidos pelos governos estaduais e federal nos já escassos recursos, os avanços científicos tornam-se mais raros. Atualmente, o Brasil é o 36º país que mais investe no setor em relação ao tamanho de sua economia, com a pesquisa científica brasileira correspondendo a apenas 3% da produção mundial.

com um índice de 9,49 médicos disponíveis a cada 1000 brasileiros.

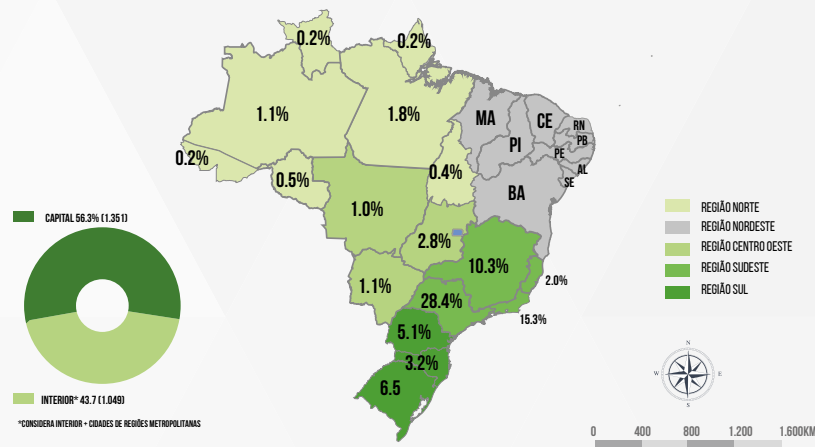
Uma das principais iniciativas do governo para lidar com esta situação foi o Programa Mais Médicos, inicialmente com destaque para a cooperação com Cuba para viabilizar a vinda de profissionais cubanos, a posteriormente com o foco em médicos brasileiros. No entanto, isto não foi suficiente para lidar com a questão da distribuição de profissionais, e o quadro de precariedade e concentração permanece.

Programa Mais Médicos: iniciado em 2013, importou profissionais de saúde para a rede de atenção básica do SUS em áreas negligenciadas do país. Até o princípio de 2016 o programa contava com profissionais de Cuba. A partir do final de 2016, com a mudança do governo (impeachment da Presidenta), o programa foi reformulado para substituir o quadro de profissionais por capital humano brasileiro, reduzindo substancialmente a cooperação técnica internacional no setor.

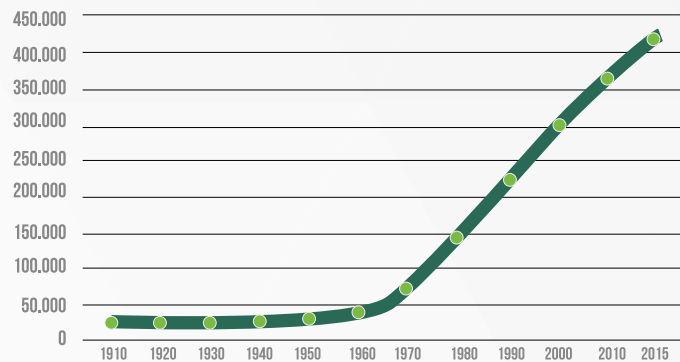
DISTRIBUIÇÃO DE MÉDICOS PELO PAÍS

DENSIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO PAÍS

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, REGIÕES E CAPITAL/INTERIOR



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICOS ENTRE 1910 E 2015 - BRASIL, 2015



NOTA: NESTA ANÁLISE FOI USADO DE REGISTROS DE MÉDICOS.

Há uma densidade desigual de profissionais de saúde ao longo do território nacional. No entanto, tem havido um crescimento substancial na formação de profissionais de saúde no país nos últimos quarenta anos, através da expansão das escolas superiores de medicina públicas e privadas, principalmente nos últimos quinze anos.

O caso do Programa Mais Médicos é emblemático diante das dificuldades de incentivar profissionais de saúde a preencherem vagas em localidades distante dos principais centros urbanos (capitais político-administrativas e cidades de importância regional). Mesmo assim, cabe observar a curva de crescimento nos últimos quarenta e cinco anos.

Meta 3d – Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde.

Houve atraso de percepção nos casos de crescimento significativos das novas doenças arbóreas que se transformaram em epidemias localizadas, como a Zika e Chikungunya. A primeira, descobriu-se por um acaso, gerou

uma geração de bebês com microcefalia. Chama a atenção o crescimento do vetor (mosquito *Aedes Aegypti*) mesmo em regiões de baixa pluviometria, como no sertão pernambucano.

Índice de capacidade do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)

O novo Regulamento Sanitário Internacional (RSI) foi aprovado durante a 58ª Assembléia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Genebra, na Suíça, em 23 de maio de 2005. Trata-se de um instrumento jurídico com o objetivo de melhorar a capacidade dos países de detectar, avaliar, notificar e intervir nas emergências em saúde pública que podem apresentar riscos de propagação internacional.

A nova versão do RSI está em vigor desde 2007 e inclui a vigilância para novos agravos e riscos, bem como questões de comércio exterior, em adequação com as demandas do mundo globalizado, que vive intenso fluxo de mercadorias e pessoas por todos os continentes, com consequente aumento de risco de disseminação de novas e velhas doenças. Sua implementação está em fase final, após dez anos de um processo arrastado, não ágil. Mudança requer agilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

<http://www.unicef.pt/promessa-renovada-2014/unicef-relatorio-promessa-renovada-2014.html>

<http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>

Fonte: Fundação Abrinq - Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017

FONTE: AGENDA 2030. PNUD Ministério da Saúde, DATASUS e Boletim Epidemiológico 2016-2015.

Unicef Global Database SHEFFER, M. et al. Demografia Médica no Brasil. 2015.

CIA Fact Book

IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Ministério da Saúde. SES/MS/Sinan e IBGE

Ministério da Saúde. MS/SVS/DASIS

SINAN Online

Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais

(DIAHV) da SVS do Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/AIDS (2016)

Relatório da OMS 2016

MANSUR, Antonio de Padua e FAVARATO, Desidério. Tendências da taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares no Brasil 1980-2012. Instituto do Coração (InCor), São Paulo, 2014.

Ministério da Saúde. SIM, Sistema de Informação sobre Mortalidade.

DATASUS

MALTA, DC et al, Progress with the Strategic Action Plan for Tackling Chronic Non-Communicable Diseases in Brazil, 2011-2015, Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 25(2), Apr-Jun 2016.

OMC. Global status report on alcohol and health 2014. Country profiles, Brazil.

SIAFI

Regulamento Sanitário Internacional VIGITEL – Sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL). Ministério da Saúde.



OBJETIVO 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS

RESUMO EXECUTIVO

Sob o aspecto formal, o Brasil tem avançado. Signatário dos principais instrumentos internacionais, instituiu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (reproduzido em contrapartes estaduais e municipais), introduziu leis que criminalizam a violência de gênero, criando uma rede inter-setorial de prevenção, apoio e investigação.

Mas, apesar dos organismos de políticas para as mulheres terem se multiplicado e abrangem hoje estruturas nas três esferas, os desafios para que os avanços programáticos se fortaleçam e resultem nas mudanças que demandam a Agenda 2030 são imensos.

- Desde 2015, muitos dos organismos dedica-

dos à garantia dos direitos das mulheres foram extintos ou perderam sua autonomia. Recursos destinados ao fortalecimento das mulheres na agricultura familiar e agroecologia sofreram comprometimento, e o ministério antes responsável pela execução destas políticas foi extinto, sem que um novo órgão federal assumisse suas atribuições.

- O Brasil ocupa a quinta posição global em número de homicídios de mulheres, é o quarto lugar em números absolutos de mulheres casadas até a idade de 15 anos e é o que mais mata mulheres transexuais e travestis. A violência de

gênero é naturalizada na sociedade, que recorrentemente atribui às mulheres e meninas a responsabilidade pela violência sofrida.

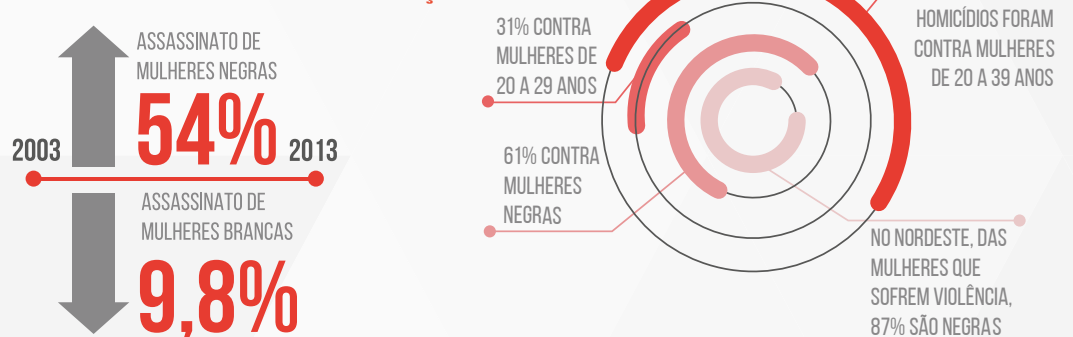
Meninas de 0 a 17 anos correspondem a 70% das vítimas de estupro. A imensa maioria dos perpetradores são membros da própria família, amigos e conhecidos.

- A cada 11 minutos, um mulher é estuprada no Brasil, sendo que 70% das vítimas são meninas de 0 a 17 anos, geralmente violentadas por membros da própria família, amigos e conhecidos¹⁴.

VALOR AUTORIZADO PARA GASTOS NO ORÇAMENTO NAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES (ENTRE 2016 E 2017)



Gráfico 8. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER/RAÇAS**



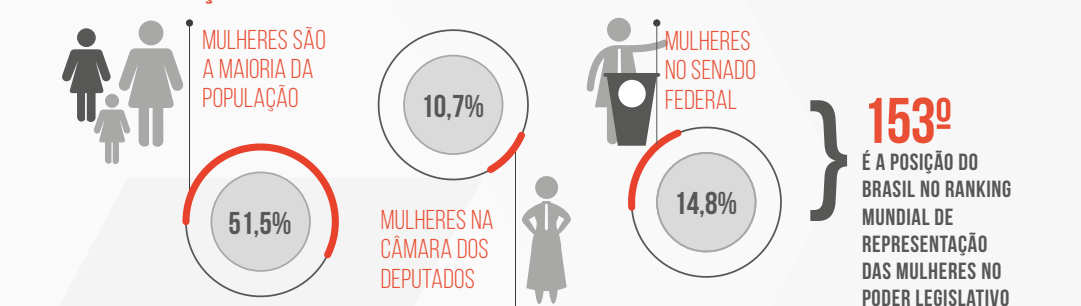
- A saúde das mulheres e meninas é marcada por uma perspectiva materno-infantil em detrimento de uma abordagem integral da saúde. A saúde sexual e reprodutiva tem pontos cruciais desprezados, o aborto ainda é criminalizado, com apenas três excludentes legais, apesar das estimativas apontarem a realização de um milhão de abortos clandestinos anualmente, chegando a ser a terceira causa de morte materna em grandes capitais. O risco enfrentado pelas mulheres negras chega a ser três vezes maior.

- A naturalização da violência e das relações desiguais vetam a discussão aberta sobre saúde sexual e reprodutiva e impedem que mulheres compreendam e/ou negociem práticas de prevenção ao HIV/AIDS e ISTs ou realizem seu planejamento reprodutivo, como evidenciado também na epidemia da zika e outras arboviroses. A sífilis congênita, por sua vez, cresceu 150% nos últimos quatro anos.

- 90% das mulheres realizam trabalhos domésticos e de cuidado não remunerado, enquanto apenas cerca de metade dos homens faz o mesmo. As meninas e mulheres arcam desproporcionalmente com o ônus de suprir carências de infraestrutura e serviços públicos que, por sua vez, contribuem para que elas percam oportunidades de educação, saúde, trabalho, descanso, lazer, reprodução e participação política.

- A educação é apontada como a estratégia mais eficaz para promover a equidade de gênero, mas iniciativas legislativas nas três esferas têm eliminado a discussão dos temas *gênero* e *diversidade sexual* do espaço escolar, alguns dos quais responsabilizam criminalmente professoras(es) que o façam. Em abril deste ano, o Ministério da Educação, por iniciativa própria, eliminou os termos *identidade de gênero* e *orientação sexual* da Base Nacional Comum Curricular.

Gráfico 9. **PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA (2014)**



Fonte: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outras-artigos-e-publicacoes/as-mulheres-nas-cleicoes-2014/at_download/file

RECOMENDAÇÕES:

- Assegurar e promover a discussão de gênero e diversidade sexual, baseada nos direitos humanos, nos ambientes escolares.
- Garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, implementando adequada e suficientemente todos os elementos da rede intersetorial de enfrentamento da violência doméstica e familiar, assegurando recursos (humanos, financeiros, equipamentos e serviços) necessários para eliminar a violência e promover direitos das mulheres nos diversos campos (educação, saúde, assistência social, trabalho, etc).
- Capacitar profissionais dos serviços públicos para identificar e lidar com as repercussões das desigualdades de gênero, raça, classe, geracionais, entre outras, na vida das mulheres e meninas.
- Elaborar diagnóstico das leis existentes e realizar reformas que removam ambiguidades e lacunas que permitem a violação dos direitos das mulheres e meninas.
- Impedir a aprovação de leis e normativas que retrocedam a agenda de direitos humanos, em especial os direitos das mulheres, meninas, população negra e população LGBTI, tais como as que:
 - A) visam impedir o acesso a informação sobre o aborto seguro,
 - B) buscam revogar as disposições sobre a assistência às pessoas em situação de violência sexual – incluindo tornar crime o aborto em qualquer situação,
 - C) tentam restringir o conceito de família à união entre um homem e uma mulher,
 - D) estabelecem proteção à vida desde a concepção e
 - E) proíbem a discussão de gênero e diversidade nas escolas, entre outras.
- Estabelecer marco teórico e técnico para lidar com o casamento na infância e adolescência e sensibilizar a população sobre suas consequências prejudiciais.
- Empoderar mulheres e meninas para que acessem informação e serviços de apoio, denunciem violências e tenham autonomia sobre suas vidas.
- Implementar políticas públicas, com dotação orçamentária adequada, que garantam que mulheres e meninas tenham acesso à educação de qualidade, profissionalização e emprego decente em igualdade de condições.
- Garantir o direito das mulheres de participar em igualdade de condições nas decisões sobre políticas públicas em todas as áreas.
- Ofertar serviços de saúde integrais, amigáveis e não discriminatórios para meninas e mulheres, especialmente no que se refere aos seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, garantindo acesso a métodos anticoncepcionais e ao aborto legal.
- Tornar legal e acessível o aborto seguro em todas as situações, sem estigma e discriminação a todas as mulheres e meninas que assim o desejem.
- Assegurar o cumprimento da legislação eleitoral sobre cotas de representação por sexo nas candidaturas, por partido ou coligação e reformar o sistema político para garantir a equidade de participação das mulheres, desde organização social e partidária até as candidaturas em processos eleitorais.
- Aumentar a visibilidade das desigualdades de gênero a partir da desagregação e análise de dados a fim de reduzi-las e eliminá-las desde o ponto de vista cultural.

METAS GLOBAIS – ODS 5

Meta 5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

ANÁLISE DA META 5.1

Ainda não há indicadores acordados globalmente para monitoramento desta meta, porém é possível fazer uma ampla análise a respeito de sua evolução no Brasil, do ponto de vista das políticas públicas e dos dados e informações disponíveis. Sob aspectos meramente formais, o país possui importantes elementos políticos e legais para a promoção da equidade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, contando, no âmbito federal, com uma Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), responsável pelo planejamento e liderança das diversas pautas das mulheres, de saúde a violência. Tal estrutura é reproduzida em esferas estaduais e municipais. A SPM é a responsável pela implementação dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) e pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Em termos legais, entre outros marcos, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2016) tipifica a violência contra as mulheres e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) estabelece o homicídio cometido contra as mulheres por razões da condição do sexo feminino como circunstância qualificadora e o inclui no rol dos crimes hediondos. A Constituição Federal proíbe expressamente a discriminação em razão do sexo e uma série de outras normas proí-

bem o tratamento diferenciado entre mulheres e homens, como é o caso da Consolidação dos Direitos do Trabalho – CLT.

Ao se analisar a práxis, no entanto, o cenário assume um caráter bastante diverso. A primeira medida do presidente Michel Temer, que assumiu o poder após um processo político questionável, foi a nomeação de um ministério composto apenas por homens brancos. Na intenção de estacar as críticas, o governo posteriormente nomeou mulheres para Advocacia-Geral da União e para o Ministério de Direitos Humanos. Este Ministério, porém, tem sérias restrições orçamentárias que inviabilizam a condução de suas atividades no patamar que em que vinham ocorrendo ao longo dos últimos 15 anos.

A SPM, que ainda no governo Dilma Rousseff havia sido fundida com outras secretarias estratégicas à promoção de direitos no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, foi ainda mais removida na atual gestão, voltando a ser uma secretaria – mas sem status de ministério e sem autonomia institucional ou orçamentária – vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. Além disso, a expressão “incorporação da perspectiva de gênero” foi removida do rol das suas atribuições⁴⁴.

⁴³ A aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio ficou restrita às mulheres, pois as referências originais a gênero que permitiriam beneficiar mulheres trans, por exemplo, foram removidas. Recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo, numa decisão não vinculante, aplicou a lei a transexuais que se identificam como mulheres em sua identidade de gênero. A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, por sua vez, emitiu um parecer neste sentido.

⁴⁴ <http://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-vitoriosa-em-questoes-sobre-aborto-genero-18701904> ⁴⁶ Entre 2003 e 2015 foram registrados 99 proposições e 307 discursos contra temas de gênero e LGBT

Em verdade, não há nenhuma referência a gênero ao longo de toda a Lei 13.341/2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios⁴⁵, fato sintomático quando nos Poderes Executivo e Legislativo avançam iniciativas contrárias à discussão de gênero⁴⁶, orientação e diversidade sexual nos mais diversos âmbitos, como no espaço escolar⁴⁷.

Recentemente, o Ministério da Educação, por iniciativa própria, eliminou os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da versão final da Base Nacional Comum Curricular⁴⁸. Enquanto a bancada evangélica, primordialmente aliada do governo, comemorava⁴⁹, organizações representativas de segmentos relacionados a direitos e educação manifestaram-se contrariamente a esta decisão unilateral. Uma delas foi a OAB, que em nota lembrou que a medida vai de encontro à Constituição Federal e compromissos internacionais do Brasil, como a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos e Resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU – CDH.

Meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

ANÁLISE DA META 5.2

Um dos principais marcos do Brasil no enfrentamento da violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha, como é conhecida a Lei nº 11.304/2006. A lei se enquadra nos compromissos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Convenção de Pequim) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), e é considerada uma das três melhores leis no mundo sobre o tema. Contudo sua efetividade é minada pelo descompasso entre as necessidades de investimento em estrutura, equipamentos, educação, comunicação e serviços e o que é efetivamente ofertado às mulheres.

Em 2015, surgiu o marco mais recente, com a sanção da Lei nº 13.104, conhecida como a Lei do Femicídio, o homicídio cometido em contexto de violência doméstica e familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição da mulher. A lei enquadra o feminicídio como qualificante do homicídio e como um crime hediondo.

O Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil demonstra que o país ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações, com uma taxa de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. Entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. Apenas em 2013, foram 4.762 casos registrados, o que corresponde a uma média de 13 homicídios de mulheres por dia. Aproximadamente metade (50,3%) dos assassinatos

foram cometidos por familiares das vítimas, e 33,2% deles, por seus parceiros ou ex. Quase um terço (27,1%) das mulheres foram mortas em suas casas. Nos últimos dez anos cobertos pela pesquisa (2003 a 2013), registrou-se um aumento de 21% no número de homicídios de mulheres. Os registros consolidados pelo Balanço anual de 2014 do Ligue 180 informam que, em 2014, 52% das mulheres mencionaram ter sofrido violência física e 43% relataram sofrer violência todos os dias. Uma pesquisa do IPEA mostrou que grande parte destas mortes teria sido causada pela violência doméstica e familiar contra a mulher. O Nordeste é a região do Brasil em que este tipo é mais registrado, e Pernambuco, o quinto estado com mais casos de feminicídio do país.

Ao se fazer o cruzamento com o componente raça, observa-se que no período 2003-2013 a taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 54%, enquanto que o das mulheres brancas diminuiu 9,8%. As mulheres jovens e negras foram as principais vítimas: mais da metade dos homicídios foram cometidos contra mulheres de 20 a 39 anos. 31%, somente contra mulheres na faixa de 20 a 29 anos. Quase dois terços (61%), contra mulheres negras. No Nordeste, a percentagem de mulheres negras entre as que sofreram violência é de 87%. 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016 (4,4 milhões de mulheres no ano). Projetando os percentuais com base no intervalo de confiança da pesquisa, isso significa que 22% (12 milhões) sofreram

⁴⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm

⁴⁷ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/os-direitos-da-mulher-estao-ameaçados-no-congresso-3315.html>

⁴⁸ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf

⁴⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml>

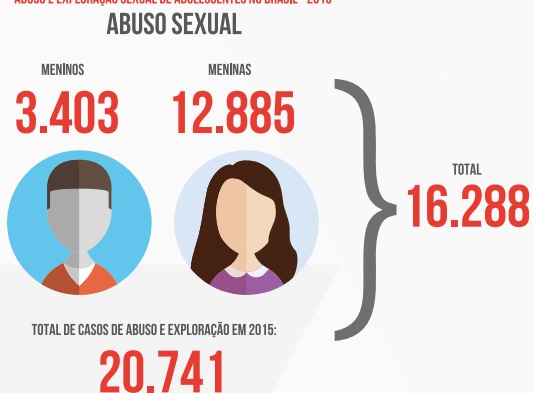
ofensa verbal; 10% (5 milhões) sofreram ameaça de violência física; 8% (3,9 milhões) sofreram ofensa sexual; 4% (1,9 milhões) sofreram ameaça com faca ou arma de fogo; 3% (1,4 milhões) sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento; e 1% (257 mil) levaram tiro de arma de fogo.

Dentre as que sofreram violência, 61% conheciam o agressor, que era o companheiro em 19% dos casos e um ex-companheiro em 16%. 43% das agressões ocorreram em casa, e 395, na rua. Após a violência, 11% procurou uma delegacia da mulher, 13% buscou ajuda da família e mais da metade (52%) não fez nada. Neste tipo de dados, novamente o recorte de raça mostra a especial vulnerabilidade das mulheres negras. Em uma pesquisa sobre vitimização realizada pelo IBGE em 2009, apenas 51% das mulheres negras que responderam a pesquisa afirmaram que efetuariam uma denúncia da violência que sofreram por seu cônjuge ou ex-cônjuge, alegando como justificativas para isso o medo de sofrer represálias

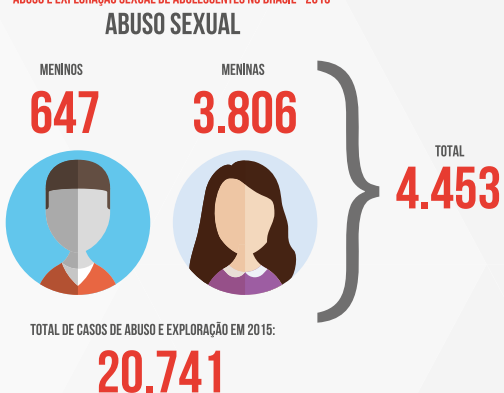
ou a percepção de que intervenções policiais não era necessárias; respostas estas que dialogam com fatores como o racismo institucional

Em relação à violência sofrida por meninas, um balanço do Disque 100, serviço telefônico de recebimento de denúncias mantido pela Secretaria de Direitos Humanos – SDH do governo federal, revela que a ocorrência mais frequente de violência sexual para esse grupo é o abuso sexual. Em 2015 o serviço recebeu 16.288 denúncias deste tipo de violência contra adolescentes, das quais 12.885, quase 80%, foram cometidas contra meninas. No mesmo período, conforme a tabela 17 a seguir, a segunda modalidade mais frequente foi em relação à exploração sexual de adolescentes, quando foram registradas 4.453 ocorrências, sendo 3.806, mais de 85% delas, praticadas contra meninas. Em ambos os casos as meninas foram as vítimas mais frequentes das violências, em todas as faixas etárias e em todas regiões do Brasil.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NO BRASIL - 2015



ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NO BRASIL - 2016



No tocante à diversidade sexual e de gênero, o Brasil é, há anos, o país campeão mundial de assassinato de mulheres transexuais e travestis. Em 2016, quase 40% de todos esses homicídios, em que é comum haver tortura e prática de crueldade contra as vítimas, tiveram lugar no país.

Quanto ao assédio sexual em espaços públicos, 40% das mulheres acima de 16 anos reportaram tê-lo sofrido entre janeiro e dezembro de 2016, fosse por meio de comentários desrespeitosos ao andar na rua (36%, o que corresponderia 20,4 milhões de mulheres ao se projetar os dados à população nacional), por assédio físico no transporte público (10,4%, 5,2 milhões de mulheres) ou por ter sido agarradas ou beijadas sem o seu consentimento (5%, 2,2 milhões de mulheres). O assédio é mais grave entre adolescentes e jovens de 16 e 24 anos e entre mulheres pretas. Nas três situações mencionadas, os percentuais são de 68%, 17% e 11% entre as mulheres jovens e 42%, 12% e 5% entre as mulheres negras, respectivamente. Vale ressaltar que não existe legislação que proteja as mulheres contra o assédio sexual em espaços públicos, tampouco funcionam os mecanismos de denúncia, que não possuem profissionais capacitados/as para recebê-las e seguem o padrão de atendimento que re-vitimiza aquelas que chegam a denunciar.

Com relação à Lei Maria da Penha, um levantamento realizado no Distrito Federal em 2013 mostrou que esta é pouco aplicada nos casos de homicídio de mulheres, tendo sido

expressamente mencionada em apenas 33% das peças processuais, incluindo as condenações.

A efetividade da lei também depende da implementação de políticas de prevenção e educação e da gama de serviços propostos pela Lei Maria da Penha, que incluem uma rede intersetorial de atendimento em saúde, assistência social, justiça e segurança pública, além do trabalho re-educativo com agressores. Há grande lacuna também na implantação de centros de referência, casas abrigo, e delegacias, defensorias públicas e varas especializadas na violência contra as mulheres. Todos os elos desta cadeia são cruciais para garantir o atendimento a mulheres em situação de violência e a concessão e garantia de efetividade de medidas protetivas e de celeridade no curso apuração dos delitos e do julgamento dos processos judiciais.

Deste modo, é preocupante ver a forte tendência de desinvestimento nas ações de atendimento a mulheres que sofrem violência. O orçamento federal para o tema foi diminuído em 61% neste ano, passando de R\$ 42,8 milhões em 2016 para R\$ 16,7 milhões em 2017. A única linha de investimento que sofreu reforço foi a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que teve seus recursos aumentados em 13%, passando de R\$ 31,9 milhões em 2016 para R\$ 36,2 milhões em 2017. Ao passo que a Central é um serviço extremamente estratégico, por prestar orientação e receber denúncias remotamente em todo o país, sua existência isolada de serviços e de rede de suporte presenciais nas localidades em que vivem as mulheres não apresentará resultados desejáveis.

⁵⁰ <http://s.oab.org.br/arquivos/2017/04/nota-base-nacional-comum-curricular.pdf>

⁵¹ http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

⁵² http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf

⁵³ http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf

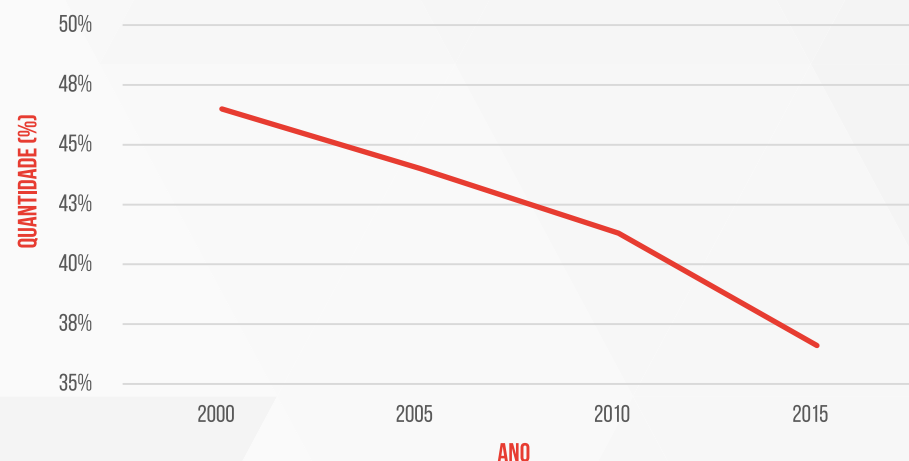
⁵⁴ <http://www.sdh.gov.br/disque100/balanco-2016-completo>

Meta 5.3 – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

INDICADORES

- **PERCENTUAL DE MENINAS COM IDADES ENTRE 15-19 ANOS QUE TENHAM SIDO SUBMETIDOS A MUTILAÇÃO/CORTE GENITAL FEMININO (MGF/C)**
- **PERCENTUAL DE MULHERES COM IDADE ENTRE 20-24 ANOS QUE SE CASARAM POR VOLTA DOS 15 ANOS**
- **PERCENTUAL DE MULHERES COM IDADE ENTRE 20-24 ANOS QUE SE CASARAM POR VOLTA DOS 18 ANOS**

MENINAS COM IDADES ENTRE 15-19 ANOS QUE TENHAM SIDO SUBMETIDOS A MUTILAÇÃO/CORTE GENITAL FEMININO (MGF/C) – EM %



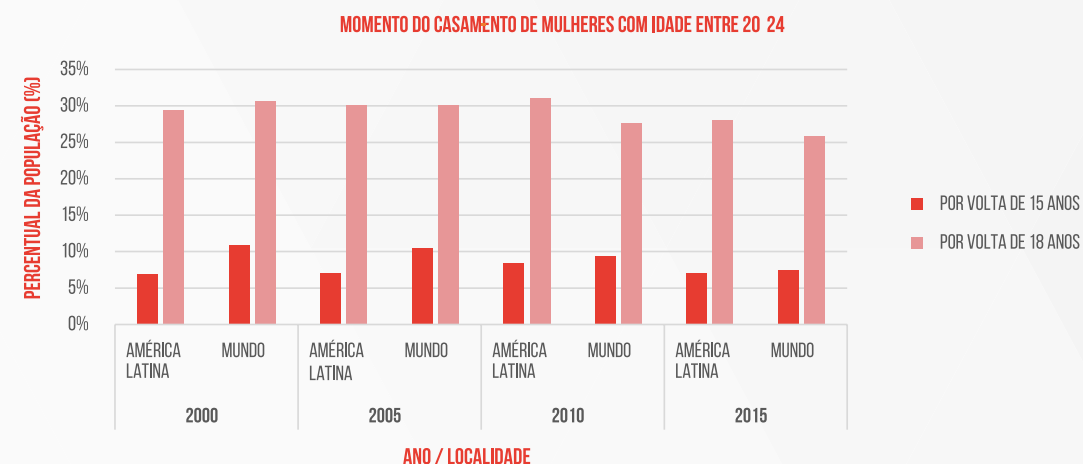
FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Percentual de meninas com idades entre 15-19 anos que tenham sido submetidas a mutilação/corte genital feminino (MGF/C)

MULHERES COM IDADE ENTRE 20-24 ANOS QUE SE CASARAM POR VOLTA DOS 15 ANOS – EM %

Território	Localidade	Grupo Idade	Gênero	2000	2005	2006	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Histograma
Mundo	Total	20 - 24	Feminino	10,90	10,50	-	9,40	-	-	-	-	7,50	-	
América Latina	Total	20 - 24	Feminino	6,90	7,10	-	8,50	-	-	-	-	7,10	-	
Brasil	Total	20 - 24	Feminino	-	-	10,50	-	-	-	-	-	-	-	

(FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Percentual de mulheres com idade entre 20-24 anos que se casaram por volta dos 15 anos)

MULHERES COM IDADE ENTRE 20-24 ANOS QUE SE CASARAM POR VOLTA DOS 18 ANOS – EM %



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Percentual de mulheres com idade entre 20-24 anos que se casaram por volta dos 18 anos

ANÁLISE DA META 5.3

A legislação prevê a idade mínima de 18 anos para o casamento, mas a partir dos 16 anos ele é permitido mediante autorização de ambos os pais ou responsáveis legais. Uma exceção permite que menores

de idade possam casar com menos de 16 anos, no caso de gravidez. Entretanto, dados do Instituto Promundo/ Plan International Brasil/Universidade Federal do Pará mostram que o Brasil ocupa o

⁵⁵ <http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>

⁵⁶ “O impacto dos laudos periciais no julgamento de homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, pesquisa realizada pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, disponível em http://www.compromissoeatidade.org.br/wp-content/uploads/2013/03/ANIS_-_LAUDOS_PERICIAIS.pdf

quarto lugar no mundo em números absolutos de mulheres casadas até a idade de 15 anos: 877 mil delas, entre 20 e 24 anos, se casaram até os 15 anos (11%). O país é também o quarto país em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18: cerca de 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes de 18 anos (36% do total de mulheres casadas nessa mesma faixa etária). Em comparação com a disponibilidade de dados sobre casamento na infância e adolescência nos âmbitos global e regional, o Brasil se destaca pelo descompasso entre o alto lugar que ocupa no ranking em números absolutos e a falta de pesquisas sobre o assunto.

No Censo 2010, identificou-se que mais de 88 mil meninas e meninos entre 10 e 14 anos vivem em uniões consensuais, civis e/ou religiosas. Na faixa etária de 15 a 17 anos, são 567 mil uniões. A diferença de média de idade entre as partes é de 9 anos, e 39% das meninas casadas tiveram o primeiro filho aos 15 anos. Os casos no Brasil diferem dos daqueles em que crianças e adolescentes são prometidas por suas famílias em casamentos arranjados ou mesmo forçados. Eles são em geral informais (sem registro em cartório) e considerados consensuais. A gravidez ainda é a grande motivadora do casamento na adolescência, e a união é vista como uma forma de controlar a sexualidade das meninas.

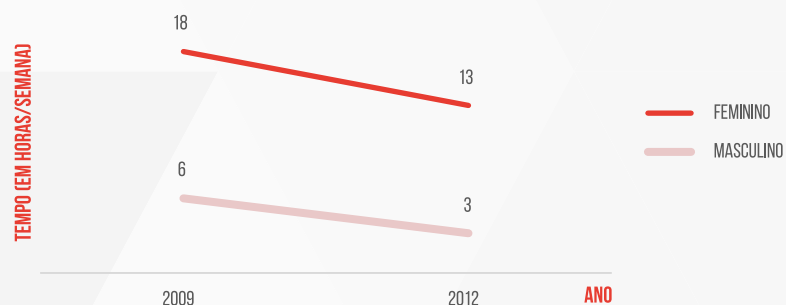
As relações são comumente percebidas pelas próprias meninas ou familiares como “con-

figurações estáveis de proteção, frente a contextos de insegurança econômica e oportunidades limitadas”. Ao se indagar aos maridos a motivação para se relacionarem com meninas, foi alegado que elas são “mais bonitas” e fazem com que eles “pareçam mais jovens”. Também foi expressado o desejo de ter alguém para “ensinar as coisas” ou cuidar, além de acharem que as mais jovens são melhores para ter filhos.

É importante que o Brasil enfrente essa questão com medidas efetivas, é necessário que se realizem mudanças legislativas que garantam a proteção das meninas, evitando discrecionalidades jurídicas que violam os direitos das meninas. Para alcançar maior efetividade no combate ao casamento na infância é importante garantir políticas intersetoriais continuadas com orçamento e planejamento de longo prazo. Além disso desnaturalizar essa prática evidenciando as consequências negativas na vida das meninas

Meta 5.4 – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

TEMPO GASTO NO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO NÃO REMUNERADO



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado

ANÁLISE DA META 5.4

Dados do IPEA indicam que, em geral são 25,3 horas semanais trabalhadas pelas mulheres contra 10,9 dos homens. Mães com filhos(as) dedicam 25,9 horas semanais aos cuidados com a casa, contra 15,5 horas dos homens com filhos(as). Mesmo comparando a homens sem trabalho remunerado, as mulheres com trabalho remunerado ainda assumem muito mais as responsabilidades domésticas: são 22 horas dedicadas pelas mulheres contra 12,7 dos homens. Segundo a PNAD 2015, mais de 90% das mulheres realizam trabalho doméstico, ao passo que apenas cerca de 50% dos homens fazem o mesmo.

Em 2015, a média de horas semanais trabalhadas por mulheres ocupadas era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. A taxa de participação das mulheres teve grande incremento entre as décadas de 1960 e 1980, mas tem estabilizado nos últimos 20 anos, em torno de 60%, um patamar baixo em comparação a diversos países.

Meta 5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

INDICADORES.

- **PERCENTUAL DE CADEIRAS OCUPADAS POR MULHERES NOS PARLAMENTOS NACIONAIS**
- **10,7% DAS CADEIRAS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DAS 14,8% DAS VAGAS DO SENADO FEDERAL**

⁶² http://www.observatoriodogenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/as-mulheres-nas-eleicoes-2014/at_download/file

⁶³ PNAD 2015, <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

⁶⁴ <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

⁶⁵ Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, substituída pela Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009.

⁶⁶ Também em 2014 o TSE, com apoio do Congresso Nacional, lançou a campanha “Mulher na Política”. Em 2016 foi realizada iniciativa similar, com o objetivo de incentivar a participação das mulheres na política, além de esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, intitulada “Igualdade na Política”. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Abril/tse-inicia-nesta-sexta-01-campanha-no-radio-e-televisao-para-incentivar-participacao-da-mulher-na-politica>

ANÁLISE DA META 5.5

O Brasil ainda não alcançou paridade de gênero na política, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo. Há uma arraigada sub-representação das mulheres nos espaços de poder em geral, dos quais não destoam aqueles alcançados a partir de processos eletivos. A sub-representação não se resume às mulheres. Outras minorias políticas, como a população negra e população LGBTTI, por exemplo, também se enquadram neste contexto. Nas eleições de 2014, 72,1% das pessoas eleitas para a Câmara dos Deputados eram homens brancos.

As mulheres são a maioria da população brasileira (51,5%), mas ocupam apenas 10,7% das cadeiras da Câmara de Deputados e 14,8% das vagas do Senado Federal. Estas taxas, conforme estudo da União Inter-Parlamentar, colocam o Brasil na 153ª posição, entre 190 países, do ranking mundial de representação das mulheres no Poder Legislativo.

A taxa brasileira é bem inferior às globais, de 23,8% para a Câmara dos Deputados e 22,8% para o Senado. Quando a comparação é restrita às Américas, o baixo desempenho brasileiro ainda mais é evidente, visto que as médias regionais são um pouco mais altas que as globais, de 28,2% para a Câmara e 27,5% para o Senado. O desempenho brasileiro é tão baixo que os indicadores são inferiores aos da África Subsaariana e dos Países Árabes, regiões que detêm indicadores refratários à igualdade de condições entre homens e mulheres.

Buscando promover um maior número de candidaturas de mulheres, desde 1997 a legislação eleitoral estabelece cotas de sexo nas candidaturas políticas, por partido ou coligação – 30% e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Apesar da fiscalização pelos Tribunais Regionais Eleitorais e

pelo Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2014 e 2016, as cotas não foram cumpridas na maioria dos partidos, o que gerou a maioria dos pedidos de impugnação de candidaturas.

Nas últimas eleições nacionais, em 2014, observou-se um aumento de 46,5% no número de mulheres candidatas em relação ao pleito anterior (2010), em um total de 8.131 mulheres – 31,07% do total de candidaturas, 26.172. Tomando apenas as candidaturas aptas, entretanto, o percentual de candidatas se reduz a 28,62% (6.449 mulheres de um total de 22.530 registros), abaixo, portanto da cota de 30%. Ainda assim, isto representou um aumento considerável em relação à eleição de 2010, quando o percentual ficou em 22,43%.

Meta 5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

ANÁLISE DA META 5.6

O Brasil, assim como outros países da América Latina, tem registrado nos últimos anos o fortalecimento de setores conservadores e fundamentalistas. O antagonismo destas forças em torno de temas como democracia, direitos das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos tem se traduzido em retrocessos políticos e ameaças a direitos e garantias que já se pensavam consolidados em nossa sociedade.

Esta situação tem impactado o cam-

po dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva, principalmente relacionado a mulheres, adolescentes e jovens, população negra e população LGBTTI. Pautas retrógradas avançam no Congresso Nacional, propondo leis que visam, por exemplo, tipificar como crime prover informações sobre o aborto seguro, revogar as disposições sobre a assistência às pessoas em situação de violência sexual – incluindo a prática do aborto legal, remover as hipóteses de aborto legal do ordenamento brasileiro, restringir o conceito de família à união entre um homem e uma mulher, estabelecer a proteção à vida desde a concepção, entre outras.

Um aspecto fundamental, quando se trata de direitos e saúde sexual e reprodutiva das mulheres, é a situação do aborto no Brasil. Os dados revelam através do recorte de raça e classe a desigualdade a que estão submetidas as mulheres. No país são realizados por ano 1 milhão de abortos clandestinos. Em grande parte das capitais o aborto é a terceira causa de morte materna, e o risco enfrentado pelas mulheres negras é três vezes maior.

A violência, descrita em meta anterior também é fator grave que vulnerabiliza as mulheres para infecção do HIV e outras ISTs e a violência. Importante identificar os vários tipos de violência como: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e institucional. Algumas mulheres, ou se infectou por conta de algum tipo de violência ou ainda vivem essa situação após o diagnóstico. As violências psicológicas e institucionais são as mais frequentes, como afirmado por várias organizações que atuam no campo. O Estado brasileiro, também, ainda não assegura os direitos das mulheres vivendo com HIV de ter acesso a serviços de saúde que

garantam a privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação.

A epidemia do zika e de casos de crianças nascidas com a síndrome congênita a ela associada demonstram a falência dos serviços de saúde sexual e reprodutiva no país e trouxe à tona questões fundamentais de saúde pública historicamente negligenciadas. Na medida em que as respostas do poder público não incorporaram componentes de gênero, raça e justiça socioambiental, penaliza-se, sobretudo, as mulheres, tanto pela imputação das limitadas medidas de prevenção trabalhadas quanto pela responsabilização das eventuais repercussões na esfera sexual e reprodutiva.

Meta 5a – Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

ANÁLISE DA META 5A

O Plano Plurianual (PPA) do governo federal, que estipula as metas para o período 2016-2019, contém itens destinados à garantia do acesso à assistência técnica específica para as mulheres. É previsto, por exemplo, que as mulheres sejam pelo menos 50% do público atendido pela Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o que beneficiaria um milhão de famílias da agricultura familiar, e que 30% do orçamento da política deveriam ser destinados

⁶⁷ REITAS, Ângela. Aborto: guia para profissionais de comunicação. Coordenadora Paula Viana; Colaboração Beatriz Galli [et. al.]. Recife: Grupo Curumim, 2011.

⁶⁸ Idem

a atividades específicas de mulheres. A ATER também previa a capacitação de mil agentes para atuarem com mulheres e foco na agroecologia, bem como o atendimento específico a 15 mil mulheres agricultoras familiares. Porém, os recursos para estas metas diminuiriam pela metade entre 2016 e 2017, passando de R\$ 4 milhões para R\$ 2 milhões.

Outra iniciativa, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, que tem como objetivo garantir a comercialização a preço justo dos produtos da agricultura familiar, tinha entre as metas do PPA 2016-2019 a ampliação da participação das mulheres no programa de 41% para 45% do total de fornecedores. Entretanto, o programa sofreu redução orçamentária de 28,4% entre 2016 e 2017 – são R\$ 132 milhões a menos para este ano. Com isto, as mulheres agricultoras, em especial as que se utilizavam de formas organizativas em prol de sua autonomia econômica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero – correm risco de perder avanços.

Por fim, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF tinha entre as metas do PPA 2016-2019 “disponibilizar os meios para a contratação por mulheres rurais de pelo menos 35% das operações de crédito efetivadas e 20% do volume total de crédito acessado no âmbito do Pronaf”, consubstanciando o chamado Pronaf Mulher. O acesso ao crédito rural, uma antiga luta das

mulheres, contudo, ainda é uma aspiração longínqua. De acordo com o Banco Central, de 2013 a março de 2017 o Pronaf Mulher emprestou apenas R\$ 87 milhões, que corresponde a meros 0,08% do crédito prestado pelo Pronaf e 0,01% do total de crédito rural no país. Prover crédito específico às mulheres é uma maneira de potencializar sua produção, promovendo, por conseguinte, o aumento da renda e da autonomia econômica e social das mulheres. É massivamente comprovado que possuir renda própria é um fator de rompimento de ciclos de violência doméstica e familiar.

Adicionalmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que era responsável pela política, foi extinto pelo governo Temer. As ações e recursos foram genericamente alocados na Presidência da República. Até hoje não há notícia da designação de como ou se elas serão efetivamente desenvolvidas.

Meta 5b – Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

ANÁLISE DA META 5B

Nos últimos anos a proporção de meninas e mulheres com acesso à educação no Brasil aumentou consideravelmente. No entanto, a quantidade de mulheres seguindo carreiras

relacionadas a tecnologia e ciências continua muito baixa. A última PNAD indicou que dos mais de 580 mil profissionais de TI (Tecnologia da Informação) que atuam no Brasil apenas 20% são do sexo feminino.

No ano de 2015, apenas 38 das 330 pessoas ingressantes do curso de Computação da USP, uma das maiores universidades do país, eram mulheres. Cenários análogos se repetem nas diversas instituições de ensino do país e o predomínio masculino nas áreas de tecnologia tende a ser naturalizado culturalmente. Segundo o INEP, dos 7.339 formados

em Ciências da Computação em 2010, apenas 1091 (14,8%) eram mulheres.

A disparidade de gênero na tecnologia tem se tornado o foco de atuação de diversos grupos e organizações de mulheres que se mobilizam por diversidade no setor. Essas mobilizações têm reforçado a noção de que a participação das mulheres é o caminho para o desenvolvimento de um mundo mais democrático. Enquanto mais da metade da população estiver excluída do setor, as tecnologias criadas não serão totalmente eficientes e não abordarão as questões relativas aos direitos das mulheres.

Meta 5c – Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

ANÁLISE DA META 5C

Considerando o difícil contexto socioeconômico e político apresentado nos itens anteriores, é preocupante a perspectiva a consecução dos ODS no Brasil. Sabidamente, políticas estruturantes exigem recursos e, neste momento, em que investimentos sociais mostram-se cruciais, registra-se que em 2016 o orçamento federal destinado às políticas para mulheres, igualdade racial e direitos humanos sofreu uma redução de 35%, passando de R\$ 95.263.006,86 em 2015 para R\$ 61.842.623,05 no ano seguinte.

O estudo analisou as 15 principais

ações da área, sendo contabilizadas para isto as que receberam maior orçamento. Uma delas, as Casas da Mulher Brasileira, centros que concentram no mesmo espaço serviços de enfrentamento da violência contra a mulher, empoderamento das mulheres e promoção da sua autonomia econômica cujos recursos passaram de R\$ 27,6 milhões (2015) para R\$ 15,6 milhões (2016), redução de mais de 43%. Se uma das principais ações ligadas às mulheres for usada como referência, a situação é extremamente grave: a ação orçamentária “atendimento às mulheres em situação de violência”

⁶⁹ <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/projetos-ensinam-mulheres-a-programar-e-combatem-o-machismo-na-ti>

⁷⁰ <http://agoraquesaodas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/04/mulheres-e-tecnologia-eu-posso-trabalhar-com-internet/>

⁷¹ Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em levantamento realizado pelo site Poder 360. Os valores não levam em conta os gastos com salários de servidores nem outros custos administrativos, como aluguel de imóveis. O cálculo não considera a inflação do período. <http://www.poder360.com.br/governo/politicas-para-mulheres-negros-e-direitos-humanos-perdem-35-dos-recursos/>.

⁷² As 15 ações analisadas foram: 210Z – Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas

4906 – Disque Direitos Humanos; 8831 – Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; 14XS – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões

de Fronteira; 210M – Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente; 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; 210G – Proteção a Pessoas Ameaçadas; 8819 – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; 8843 – Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres; 20ZN – Promoção dos Direitos Humanos; 8810 – Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; 6440 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais; 210N – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 210H – Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas Para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial. O código que antecede cada ação a identifica no sistema nacional.

teve autorizados R\$ 42,8 milhões em 2016. Em 2017, conta apenas com R\$ 16,7 milhões, um montante 61% menor do que em 2016.

Por sua vez, a verba para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) teve um aumento de 13%, passando de R\$ 31,9 milhões em 2016 para R\$ 36,2 milhões em 2017. A

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

<http://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-vitoriosa-em-questoes-sobre-aborto-genero-18701904>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/os-direitos-da-mulher-estao-ameacados-no-congresso-3315.html>

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml>

<http://s.oab.org.br/arquivos/2017/04/nota-base-nacional-comum-curricular.pdf>

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf

<http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>
“O impacto dos laudos periciais no julgamento de homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica ou familiar no Distrito Federal”, pesquisa realizada pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/03/ANIS_-LAUDOS_PERICIAIS.pdf

<http://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil/>

Central presta remotamente, via ligação telefônica, orientação sobre direitos e serviços públicos para as mulheres em todo o país, além de servir como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado.

http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf

http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-contendos-de-apoio/publicacoes/mulher/100308_comu40mulheres.pdf
Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - IPEA, ONU Mulheres e SPM, 2015, <http://www.ipea.gov.br/retrato/>

http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/as-mulheres-nas-eleicoes-2014/at_download/file

PNAD 2015, <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, substituída pela Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009.

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Abril/tse-inicia-nesta-sexta-01-campanha-no-radio-e-televisao-para-incentivar-participacao-da-mulher-na-politica>
FREITAS, Ângela. Aborto: guia para profissionais de comunicação. Coordenadora Paula Viana; Colaboração Beatriz Galli [et. al.]. Recife: Grupo Curumim, 2011.

<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/projetos-ensinam-mulheres-a-programar-e-combatem-o-machismo-na-ti>

<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/03/04/mulheres-e-tecnologia-eu-posso-trabalhar-com-internet/>

<http://www.poder360.com.br/governo/politicas-para-mulheres-negros-e-direitos-humanos-perdem-35-dos-recursos/>

OBJETIVO 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

RESUMO EXECUTIVO

O desenvolvimento da indústria e os investimentos em infraestrutura demonstram grande potencial de promoção do crescimento econômico. O desafio, porém, vai além disso. Há de se garantir que se deem seguindo parâmetros da sustentabilidade, isto é, que tragam também soluções para os principais

desafios socioambientais enfrentados pelo Brasil.

- O país enfrenta um quadro de desindustrialização e de carência em infraestrutura em suas diversas modalidades. Em relação ao primeiro ponto, a indústria de transformação perdeu importância na composição do PIB nacional,

o que, embora, parcialmente compensado por momentos favoráveis das indústrias da construção civil e extrativista durante a década passada, reflete uma perda de competitividade do país nesta importante área. Sequer o aquecimento do mercado de consumo interno nos anos 2000 foi suficiente para estimular eventual retomada.

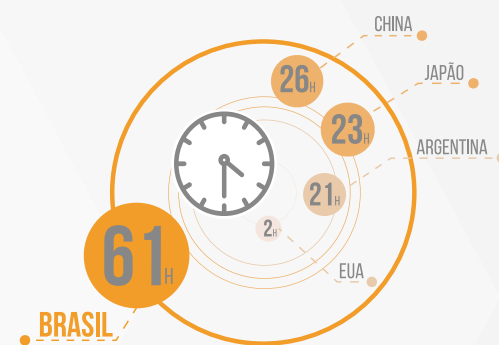
- Para reverter este quadro, em 2008 foi adotada a política das campeãs nacionais, focada no favorecimento das grandes empresas da indústria nacional com potencial de internacionalização, por meio de empréstimos realizados pelo BNDES. Estes subsídios, porém, preservaram empresas ineficientes e prejudicaram a produtividade e o crescimento dos demais setores, consumindo recursos que poderiam ser utilizados em políticas sociais, de inovação, entre outras áreas prioritárias, como o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPes), cujos recursos variaram significativamente ao longo dos últimos anos, porém se mantendo em patamar médio bastante inferior à grande indústria. A falta de transparência deste processo fica evidente com o comprovado envolvimento de muitas destas empresas em esquemas de corrupção revelados durante a Operação Lava-Jato e seus desdobramentos.

- Deixou-se de lado, portanto, a função primordial do BNDES e parte da função do próprio Estado no que tange aos incentivos econômicos, de suportar investimentos que não logram acessar o mercado de crédito privado, porém que apresentam grande potencial de retorno socioambiental.

- As políticas voltadas à inovação tampouco têm sido efetivas para melhorar a competitividade da indústria nacional. A despeito dos esforços na consolidação de um marco legal desde a década

de 1990, com mecanismos como a Lei de Inovação, posteriormente substituída pela Lei nº 13.243/2016, e os Fundos Setoriais de Inovação, esta agenda é encarada como parte anexa de uma agenda de ciência e tecnologia, com seus interlocutores tradicionais, e não como parte da agenda de política econômica. Adicionalmente, apesar do potencial empreendedor brasileiro e da existência de renomados centros de pesquisa acadêmica, a falta de escala na qualificação de recursos humanos, a complexidade dos processos administrativos e a falta de coordenação entre os diversos atores conectados à inovação impedem o maior dinamismo do mercado. Como resultado, há um baixo volume de produção de patentes e limitados investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Gráfico 10. TEMPO DE CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS NA FRONTEIRA (EXPORTAÇÃO) MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (%)



Fonte: Ranking DOING BUSINESS: Medindo Regulamentações de Negócios – Banco Mundial

Tabela 1. RANKING DOING BUSINESS: MEDINDO REGULAMENTAÇÕES DE NEGÓCIOS – BANCO MUNDIAL¹⁵

NOVA ZELÂNDIA	1
CINGAPURA	2
DINAMARCA	3
HONG KONG RAE. CHINA	4
CORÉIA, REPÚBLICA DA	5
NORUEGA	6
REINO UNIDO	7
ESTADOS UNIDOS	8
SUÉCIA	9
JORDÂNIA	118
PAPUA-NOVA GUINÉ	119
IRÃ, REPÚBLICA ISLÂMICA DO	120
BAHAMAS	121
EGITO	122
BRASIL	123
GUIANA, RC	124
SÃO VICENTE E GRANADINAS	125
LÍBANO	126
NICARÁGUA	127
TADJQUISTÃO	128
VENEZUELA, RB	187
LÍBIA	188
ERITRÉIA	189
SOMÁLIA	190

- Neste contexto, a produtividade do trabalho no Brasil cresceu apenas 0,4% ao ano entre 1996 e 2005 e 2% entre 2006 e 2011, abaixo de vários países emergentes. Entre os demais vetores que impactam a limitada produtividade da economia nacional, destaca-se a já mencionada carência de infraestrutura, com impacto direto na produtividade do trabalho, sobretudo no que tange à infraestrutura urbana, e do capital, no que se refere às barreiras à competitividade da

produção nacional vinculadas, por exemplo, a limitações logísticas.

- Tradicionalmente, o setor público é o maior responsável por investimentos que visem suprir carências de infraestrutura básica. As diferentes fases do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram uma tentativa de evoluir nesta questão, porém insuficiente e com prioridades pouco claras, além de recorrente baixo retorno sobre o investimento.

- Com um estado endividado e em processo de ajuste fiscal austero, torna-se difícil pensar em grandes investimentos que solucionem este problema. A estratégia atual adotada pelo Governo Federal é a implantação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com foco na concessão de grandes obras com atratividade econômica à iniciativa privada. Mais uma vez, porém, o programa é adotado com pouca transparência em relação a critérios de priorização, sem participação social e desconsiderando questões socioambientais. Particularmente em relação ao último tema, o programa chega em um momento de intensa pressão política por retrocessos nesta agenda, onde o desmonte das regras do licenciamento ambiental é um de seus cerne.

- Portanto, é grande o desafio de se fomentar a recuperação e modernização industrial, os investimentos em infraestrutura e a inovação no Brasil em um cenário de múltiplas crises. Ao mesmo tempo, há importantes oportunidades de transição rumo a uma economia mais sustentável. A mudança de lógica dos processos industriais, promovendo conceitos da economia circular, ou a emissão de *green bonds* voltados a investimentos que promovam o desenvolvimento exemplificam estas possibilidades.

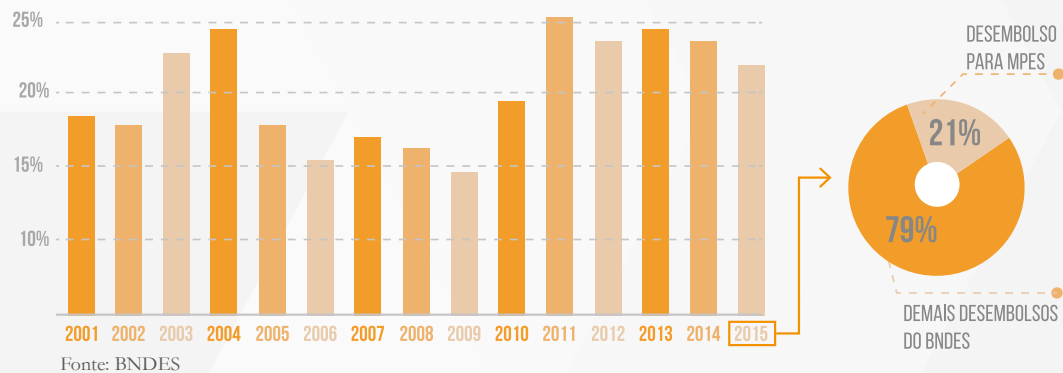
Gráfico 11. **NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE PATENTES POR ESCRITÓRIO REGIONAL - 2015**



O Brasil é o 10º país que mais recebeu pedidos de patente em 2015, atrás de todos os demais países BRICS. 85% dos pedidos registrados no país foram feitos por residentes no exterior, o que demonstra as barreiras à inovação enfrentadas no ambiente nacional.

Fonte: WIPO - World Intellectual Property Indicators 2016

Gráfico 12. **DESEMBOLSO DO SISTEMA BNDES PARA MPE - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (%)**



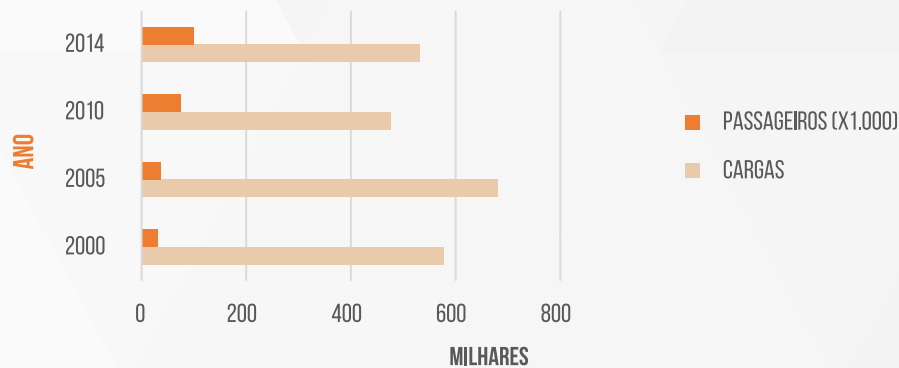
RECOMENDAÇÕES:

- Fomentar a transição da indústria brasileira rumo à economia circular, por meio da articulação entre incentivos econômicos e instrumentos legais.
- Garantir a isonomia de condições de competitividade no país, com o Estado exercendo seu papel por meio de correções às distorções de mercado, com vistas ao desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.
- Maior coordenação entre as políticas de estímulo à inovação no curto prazo, e investimentos em educação básica e formação de mão de obra qualificada visando ao longo prazo.
- Facilitar o acesso a crédito e à formalização às micro e pequenas empresas, incluindo aquelas voltadas às novas tecnologias.
- Garantir um ambiente de negócios pautado pela estabilidade jurídica e institucional.
- Direcionar os investimentos do BNDES e outros bancos de fomento à infraestrutura verde e inclusiva, bem como ao estímulo à inovação, como elementos de aumento da competitividade nacional.
- Promover mecanismos de incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa na indústria e demais setores da economia nacional, seja via alocação de emissões, seja por meio de incentivos tributários, que garantam o investimento em tecnologias não poluentes, estabelecendo mecanismos transparentes que permitam o controle social deste mecanismo para atestar a correção do uso.

METAS GLOBAIS – ODS 9

Meta 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

VOLUME DE CARGAS, POR TRANSPORTE AÉREO (EM TONELADAS)



ANÁLISE DA META 9.1

Os indicadores pactuados para esta meta a nível global pouco representam sua complexidade. Na condição de um país de dimensões continentais, o Brasil enfrenta grandes desafios para atender a todas suas regiões com infraestrutura de qualidade, que vão muito além do transporte aéreo. A demanda de investimentos é latente em diversas áreas, que se prestam tanto à integração territorial, com vistas ao desenvolvimento econômico, quanto ao acesso da população a bens e serviços básicos, tais como energia e saneamento básico.

O país passou por um ciclo de aumento de investimentos no início do presen-

INDICADORES

- VOLUME DE CARGAS, POR TRANSPORTE AÉREO
- VOLUME DE PASSAGEIROS, POR TRANSPORTE AÉREO

te século, com importantes políticas públicas em vigor, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Luz para Todos. No campo das telecomunicações também houve grande avanço desde o fim da década de 1990, com a abertura do setor para o investimento privado. A expansão da malha rodoviária e da infraestrutura de aeroportos também foi marcante no período, ampliando a atividade aérea, como demonstrado nos indicadores apresentados.

Ainda assim, o volume de investimentos realizados ficou em torno de 2% do Produto Interno Bruto entre os anos de 2000

e 2014, consideravelmente aquém de outros países emergentes. Parte destes investimentos foram feitos em obras questionáveis desde o ponto de vista da inclusão social e da sustentabilidade, como as grandes hidroelétricas na Região Amazônica, com elevado impacto no ecossistema e na vida das populações tradicionais locais. As usinas instaladas no Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e a Usina de Belo Monte exemplificam este cenário, frequentemente alvo de ações do Ministério Público por

não cumprirem as condicionantes socioambientais previstas em seus processos de licenciamento.

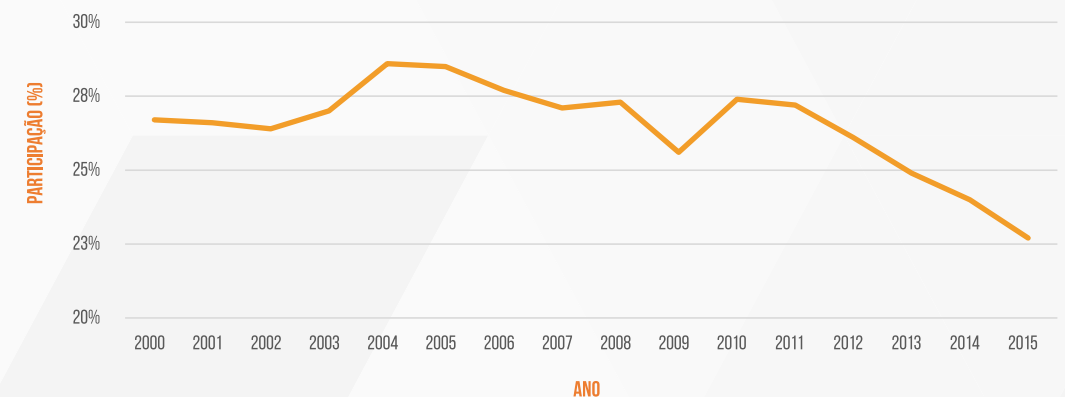
As múltiplas crises enfrentadas pelo Brasil tornam o cenário ainda mais complexo. À escassez de recursos públicos para investimento soma-se a crise ética que atingiu em grande medida o setor da construção civil, após a descoberta de amplos esquemas de corrupção principalmente no âmbito da “Operação Lava Jato”.

Meta 9.2 – Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo

INDICADORES

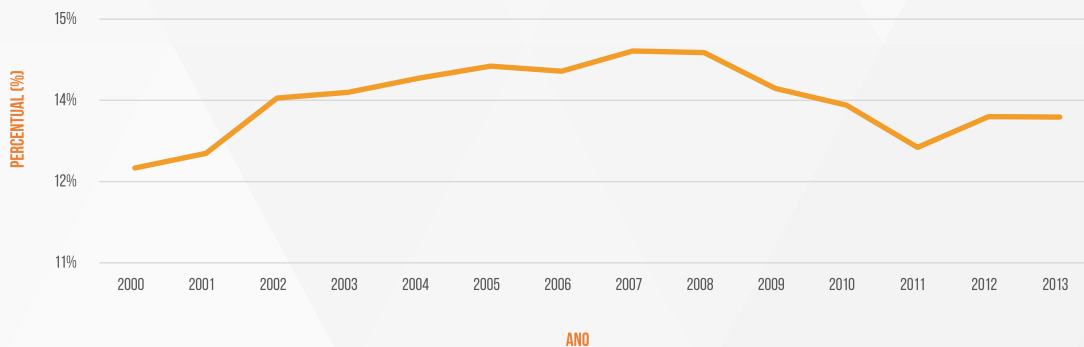
- PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELA INDÚSTRIA AO PIB EM DÓLARES CONSTANTES DE 2010
- PERCENTUAL DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA NO TOTAL DE EMPREGADOS
- VALOR PER CAPITA ADICIONADO PELA INDÚSTRIA EM DÓLARES CONSTANTES DE 2010

PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELA INDÚSTRIA AO PIB EM DÓLARES CONSTANTES DE 2010 (EM % DO PIB)



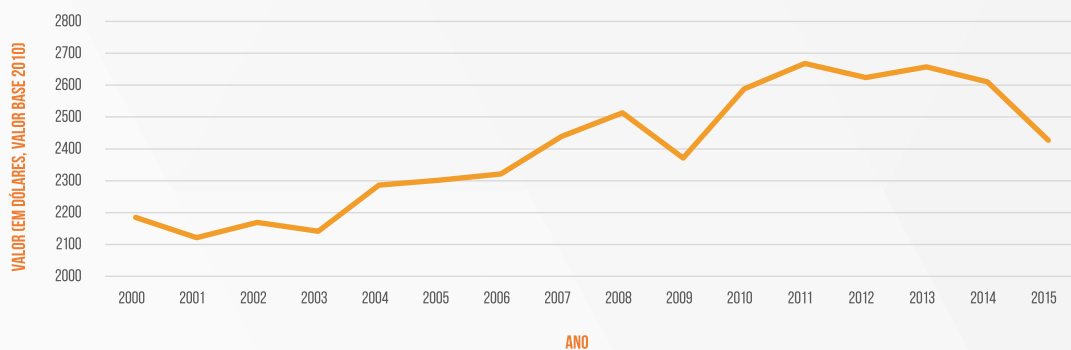
Fonte: IBGE. Séries Históricas e Estatísticas – Valor Adicionado Bruto da Indústria

PERCENTUAL DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA NO TOTAL DE EMPREGADOS (EM %)



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Percentual de empregados na indústria no total de empregados

VALOR PER CAPITA ADICIONADO PELA INDÚSTRIA, EM DÓLARES CONSTANTES DE 2010



FONTE: AGENDA 2030. Indicador: Valor per capita adicionado pela indústria, em dólares constantes de 2010

ANÁLISE DA META 9.2

A indústria tem importante participação na economia nacional e na geração de emprego e renda, conforme demonstram os indicadores apresentados. Destaca-se, porém, que a importante participação histórica da indústria de transformação, que já foi de mais de 20% nos anos 1980, hoje está próxima a 10%. Similar movimento foi observado em países desenvolvidos, porém associado ao aumento do emprego de alta produtividade e à elevada qualifica-

ção da mão de obra na indústria, permitindo a transferência de trabalhadores para os outros setores da economia. No caso do Brasil, este processo está muito mais associado à deterioração da balança comercial de manufaturados, à baixa intensidade tecnológica da pauta exportadora e à menor produtividade total da economia, não resultando, portanto, de uma evolução favorável em termos de inovação e produtividade.

Ainda assim, a participação do setor industrial como um todo se manteve próxima a 25% desde 2000, já que a queda da indústria de transformação foi compensada pelo crescimento das indústrias extrativas, sobretudo em períodos de valorização de commodities, e da construção civil.

Os esforços do Governo Federal em incentivar a indústria nacional, por sua vez, se deram de forma seletiva, elitista e pouco transparente. A política das campeãs nacionais, como ficou conhecida a estratégia de internacionalização de grandes grupos industriais

brasileiros suportada por recursos tomados a custo reduzido junto ao BNDES, teve como resultado o baixo incentivo à competitividade e a marginalização das pequenas e médias empresas.

Com a redução do apoio estatal e a comprovação do envolvimento de alguns dos principais expoentes da indústria nacional em casos de corrupção, a recuperação de alguns setores e a modernização da indústria como um todo, sobretudo pautada na inovação tecnológica, são grandes desafios a serem enfrentados.

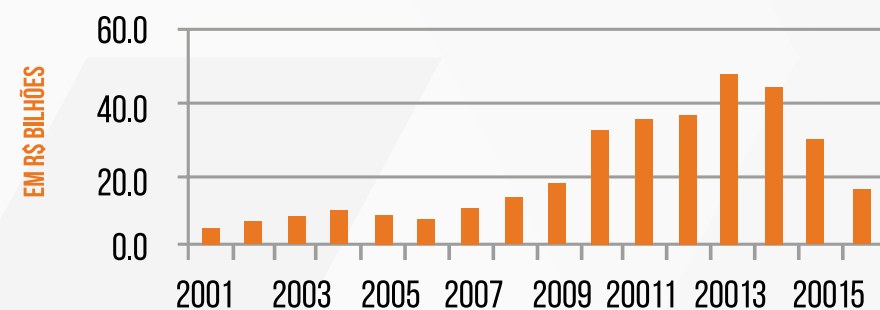
Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

ANÁLISE DA META 9.3

O incentivo às micro e pequenas empresas (MPE), conforme gráfico 13, no Brasil se deu de forma tímida ao longo dos últimos anos. O montante de recursos disponibilizado pelo BNDES sempre destinou-se, em sua maior parte, a grandes empresas, incluindo operações em outros países, em detrimento das empresas nacionais de pequeno porte. Em 2009, os valores destinados às MPEs registraram sua menor participação em relação ao total destinado pelo

banco, respondendo por 12,2% do total. Somente a partir de 2011, com a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no âmbito do Finame, as MPE passaram a ter maior participação nos desembolsos do banco, elevando sua representatividade a 25,4% do total. Já a partir de 2015 a redução do montante desembolsado refletiu a retração do BNDES como um todo, estratégia adotada pelo Governo Federal frente a crise econômica.

TOTAL DESEMBOLSADO PELO BNDES DIRECIONADO ÀS MPES



Fonte: BNDES

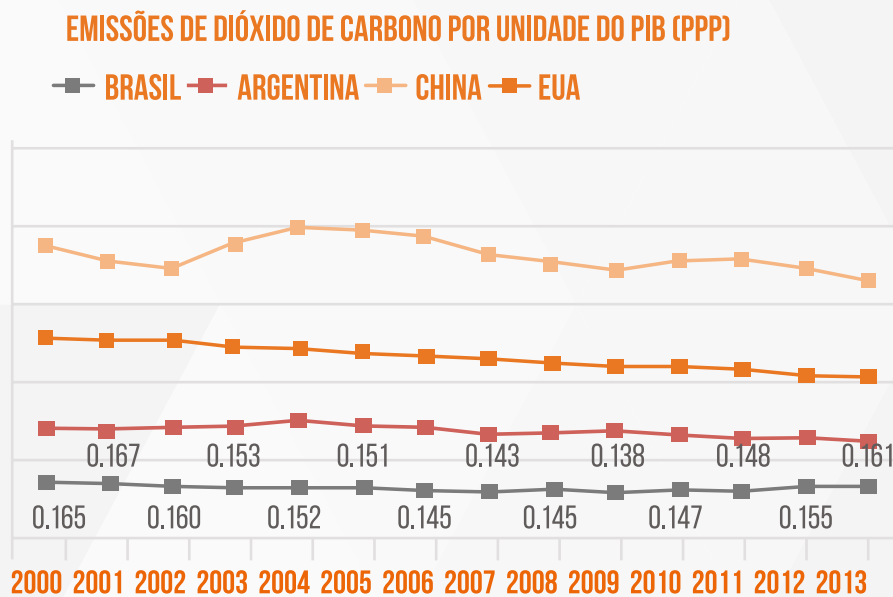
A alocação de recursos do principal banco de desenvolvimento do país não condiz com a relevância socioeconômica das micro e pequenas empresas no Brasil. Segundo dados do Anuário do Trabalho do SEBRAE, as MPEs eram responsáveis por 52,1% de todos os empregos não-agrícolas do país. Particularmente na indústria, esta representatividade era de 42,2%.

As dificuldades para as MPEs são potencializadas pela atual crise econômica do país. Segundo estudo realizado em parceria pelo Banco Central e SEBRAE, embora a porcentagem estimada de MPEs com acesso a crédito tenha subido de 29% a 39% entre 2012 e 2016, houve aumento do spread bancário e redução do volume destas operações. Diante disso, a inadimplência no segmento saltou de 3,4% para 8,0% no mesmo período.

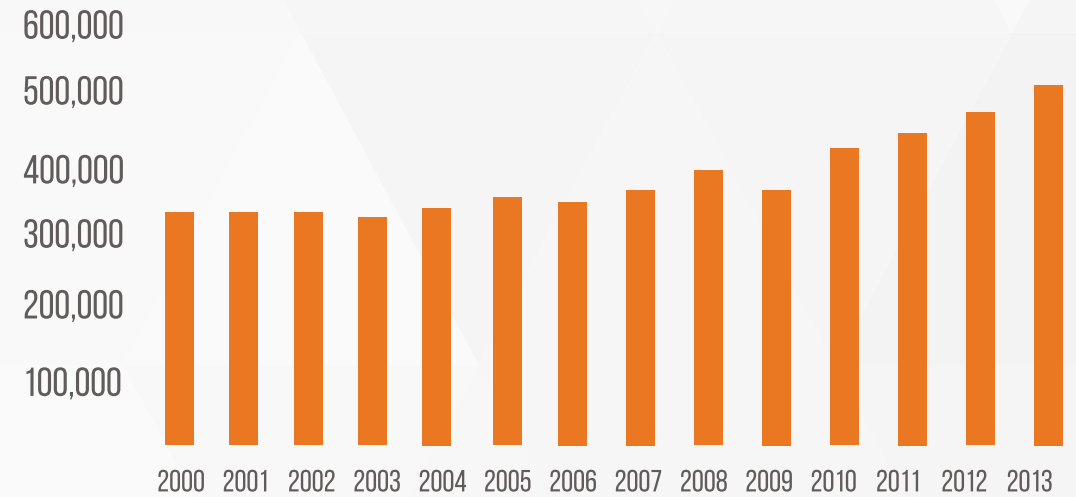
Meta 9.4 – Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

INDICADORES

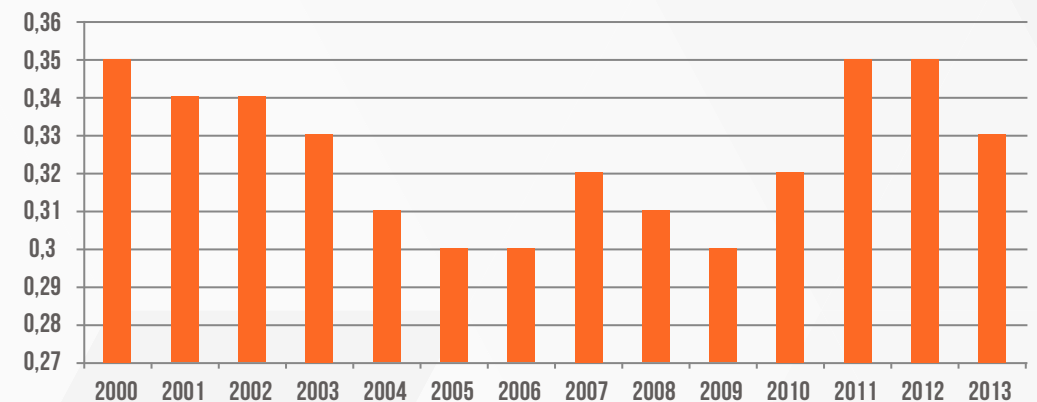
- **AS EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO POR UNIDADE DO PIB (PPP)**
- **EMISSIONES DE DIÓXIDO DE CARBONO**
- **EMISSIONES DE DIÓXIDO DE CARBONO POR UNIDADE DE VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA**



EMISSIONES DE DIÓXIDO DE CARBONO



EMISSIONES DE DIÓXIDO DE CARBONO POR UNIDADE DE VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA



ANÁLISE DA META 9.4

O Brasil apresenta dados de emissão de gases de efeito estufa (GEEs) por unidade do PIB relativamente baixos comparados aos níveis das principais economias globais, sobretudo em função de uma matriz energética com importante da geração hidroeétrica. Em menor grau, outros elementos contribuem para este resultado, como a relevante participação do etanol no mercado de combustíveis, como resultado de políticas de incentivo que, embora oscilantes deste então, se iniciaram nos anos 1980.

Entre 1990 e 2014 as emissões brutas de GEE brasileiras passaram de 1,62 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO_{2e})¹¹ para 1,85 GtCO_{2e}, um aumento de 14%. Embora também relativamente baixo, já que globalmente as emissões cresceram 35% no mesmo período, este número esconde uma trajetória que demanda aprofundamento. Para tal, uma importante iniciativa da sociedade civil é o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), criada e mantida pelo Observatório do Clima, que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil, documentos analíticos sobre a evolução das emissões e um portal na internet para disponibilização de forma simples e clara dos métodos e dados gerados no sistema, segundo as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Os dados do SEEG demonstram que o Brasil apresentou forte crescimento das emissões entre 1990 e 2004, sobretudo em função das altas taxas de desmatamento na região amazônica. Com a articulação de uma série de políticas públicas, dentre as quais as principais delas o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

(PPCDAm) e a criação de diversas unidades de conservação, o país alcançou uma impressionante redução das emissões desta origem. O resultado, celebrado por órgãos públicos e sociedade, por algum tempo minimizou o impacto do crescimento das emissões de outros setores, sobretudo energia e agropecuária, tanto diretas como indiretas. Inclusive, indiretamente, esta segunda tem sido parcialmente responsável por uma retomada no aumento das taxas de desmatamento, principalmente no cerrado e na própria Amazônia, na contramão de medidas positivas como a criação do Plano ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que, embora ainda em escala muito limitada, visa promover a sustentabilidade ambiental no campo.

Atualmente, é forte a pressão para que muitas das unidades de conservação criadas entre 2000 e 2010 sejam extintas. Os retrocessos neste sentido, que se iniciaram com a mudança no Código Florestal em 2012, encontram terreno fértil na atual composição do Congresso Nacional, com predominância de deputados e senadores da chamada Bancada Ruralista.

Assim, para manter uma trajetória de liderança do Brasil no cenário das mudanças climáticas a nível global, é fundamental que estes processos sejam obstruídos. Além disso, instrumentos de comando e controle devem estar articulados com incentivos econômicos para promover o investimento em energias renováveis, a inovação na indústria e a sustentabilidade da agropecuária nacional, sempre de forma alinhada à forte demanda de inclusão social do país.

Por fim, cabe ressaltar o cumprimento da meta 9.4 no que tange à promoção de tecnologias e processos industriais limpos e

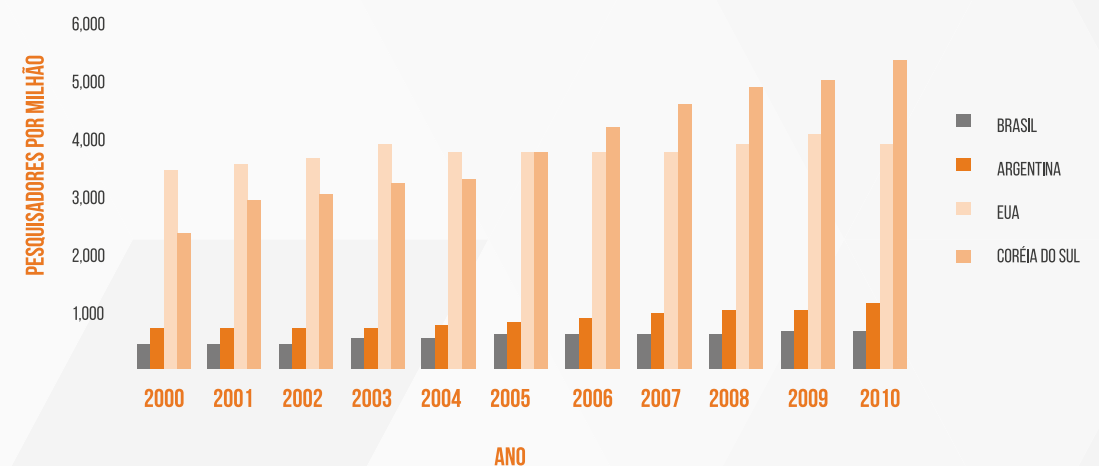
ambientalmente adequados vai muito além do panorama das emissões. Devem ser incorporados indicadores e análises que reflitam a urgência da redução da geração, do avanço no tratamento e da correta disposição final de resíduos perigosos, bem como acerca da eliminação gradual dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) dos processos industriais.

Meta 9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

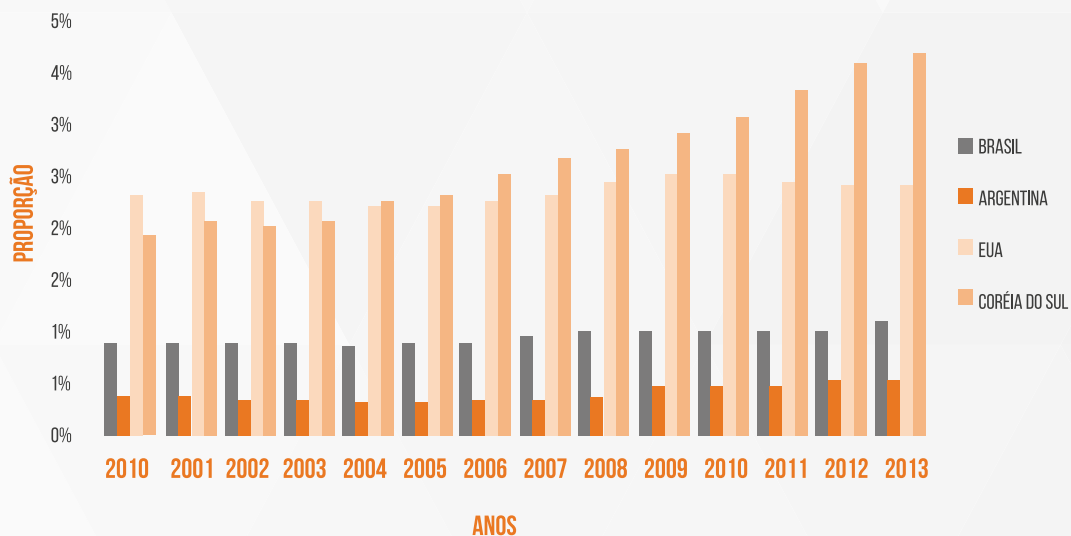
INDICADORES

- **PESQUISADORES (TRABALHANDO EM TEMPO INTEGRAL) POR MILHÃO DE HABITANTE**
- **PROPORÇÃO DE DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO TOTAL DO PIB**

PESQUISADORES (EM TEMPO INTEGRAL) POR MILHÃO DE HABITANTE



PROPORÇÃO DE DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO TOTAL DO PIB



ANÁLISE DA META 9.5

A necessidade de mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados à inovação não se refletem nos principais indicadores referentes à meta ora analisada. Em 2010, conforme gráfico 14, último ano com dados disponíveis, possuía 698 pesquisadores para cada grupo de 1 milhão de habitantes, valor muito inferior a países com altos índices de inovação e até a pares na América do Sul, como a Argentina. Na relação de despesas como porcentagem do PIB, o Brasil melhor sua posição em relação ao país vizinho, ainda assim em patamar insuficiente para mudar o padrão tecnológico da indústria nacional.

Desde os anos 1990, uma série de instrumentos foi criada visando à promoção de um melhor ambiente para inovação tecno-

lógica no país, com destaque aos fundos setoriais, quase que em sua totalidade administrados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) e a Lei de Incentivos Fiscais à Inovação e à Exportação (Lei 11.196/2005).

As políticas de inovação até então em curso, porém, não vinham atingindo resultados satisfatórios. Em 2016, o Brasil aparecia somente em 69º lugar em um ranking global de inovação coordenado pela consultoria global A. T. Kearney. As categorias “Instituições” e “Produção Criativa” são as que apresentam pior desempenho no país.

Reforçando esta constatação, mesmo após mais de 20 anos de vigência da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996), que

adequou o país aos requisitos apresentados em Trips (Acordo sobre Aspectos Comerciais de Direitos de Propriedade Intelectual, incluindo a Contrafação de Bens), enquanto a China solicitou registro de mais de 1 milhão de patentes em 2015, o Brasil solicitou número próximo a 30 mil.

Visando mudar este cenário, foi aprovada recentemente a Lei 13.243/2016, que trouxe um novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação. Entre suas disposições,

prevê desburocratizar a licitação, compra e importação de produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica, além de empresas do setor privado e laboratórios universitários, entre outras disposições. A melhor coordenação entre os atores que promovem a inovação nos diferentes setores e a dinamização são gargalos cuja solução pode estimular as atividades de P&D em um contexto de limitações fiscais para investimentos públicos.

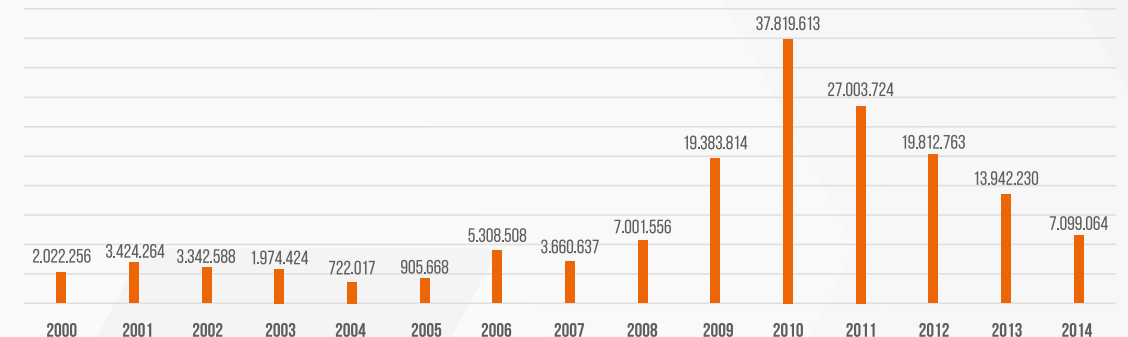
Meta 9a – Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e robusta em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

INDICADORES

• FLUXO TOTAL OFICIAL PARA INFRAESTRUTURA, POR DESTINATÁRIO

ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO POR 100.000 HABITANTES



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

⁷⁴ <http://seeg.eco.br/>

⁷⁵ <https://www.atkearney.com/innovation/global-innovation-index>

⁷⁶ <http://www.wipo.int/pct/pt/>

EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR PAÍS DESTINATÁRIO DE 2005 A 2014

PAÍS	VALOR EM US\$	VALOR EM R\$
Angola	3.990.938.492	13.968.284.722
Gana	215.834.892	755.422.122
Moçambique	445.000.000	1.557.500.000
Argentina	2.223.168.192	7.781.088.672
Peru	575.065.191	2.012.728.169
Equador	227.197.110	795.189.885
Venezuela	3.153.648.212	11.037.768.742
Guatemala	280.000.000	980.000.000
Costa Rica	44.233.963	154.818.871
Honduras	145.000.000	507.500.000
Rep. Dominicana	2.290.796.918	8.017.789.213
Cuba	848.160.051	2.968.560.179
TOTAL	14.439.043.021	50.536.650.574

Fonte: Tribunal de Contas da União – Relatório de Auditoria ⁷⁷

ANÁLISE DA META 9A

O orçamento brasileiro para cooperação sul-sul, executado através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) teve seu pico em 2010, decaindo posteriormente. Diante da crise econômica, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi dos mais impactados, gerando a descontinuidade de algumas atividades.

O dado não pode ser considerado como a totalidade da cooperação sul-sul praticada pelo Brasil, não incluindo a cooperação técnica conduzida diretamente por outros entes do governo federal como parte de suas rela-

ções institucionais. Tampouco esta destina-se somente à infraestrutura, mas sim a diversos segmentos.

Os indicadores de exportação de serviços de engenharia financiados pelo BNDES, todos eles direcionados a países em desenvolvimento, podem fornecer visão complementar em relação à meta ora tratada. Entre 2005 e 2014, foi desembolsado um total próximo a R\$ 50,5 bilhões (USD 14,4 bilhões) nesta categoria, destinados à América do Sul, África e

América Central. Os maiores receptores destas obras foram respectivamente Angola e Venezuela. Cabe destacar, entretanto, que muitos destes financiamentos encontram-se sob es-

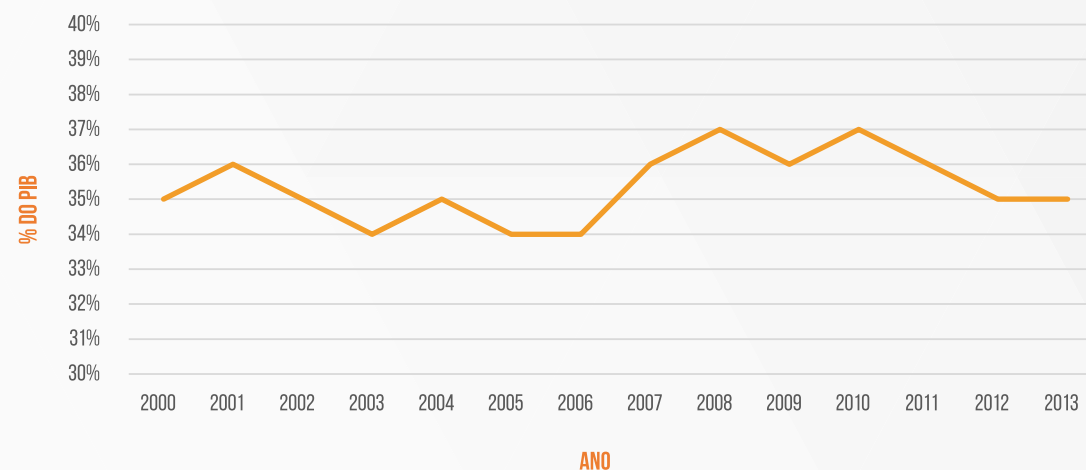
crutínio das autoridades brasileiras, já que foram executados pelas maiores construtoras nacionais, todas elas envolvidas na Operação Lava-Jato.

Meta 9b – Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities

INDICADORES

- **PERCENTUAL DO VALOR DA INDÚSTRIA DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA ADICIONADO NO VALOR TOTAL ADICIONADO**

VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA – EM % DO PIB



Fonte: AGENDA 2030. Indicador: Percentual do valor da indústria de média e alta tecnologia adicionado no valor total adicionado

ANÁLISE DA META 9B

O indicador demonstra a relativa baixa participação da indústria de média e alta tecnologia no valor adicionado total da indústria na composição do PIB nacional. Conforme tabela 19, os números deixam claro que a principal pauta da indústria nacional segue sendo os produtos de baixa tecnologia ou primários.

Tradicionalmente, os segmentos da indústria de média e alta tecnologias tem comportamento mais pró-cíclicos e com maiores efeitos de encaqueamento para o conjunto do setor industrial, embora também se observem quedas relevantes em setores de baixa ou média-baixa tecnologia cujos preços base no mercado internacional apresenta-

⁷⁷ <http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-operacoes-do-bndes-na-america-latina-e-africa.htm>

ram fortes retrações, como minerais metálicos e petróleo, ou que dependem da demanda interna, como no caso dos automóveis.

Ainda assim, são os segmentos de alta e média-alta tecnologia que apresentaram as maiores perdas nos últimos anos. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), porém, a despeito de uma forte queda em praticamente todos os setores nesta faixa tecnoló-

gica, em 2016 já eram observados alguns setores em recuperação, como aeronáutico e aeroespacial, ou com quedas já menos intensas, como no caso do complexo eletroeletrônico⁷⁸. Como tendem a ser também aquelas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento, sua baixa participação e o cenário de crise criam ainda mais barreiras à inovação no Brasil.

Meta 95c – Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2022.

INDICADORES

- **PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR REDE MÓVEL**
- **PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR REDE MÓVEL 2G**
- **PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COBERTA POR REDE MÓVEL 3G**

REGIÃO	RURAL	2	51	5	8	25	12	32	16	0
	SUDESTE	1	73	26	31	8	7	17	9	0
	NOROESTE	1	58	24	13	10	11	26	13	0
	SUL	1	74	21	26	19	8	17	8	0
	NORTE	0	47	13	9	9	8	48	5	0
	CENTRO-OESTE	1	56	14	31	15	7	28	5	0
RENDA FAMILIAR	ATÉ 1 SM	2	45	18	14	8	9	41	12	0
	MAIS DE 1 SM ATÉ 2 SM	1	57	21	21	11	8	31	11	0
	MAIS DE 2 SM ATÉ 3 SM	1	68	25	26	12	9	22	9	0
	MAIS DE 3 SM ATÉ 5 SM	1	74	34	29	13	7	17	8	0
	MAIS DE 5 SM ATÉ 10 SM	0	82	45	30	11	7	13	5	0
	MAIS DE 10 SM	0	89	46	32	5	5	7	3	0
CLASSE SOCIAL 2008	A	0	79	29	36	4	3	7	3	0
	B	1	50	19	30	12	8	13	7	0
	C	1	42	11	22	10	8	28	11	0
	DE	2	93	47	15	5	10	41	15	0
CLASSE SOCIAL 2015	A	0	93	30	35	6	5	4	3	0
	B	1	81	19	32	12	7	11	7	0
	C	1	62	10	23	11	9	26	11	0
	DE	1	33		0	7	7	54	12	0

Fonte: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) – Pesquisa TIC Domicílios⁷⁹

⁷⁸ http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20160829_industria.html

ANÁLISE DA META 9B

Considerando a tabela 19, enquanto no Sudeste a proporção de pessoas conectadas é de 60%, no Norte este número é de 38%. Quando comparadas as classes sociais, a disparidade é ainda mais clara. A quase totalidade das pessoas da Classe A conta com acesso, enquanto que nas classes D e E este patamar está próximo a 15%, diferenças essas refletidas de maneira similar no nível individual.

A internet e os serviços de telecomunicações em geral são fundamentais para garantir a integração regional e a redução das desigualdades sociais para além da renda. A inclusão digital pode garantir maior acesso à

educação, a serviços públicos e à informação em geral. Neste sentido é urgente a adoção de um Plano de Expansão da Internet no país, que eleve o acesso e promova a redução das disparidades regionais em relação a este serviço. Iniciativas como o Programa Cidades Digitais, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), já estão disponibilizando internet em vários grátis em vários municípios brasileiros. A expansão do programa e as parcerias com a iniciativa privada são caminhos que podem viabilizar uma rápida ampliação da oferta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2017/03/panorama-da-industria_13a-edicao.pdf

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5569

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/31f8fe346875dc7702ac8f7594daa78e/\\$File/7509.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/31f8fe346875dc7702ac8f7594daa78e/$File/7509.pdf)

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/12/relatorio-infraestrutura/>



OBJETIVO 14: VIDA NA ÁGUA

CONSERVAR E USAR SUSTENTAVELMENTE OS OCEANOS, OS MARES E OS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Coautores: Adayse Bossolani (Ouvidoria do Mar); Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Instituto Oceanográfico da USP, Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano - PainelMar); Mauro Ruffino (ABC Pesca); Leticia Cotrim (Brazilian Ocean Acidification Network); Alexander Turra (Instituto Oceanográfico da USP); Vitória Colvara (GERN); Carina Oliveira (GERN); Mariana Clauzet (PPED- Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento / UFRJ); Mariana Mattos (Ouvidoria do Mar); Camila Domit (Centro de Estudos do Mar; Universidade Federal do Paraná); Zuleika Nycz (XXXX)

O oceano desempenha um papel vital para a manutenção da vida no planeta e para o seu desenvolvimento de forma sustentável, pois cobre 70% da superfície terrestre e seus serviços afetam diretamente os modos de vida da sociedade e sua economia. Os oceanos são fundamentais para a estabilidade do clima, ciclagem de nutrientes e produção de energia renovável e alimentos, assim como para o transporte de mercadorias, alimentação por meio da pesca e aquicultura, mineração e turismo.

Contudo, o papel e relevância estratégica do mar brasileiro ainda demanda de muito esforço coletivo para ser devidamente reconhecido pelos cidadãos e agentes públicos. São mais de 9.000 km de linha de costa, 17 estados e 397 municípios costeiros abrigando mais de 204 milhões de pessoas, incluindo uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente 3,5 milhões de km² e plataforma continental de 912 mil km². Os números impressionam pela dimensão do patrimônio histórico, cultural e ambiental, mas também destacam o enorme desafio para desenvolver mecanismos de governança mais apropriados e a evolução da economia azul brasileira em direção à um horizonte de baixo-carbono e maior sustentabilidade. Por ser o oceano o maior ecossistema do planeta, tais mecanismos precisam integrar o conceito de desenvolvimento sustentável de territórios costeiros e marítimos locais, considerando os limites e necessidades dos países que margeiam o Atlântico Sul, mas também de todo

o planeta. A agenda iniciada pelo ODS 14 deve mobilizar a sociedade brasileira nesta direção.

Entretanto, os indicativos de degeneração dos ecossistemas marinhos brasileiros e de todo o oceano Atlântico Sul, apontados no primeiro relatório de Avaliação Global do Oceano (dez/2015) organizado pela ONU, são alarmantes e indicam que ainda há pouco esforço coordenado em entender a dinâmica ecológica e os efeitos das mudanças ambientais globais nesta região, quando comparados a outras regiões oceânicas do planeta.

O Brasil está apenas no início de suas ações, mas estas são urgentes e somam as demandas já acumuladas internacionalmente, bem como os novos comprometimentos nacionais que surgirão caso o Brasil aprove junto a CLPC/ONU a ampliação do limite exterior da plataforma continental brasileira. As novas estruturas que estão sendo criadas para a implementação desta agenda devem ser constituídas a partir da promoção de parcerias solidárias baseadas na saúde ecossistêmica, na dignidade (foco na erradicação da pobreza e da desigualdade), na prosperidade (economia forte, inclusiva e transformativa) e na justiça (segurança, paz e aprimoramento institucional) para as pessoas e o planeta (valorizando principalmente as mulheres, crianças e futuras gerações), respeitando os tratados internacionais de direitos humanos, de segurança química e de conservação da biodiversidade. Este relatório apresenta um primeiro panorama nacional, baseado na avaliação qualitativa das iniciativas em curso.

METAS GLOBAIS – ODS 14

Meta 14.1 – Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

ANÁLISE DA META 14.1

O tema articulado por esta meta é essencial para a saúde do oceano brasileiro e das populações que dependem de seus recursos alimentares, e demandará uma ação sistêmica e integrada em todas as esferas da sociedade. A problemática envolve uma gama de atividades industriais e sociais, além de seus subprodutos provenientes de fontes terrestres e marinhas.

As fontes de poluição são muitas e poucas possuem marcos regulatórios para seu gerenciamento específico. Mas ainda que possam existir alguns marcos regulatórios, outro desafio é a sua implementação, que depende da ampla conscientização da sociedade e da atuação rigorosa dos agentes governamentais responsáveis, que demandam recursos humanos, financeiros e logísticos, mas se mostram inexistentes ou precários na prática. Para conhecimento, destaca-se algumas das políticas públicas existentes no Brasil, referentes ao tema: I. Resíduos Sólidos- Política Nacional de Resíduos Sólidos; II. Águas Residuais- Lei de Saneamento Básico; III. Derramamento de Óleo- Lei 9.966/2000 (ressalta-se que dentre todas as formas de poluição, esta é a que apresenta maior eficácia no sentido da responsabilização civil pelo dano). Embora o Brasil possua um diverso e complexo marco legal geral para o tratamento das questões descritas acima, envolvendo terra e mar, o maior desafio é

a sua regulamentação para os níveis estaduais e municipais, e a sua implementação. Em relação à área marinha, as ações deveriam incluir o controle e a fiscalização da poluição por lançamento de óleo, efluentes urbanos, industriais e agrícolas, envolvendo o controle das substâncias nocivas e perigosas (algumas poucas são atualmente reguladas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA/MMA).

Embora necessários, leis e decretos nacionais não são suficientes para prevenir os impactos ambientais das atividades resultantes da falta de saneamento básico e do lançamento de efluentes líquidos e atmosféricos industriais. O controle rigoroso dessas emissões e liberações para o meio ambiente praticamente não existe no Brasil, fazendo com que a costa receba todo tipo de poluentes (industriais, portuários, agrícolas e urbanos). A dificuldade do país em identificar as fontes e controlá-las, reflete-se negativamente na construção das novas legislações e nas tomadas de decisão dos gestores, o que, por sua vez, fragiliza os instrumentos necessários para controlar ou ao menos minorar a continuada e institucionalizada poluição dos ecossistemas marinhos.

Nos próximos anos, grandes esforços precisam ser realizados pelo governo brasileiro no sentido de implementar os tratados internacionais ratificados e as legislações existentes para o controle da contaminação química. Por exemplo, é preciso aumentar o grau de informação da sociedade sobre os malefícios da contaminação química sobre a saúde humana e meio ambiente, e dar maior enfoque ao combate à poluição nas zonas costeiras e marinhas brasileiras, como forma de garantir a soberania alimentar do país. Uma das prioridades que deve ser eleita para atingir esse fim é a do desenvolvimento de políticas e ações integradas entre instâncias nacionais e regionais para ações de conscientização da sociedade

sobre os riscos da exposição à poluição (demonstrando a responsabilidade social quanto à qualidade da saúde ambiental e os efeitos sobre a saúde humana) e o fortalecimento da fiscalização ambiental visando o cumprimento da legislação e conseqüentemente, assegurando a saúde ecossistêmica marinha. Produtos químicos como agrotóxicos, e demais substâncias químicas usadas em produtos e processos industriais devem ser controladas com máximo rigor pelas autoridades, incluindo ações específicas de fiscalização de produção e uso, sem descartar a necessidade de banimento de muitas dessas substâncias já banidas em outros países, aplicando a lista dos poluentes orgânicos persistentes - POPs, por exemplo. O controle da poluição por mercúrio também é um exemplo de preocupação global de extrema relevância para a saúde dos mares, pois o metilmercúrio (uma neurotoxina potente e persistente) acaba se acumulando nos peixes que são a fonte principal de proteínas para inúmeras comunidades costeiras. A exposição à poluição química pelo consumo de peixes e outros frutos do mar pode levar a sérias alterações endócrinas e reprodutivas, doenças crônicas e danos neurológicos em seres humanos e em inúmeros animais marinhos, ameaçando vidas humanas e a biodiversidade.

Um exemplo de substância tóxica de preocupação para os oceanos são os PFOS (ácido perfluorooctano sulfônico – PFOS, e seus sais), um poluente orgânico persistente proibido pela Convenção de Estocolmo sobre os POPs. O governo brasileiro pediu exceção para uso aceitável da sulfuramida, substância usada em iscas de formigas cortadeiras e que é precursora de PFOS no meio ambiente, alegando não existir alternativas à sulfuramida no combate da formiga. Mas existem alternativas, como por exemplo a BIOISCA, registrada no MAPA para a agricultura orgânica. A manu-

tenção do uso dessa substância tóxica significa a permissão para a contínua poluição difusa dos solos e águas e a migração da substância para os oceanos, vindo a contaminar a costa litorânea do Brasil.

Para avançar no monitoramento conjunto da implementação da meta 14.1 no Brasil, faz-se necessário o delineamento de ações de ordenamento e monitoramento integrado estratégico das atividades impactantes, com a elaboração de matrizes de impactos e prioridades de ações, além da pactuação por um sistema de indicadores, de modo que a meta se torne específica, mensurável e eficiente.

A questão da poluição deve também incluir esforços do país para a governança das águas internacionais no oceano Atlântico Sul onde, por exemplo, grandes quantidades de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos tóxicos oriundos do Brasil e de outros países se acumulam em alto mar. Para isto, será necessário o esforço do Brasil para contínuo alinhamento das políticas públicas nacionais com as intenções contidas na “Declaração de Honolulu” (2011 - facilitado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e outras normativas internacionais, como a MARPOL, assim como demais iniciativas e plataformas que deverão ser lançadas nos próximos anos.

Meta 14.2 – Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

ANÁLISE DA META 14.2

As propostas descritas na meta 14.2 não são claras, sendo necessário que as propostas sejam identificadas de forma objetiva, evidenciando o alvos e potenciais indicadores de monitoramento. Este esclarecimento é ainda mais urgente no Brasil, considerando o pleito nacional à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) para extensão dos limites de sua plataforma continental e ao Projeto Amazônia Azul. Atualmente, o Brasil vivencia os desafios de ordenar ações de uso e proteção da atual Zona Econômica Exclusiva, tendo como dificuldade o desconhecimento parcial de sua biodiversidade e recursos marinhos. Estas são informações mínimas para avaliação de impactos e elaboração de medidas de recuperação ou incremento de resiliência ecossistêmica.

Identificamos abaixo as principais sugestões da Sociedade Civil:

- Comprometimento com ações de apoio a iniciativas e projetos piloto que desenvolvam a abordagem ecossistêmica nos instrumentos de governança do oceano no Brasil, de modo a subsidiar a adaptação da legislação vigente no país;
- Definição de procedimentos e diretrizes (ex., índices) para a mensuração da saúde/resiliência do oceano, para ordenar práticas de uso de recursos e monitorar efetivamente seus impactos;
- Desenvolvimento de instrumentos econômicos que incentivem a transição para a sustentabilidade, como a identificação, valoração e pagamento por serviços ambientais, a compensação por redução de emissões de gases de efeito estufa, o crédito financeiro com juros subsidiados e incentivos tributários especiais, certificação, controle de origem e boas práticas

de pesca, entre outros;

- Fortalecimento das ações no âmbito dos licenciamentos ambientais (nacionais e estaduais), estabelecendo diretrizes para avaliações estratégicas e integradas dos impactos, assim como medidas condicionantes de prevenção, mitigação e compensatória adequadas a efetividade dos monitoramentos na mensuração de impactos e manutenção do equilíbrio ecossistêmico. Esta ação deve ter especial atenção as atividades de exploração de petróleo e gás, assim como as portuárias, as quais afetam diretamente o ambiente costeiro e marinho.

Cabe aqui também destacar a relação do ODS 14 com o Projeto de Lei 6.969/2013 que institui a “Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro”, e que ainda tramita no congresso nacional (Tabela I). O PL abrange todo o Bioma Marinho Brasileiro (mar territorial, a ZEE e a plataforma continental, Lei nº 8.617/93). O novo instrumento busca convalidar os princípios estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, trazendo diretrizes próprias e o objetivo de promover a sustentabilidade ecológica, econômica e social das atividades humanas nestes ambientes. A maioria dos instrumentos preconizados pelo PL propõe inovações jurídicas, técnicas e econômicas ainda necessárias para a aplicação da abordagem ecossistêmica no país. A implementação desta nova política irá requerer fundos públicos e privados, criados com incentivos do poder público, com a finalidade de promover ações estruturantes para a implementação da Agenda de ODS 14 (ex., Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, fundos de recursos hídricos, fundos

de ciência, tecnologia e inovação, o Fundo da Mata Atlântica e o Fundo da Marinha Mercan-

te, fundos de compensações ambientais, o recentemente lançado Fundo Azul, entre outros).

Tabela I: Relação entre os instrumentos propostos pelo PL 6.969/2013 que institui a “Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro”, e as metas previstas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável No 14.

INSTRUMENTO	14.1	14.2	14.3	14.4	14.5	14.6	14.7	14.A	14.B	14.C
PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO NACIONAL E REGIONAL	X	X	X	X	X			X	X	X
RELATÓRIO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE E SAÚDE AMBIENTAL MARINHA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
RELATÓRIO NACIONAL DE PRODUÇÃO PESQUEIRA				X			X	X	X	X
INVENTÁRIO MARINHO DE ESPÉCIES CRÍTICAS E VULNERÁVEIS		X		X		X		X	X	X
PLANOS DE AÇÃO SETORIAIS PARA AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL NO BIOMA MARINHO	X	X	X	X		X	X	X	X	
AValiação ambiental estratégica para planos setoriais com impacto sobre os ecossistemas que integram o bioma marinho	X	X	X	X		X	X	X	X	
AValiação e estudo prévio de impacto ambiental e licenciamento ambiental, incluindo o licenciamento ambiental adaptativo	X	X						X		
SISTEMA DE ÁREAS MARINHAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS		X	X		X	X			X	
ESTATÍSTICA, MONITORAMENTO E ORDENAMENTO PESQUEIRO				X		X			X	
INSTRUMENTOS ECONÔMICOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Meta 14.3 – Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

ANÁLISE DA META 14.3

A acidificação é decorrente da dissolução (seja através de processos físico-químicos ou biológicos) do gás carbônico (CO₂) atmosférico nos oceanos (superfície). Uma vez dissolvido na água o gás reage formando ácido carbônico e alterando o pH da água. Este desbalanço no pH pode causar variados problemas na fisiologia dos organismos e afetar o funcionamento e dinâmica dos ecossistemas marinhos.

Cientistas apontam a impossibilidade de minimizar os impactos atuais da acidificação dos oceanos, havendo como única ação minimizadora a redução drástica das emissões de CO₂ para a atmosfera. Ainda assim, prevê-se um longo período (em relação ao tempo de vida humano) até que o sistema entre novamente em equilíbrio, quando comparado com o estado do planeta e concentrações de CO₂ atmosféricas pré-revolução industrial. Progressos para esta meta dependerão da transição para uma economia de baixo carbono no Brasil e, portanto, ações estruturais ligadas a outros ODS (ex. No7 Energia, No11 Cidades e No13 Clima).

O Brasil não possui uma política nacional para estudar e avaliar as mudanças nos ecossistemas oceânicos (amazônia azul) e costeiros provocados pela acidificação, entretanto, em dezembro de 2012 foi criada a Rede de Pesquisa Brasileira em Acidificação dos Oceanos (BrOA - www.broa.furg.br), a qual tem por objetivo de curto prazo integrar os pesquisadores brasileiros para cooperação interdisciplinar em estudos focados em acidificação dos oceanos, além de contribuir com

outros programas internacionais em curso (ex., Latin-American Ocean Acification Network - LAOCA - www.laoca.cl/pt/). O grupo atua em ambientes distintos ao longo da costa brasileira, desde ecossistemas costeiros e estuarinos até o regime oceânico de águas abertas. Com base nos relatórios e artigos publicados por membros do BrOA em 2016, algumas das recomendações da rede são:

Fortalecer relações com outras redes nacionais que tenham ações de medições a longo prazo, integrando os esforços de amostragem;

O monitoramento dos parâmetros do sistema carbonato deve começar imediatamente, para que seja possível a longo prazo inferir e identificar aspectos relacionados com a acidificação dos oceanos ao longo do litoral brasileiro e das águas oceânicas;

Utilizar os sistemas de monitoramento existentes e desenvolver novos sistemas que descrevam as mudanças de longo prazo na química do carbono oceânico no oceano Atlântico sudoeste (SWAO) e nos ecossistemas costeiros;

Meta 14.4 – Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

ANÁLISE DA META 14.4

Dados gerados no Brasil pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) estimam uma produção anual de 1,4 milhões de toneladas de pescado e um faturamento de R\$ 5 bilhões, com o número de empregos diretos e indiretos chegando a 3,5 milhões, com a pesca artesanal representando metade destes trabalhadores(as), e cumprindo um papel social e cultural em milhares de comunidades que obtêm sua renda e alimentação desta atividade.

O Ministério do Meio Ambiente, em agosto de 2016, em resposta à Moção pelo Mar Brasileiro, organizada pela Ouvidoria do Mar, descreveu uma série de ações e projetos que vêm sendo executados nacionalmente objetivando a conservação e uso sustentável da biodiversidade costeira e marinha. Entretanto, as restrições de comunicação entre ministérios, secretarias e demais autarquias de governo, assim como destas com a comunidade científica e usuários de recursos marinhos, têm causado dificuldades na implementação de políticas e ações de pesquisa, avaliação e proteção à biodiversidade. Ainda, a precariedade de recursos logísticos, humanos e financeiros direcionados ao tema em nível nacional e estadual impossibilitam que as medidas legais vigentes sejam fiscalizadas e ações criminais coibidas, assim como a adequada aplicação de medidas compensatórias aos usuários de recursos sob-explotados ou com intenção de uso de práticas sustentáveis a exploração de recursos marinhos.

Um exemplo desta problemática está na Portaria 445/2014 que restringe a pesca de espécies ameaçadas de extinção, mas que são importantes na cadeia produtiva de diversos locais, envolvendo pescarias industriais e artesanais. A elaboração da avaliação de risco e status de ameaça das espécies foi realizada por especialistas com o objetivo de responder

a demanda de conservação, entretanto a estratégia adotada pelo MMA ao publicar a portaria vinculando a classificação de ameaça das espécies com estratégias de gestão predefinidas, incluindo proibições e ordenamento para atividades de uso de recursos marinhos, surpreendeu a sociedade, incluindo cientistas e o segmento da pesca, gerando dúvidas quanto à aplicação e ao sistema de construção desta ferramenta legal, transtornos nas relações entre atores sociais e em processos participativos de construção de práticas sustentáveis de uso de recursos e revezes políticos e jurídicos que por consequência podem regredir ações de conservação. Existem hoje no país 97 espécies de peixes marinhos ameaçadas de extinção, além de diversas espécies de invertebrados, aves, tartarugas e mamíferos marinhos, incluindo espécies migratórias e parte de tratados e convenções internacionais aos quais o Brasil é signatário (CMS, SCAR, Convenção Interamericana para a Proteção e a Conservação das Tartarugas marinhas, etc). Em geral, a principal ameaça a estas espécies está relacionada à pesca, seja pela retirada excessiva e sobrepesca, incluindo a falta de manejo de taxas de captura e a alteração da estrutura ecológica ecossistêmica, ou mesmo pela captura acidental/ilegal. O controle e normatização ainda são deficientes ou mesmo inexistentes, mantendo-se apenas a partir de restrições pontuais de épocas, áreas ou aparelhos de pesca, sem recursos para efetividade de fiscalização e mesmo de monitoramento de efetividade das ferramentas de gestão.

Há mais de dez anos o país vive uma situação crítica de ausência de dados sistemáticos de produção pesqueira, sendo esta problemática ainda mais crítica em relação à pesca artesanal, o que permite continuamente capturas em níveis acima da capacidade de reposição natural dos estoques explorados, com-

prometendo a sustentabilidade da atividade e a saúde do oceano, a desarticulação de atores e construção participativa de medidas efetivas de gestão e controle pesqueiro.

Assim, o encaminhamento e o sucesso na implementação da meta 14.4 dependerá minimamente da adoção das seguintes medidas:

- Retomada da coleta e análise de dados, por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Pesca e Aquicultura (SINPESQ), criado por decreto presidencial em 1995;
- Investimentos na pesquisa pesqueira, em estreita parceria com os setores acadêmicos e produtivos, por meio da criação e fortalecimento de institutos de pesquisa, a exemplo da Embrapa na agropecuária e uso florestal;
- Evoluir do sistema de gestão por medidas pontuais para planos de manejo das pescarias, como ocorre em países como Noruega, Austrália e Estados Unidos;
- Dar continuidade e fortalecer a implantação dos Comitês Permanentes de Gestão, que viabilizem a participação ampla da sociedade civil, e os editais recentemente lançados no ano de 2015 pelo MPA para retomar a estatística pesqueira e integração à pesquisa aplicada;
- Adoção de novas abordagens e ferramentas de gestão da pesca sustentável integradas às políticas internacionais e nacionais de uso de recursos marinhos associado a proteção de espécies ameaçadas de extinção;
- Construção e implementação de planos de manejo com bases científicas para a pesca e os planos de recuperação das unidades populacionais esgotadas ou sobre-explotadas;
- Construção de planos para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada;
- Desenvolvimento de ferramentas econô-

micas de gestão da pesca, limites de capturas (quotas) para as espécies-alvo e direito de uso territorial para pesca de pequena escala combinado com áreas sem pesca;

- Implantação e fortalecimento de medidas nos Comitês Permanentes de Gestão e respectivos Subcomitês Científicos, integrando de maneira estratégica ações governamentais (ministeriais).

Meta 14.5 – Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

ANÁLISE DA META 14.5

Entende-se que esta meta faz referência à todas as ferramentas de governança do oceano baseadas em área, incluindo processos de planejamento da alocação de uso e acesso aos serviços ecossistêmicos em áreas costeiras e oceânicas, e a consequente definição e implementação de áreas marinhas protegidas e/ou demais zonas sob regime especial de governança. O Brasil tem uma das maiores lacunas na representatividade de proteção de espécies e ecossistemas marinhos por meio de áreas marinhas protegidas do mundo, protegendo hoje menos de 2% de áreas marinhas, sendo que menos de 0,1% destas são áreas sem pesca. São 65 Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas, grande parte afetada por sérios problemas de gestão e efetividade na sua implementação, onde predominam planos de manejo obsoletos e/ou inutilizáveis.

A meta brasileira declarada no IX Plano Setorial para os Recursos do Mar é de 4% de proteção até 2019, quase o dobro do montante hoje operando sob um regime especial de governança. Mesmo assim, considera-

mos que a meta brasileira é pouco ambiciosa, e reflete também a baixa capacidade do estado em dar a resposta necessária para o enfrentamento da agenda de desenvolvimento sustentável 2030. Contudo, ao invés de adotar o convencional modo de “cima-para-baixo” para a criação de novas áreas protegidas (o que gera passivos socioeconômicos e políticos na fase de implementação), são necessários grandes investimentos na capacidades de mobilização e envolvimento social nos processos que levam à criação e implementação destas áreas. Portanto, cabe destacar a importância de novos estudos e iniciativas piloto que experimentem e demonstrem os procedimentos e critérios que tornam possíveis a aceleração dos processos de criação de maneira harmonizada com os aspectos sociais (ex., participação, justiça socioambiental, bem-estar, modos de vida), ecológicos (ex., biodiversidade, saúde ambiental) e econômicos dos territórios costeiros e marinhos.

O alcance da meta 14.5 depende também de o país avançar em uma agenda de Planejamento Espacial Marinho que inclua uma estrutura de governança colegiada entre o poder público e o segmento socioambiental e que resguarde os interesses dos usuários dos recursos e serviços ecossistêmicos. Recentemente, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar criou um Grupo de Trabalho para discutir e definir critérios e procedimentos para o Uso Compartilhado do Espaço Marinho. Entretanto, ainda não está claro como será a participação e influência da sociedade nestas importantes discussões conceituais e operacionais que poderão levar à reformas profundas na governança do oceano brasileiro.

Algumas recomendações para o monitoramento do progresso nesta meta:

- Participação de representantes da sociedade civil nas reuniões e atividades do GT - Uso Compartilhado do Espaço Marinho;
- Realizar adaptações estruturais nos planos de manejo para abordagens estratégicas e voltadas para resultados, incluindo a identificação de objetivos específicos e quantitativos;
- Desenvolver programas de monitoramento e avaliação estratégica das áreas marinhas protegidas e respectivos instrumentos de gestão;
- Facilitar e permitir maior participação social no desenvolvimento e implementação dos instrumentos de gestão das áreas marinhas protegidas;
- Desenvolver instrumentos para a sustentabilidade financeira das áreas marinhas protegidas;
- Iniciativas que empoderem os cidadãos para a gestão dos recursos naturais costeiros e marinhos;
- Desenvolvimento de projetos, estudos e iniciativas piloto de planejamento espacial marinho com base ecossistêmica.

Meta 14.6 – Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

ANÁLISE DA META 14.6

O Brasil desempenhou um papel particularmente importante nas negociações da Organização Mundial do Comércio sobre subsídios à

pesca. Embora tenha participado também em algumas Organizações Regionais de Gestão de Pesca (ORGP) – por exemplo, a Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico e mares adjacentes (ICCAT) –, seu papel na diplomacia da pesca tem sido frequentemente pequeno em função do mau exemplo nesta área, e em comparação ao esforço empenhado na maioria das negociações econômicas internacionais.

Essa situação passou por uma mudança dramática, uma vez que o Brasil estava buscando uma política de pesca cada vez mais expansionista. O desejo do país de estimular a sua indústria pesqueira e, em particular, suas operações em alto-mar e em águas longínquas, ficou evidente nas posições que tomou no âmbito da ICCAT e de outras ORGP – onde, por exemplo, resistiu veementemente às propostas de limites internacionais sobre a capacidade de pesca. Esse desejo também foi fundamental para as demandas do Brasil na OMC, onde defendeu enfaticamente seu direito de subsidiar a expansão da pesca para além da sua própria ZEE. Diante desse cenário, políticos, gestores e até mesmo o setor produtivo da pesca e da aquicultura adotaram o discurso de transformar o Brasil em um grande produtor de peixes, e o então ex Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura (2008-2011), mas que até 2012 os fatos e resultados demonstraram poucas mudanças no setor, e após 2015, pouquíssimas ações restaram no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atual Ministério responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca. Assim, a ambição e discurso por crescimento no setor não vem acompanhada por medidas de sustentabilidade e portanto estão desalinhadas com a meta 14.6.

O estudo de Ruffino & Abdallah

(2016) mostra que apesar de existirem subsídios à pesca a favor da gestão e conservação sustentável da pesca, uma quantidade substancial de financiamento subsidiado continua a fluir para atividades com baixo padrão de sustentabilidade. O perfil de risco global dos subsídios à pesca no Brasil tende perigosamente ao alto risco, e há evidências de que os subsídios provoquem um aumento na capacidade e no esforço extrativo sobre populações de pescado já fortemente explorados. Assim, o Governo deve tomar medidas imediatas para eliminar todos os subsídios que estejam diretamente em conflito com os objetivos da gestão sustentável. Para esse fim, deve ser urgentemente lançado um processo que reveja os subsídios em todas as modalidades de pesca que se aproximam ou tenham atingido a plena exploração, e cessar todas aquelas com risco de exacerbar a sobrepesca. Neste contexto, são recomendações da sociedade civil:

- Alocação de subsídios para a infraestrutura e treinamento de técnicos e pesquisadores.
- Revisão dos subsídios de planos de gestão de pescarias já em vigor a fim de determinar sua coerência; onde não existem planos de gestão em vigor, os subsídios devem ser utilizados para facilitar seu desenvolvimento, nomeadamente pelo apoio para aumentar a participação das partes interessadas locais.
- Elaboração de planos de gestão que vão além das abordagens tradicionais para considerar os tipos de investimento público necessários para melhorar tanto a sustentabilidade quanto a eficiência econômica em circunstâncias locais específicas. Devem ser adotadas sólidas medidas para melhorar a gestão, a prestação de contas e a transparência dos programas de subsídios;
- Criação de mecanismos mais rigorosos de monitoramento e comunicação;
- Criação de um registro público dos subsídios do Governo à pesca, incluindo a publicação

rotineira de informações detalhadas de orçamento. O governo brasileiro também deveria se comprometer explicitamente a alcançar o pleno cumprimento de todas as regras existentes ou futuras da OMC em termos de transparência e notificação dos subsídios.

Meta 14.7 – Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

ANÁLISE DA META 14.7

Na meta 14.7 ainda não é claro o resultado esperado, não sendo descritos quais são os recursos marinhos que abrangem tal mudança, sendo necessária a escrita explícita dos diferentes tipos de recursos pretendidos e maior abrangência nos conjuntos de ações associadas. Entendemos que a prioridade na formulação de alvos específicos para esta meta deve, prioritariamente, retratar as ações de incentivo de atividade de pesca, turismo e aquicultura de pequena escala ou em regime de produção de pequena escala ou familiar.

Como ponto de partida, citamos algumas iniciativas de âmbito internacional com interface direta a esta meta. O estado brasileiro precisa ainda dar largos passos na direção oferecida pelas “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Tenência da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional”, das “Diretrizes Voluntárias de Suporte a Realização Progressiva do Direito a Comida Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional” e, das “Diretrizes Voluntárias para Assegurar a Sustentabilidade

da Pesca de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza” (Diretrizes de Pesca Artesanal - DPA), todas articuladas e aprovadas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). A pesca de pequena escala ou artesanal é, portanto, uma das atividades que merecem uma atenção especial, devido à urgência no redirecionamento das iniciativas do estado brasileiro para este setor.

O Brasil segue na contramão das orientações morais oferecidas, e lideranças dos movimentos sociais trabalhando na gestão pesqueira e nas políticas de conservação marinha, com frequência têm o sentimento de viver em um campo de batalha. O mês de março de 2017 será lembrado pela mensagem de desesperança dos pescadores artesanais com as ações governamentais, quando mais de duzentas organizações brasileiras ligadas à pesca artesanal assinaram uma Carta Aberta contra um dos mais recentes retrocessos na esperança por uma abordagem de direitos humanos emanando das políticas públicas: a transferência de mandato sobre questões pesqueiras para o Ministério da Indústria, Comércio Internacional e Serviços. Ainda mais preocupante, estas organizações denunciam que, desde 2015, cortes nos investimentos públicos com objetivos sociais para a pesca afetaram significativamente a economia local de muitas famílias. Existem também muitas lacunas de programas específicos do governo para a saúde preventiva e ocupacional dos trabalhadores da pesca, bem como o pouco acesso a documentação e informação para o que restou dos programas de segurança social. Além disso, os Comitês Permanentes de Gestão - com frequência utilizados pelo governo como bandeiras de sucesso na participação, transparência e descentralização da gestão pesqueira - estão falhando em operar em condições mínimas de demonstrar sinais de uma séria e

profunda transição para a sustentabilidade pesqueira no horizonte próximo. Em linhas gerais, infelizmente as relações com o estado estão longe de parcerias solidárias, tendo os pescadores e pescadoras que continuamente lutar por termos básicos de participação e transparência. A situação e sentimento de paralisia governamental e inércia no que se refere a garantia dos direitos de acesso e decisão sobre os rumos para a sustentabilidade dos territórios pesqueiros; em face de ter de recomeçar o diálogo com o governo do zero a cada novo acontecimento ou barganha política.

A importância da pesca artesanal não é apenas preservar a atividade econômica, mas assegurar a continuidade de um patrimônio cultural e ambiental presente em cada canto do Brasil. E, ao passo que são pressionados para se reinventar e adaptar, as identidades pesqueiras tradicionais estão sendo sufocadas ao tentar representar esta magnífica cultura no terreno da burocracia estatal brasileira. Colônias e associações pesqueiras, e respectivas federações e confederações, movimentos, redes e outros tipos de organizações ligadas a pesca artesanal - são ainda politicamente frágeis em nível nacional e, infelizmente ainda sofrem de sérios problemas de representação dos seus interesses em debates estratégicos de política de desenvolvimento pesqueiro.

Ações de fortalecimento nesta meta irão exigir o reconhecimento das relações desiguais de poder entre os diferentes atores das cadeias de valor na pesca brasileira, em comparação com grupos vulneráveis e marginalizados. Portanto, o suporte a sua participação na discussão do arranjo geral e específica da agenda de ODS é fundamental. O nível de avanço irá depender diretamente de medidas que fortaleçam a implementação de instrumentos legais e permitam a evolução sociopolítica das instituições de pesca artesanal.

Meta 14a – Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transfêrência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo

ANÁLISE DA META 14A

A humanidade tornou-se um poderoso agente de transformação do sistema terrestre, apresentando um grande desafio de colocar a ciência à serviço de reformas profundas nos sistemas governança e nas políticas de desenvolvimento econômico para as zonas costeiras e marinhas do nível local ao global. A agenda 2030 de ODS deve, portanto, buscar meios criativos de alavancar parcerias entre instituições acadêmicas, sociedade civil, entidades governamentais e iniciativa privada com metas ambiciosas de mobilização social e o intercâmbio de conhecimentos e práticas inovadoras. Muitos dos principais desafios para o campo das soluções sustentáveis estão hoje ligados a desconexão entre o mundo das políticas públicas e o conhecimento de cientistas e cidadãos.

Entre as iniciativas e mecanismos de cooperação internacional que devem ser fortalecidas pelo governo brasileiro, estão aquelas para assegurar programas de longo-prazo para: i) a observação científica dos sistemas marinhos e oceânicos (ex., Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e clima - GOOS-Brasil); ii) o desenvolvimento de capacidades (ex., Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciência do Mar - PP-G-Mar) e; iii) a integração da ciência nas políticas

públicas para oceano. Importante destacar também a importância de passos mais concretos do governo brasileiro no sentido de criar o Instituto Nacional de Pesquisa Oceanográfica e Hidroviária como instituição catalisadora de parcerias científicas para o Atlântico Sul. Ademais, no que tange as áreas temáticas prioritárias para o desenvolvimento e transferência de tecnologias e capacidades, destacamos que as pistas já foram oferecidas neste relatório, desde já um guia preliminar para o monitoramento do avanço pretendido com a implementação da meta 14.a no Brasil.

Enfatizamos, contudo, que ações estruturadas do governo voltadas para integrar a ciência com as políticas setoriais para as costas e mares brasileiros ainda estão muito defasadas no Brasil. Portanto, em termos gerais, destacamos a relevância das instituições de fomento à pesquisa apoiar editais e programas interinstitucionais que estimulem a capacitação e a ação inter- e transdisciplinar entre as redes de conhecimento costeiras e marinhas brasileiras.

Destaca-se também o papel da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI-UNESCO) e a elevada importância que a COI atribui à Agenda 2030 de maneira geral e, em específico, ao SDG No 14. Entre os dias 5 e 9 de junho de 2017 irá ocorrer, em Nova Iorque, a Conferência das Nações Unidas sobre o SDG 14, denominada “Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos do mar para o desenvolvimento sustentável”. Nessa Conferência será negociado o documento “Nosso Oceano, Nosso Futuro: Chamada para Ação” que propõe uma série de ações (a - v) para a implementação da Agenda 2030. Além disto, a COI pretende levar à discussão a minuta de proposta para o lançamento da “Década Internacional da Oceanografia a Serviço do Desenvolvimento Sustentável (2021 – 2030) – o oceano que precisamos para o futuro que queremos” (IOC/INF 1341). Tendo em vista que essa minuta será também discutida com os

Estados-Membros (incluindo o Brasil) da COI na 29ª Assembleia a ser realizada entre os dias 21 e 29 de junho próximo, esperamos que o país possa assumir posição de liderança e comprometimento com os recursos necessários para a alavancagem desta agenda de longo-prazo.

Por fim, muito importantes para a implementação da meta 14.a são orientações estratégicas já oferecidas pela COI por meio dos “Guias e Critérios para a Transferência de Tecnologia Marinha” e a “Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades para 2015 – 2021” (COI/INF 1332). O Brasil participa no Conselho Executivo e Assembleia da COI, na Subcomissão da COI para o Caribe e Região Adjacente (IOCARIBE), e na Aliança Regional em Oceanografia para o Atlântico Sudoeste Superior e Tropical (OCEATLAN). Assim, espera-se que as demandas da sociedade civil descritas neste relatório sejam levadas diretamente para tais instâncias para sua efetiva articulação durante a próxima década de pesquisa oceanográfica.

Meta 14b – Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

ANÁLISE DA META 14B

Esta meta representa uma árdua conquista de um segmento social vulnerável que vem, há décadas, trabalhando por justiça socioambiental entre dois extremos de exclusão social: o modelo desigual de crescimento econômico (e grandes obras de infraestrutura) e as políticas públicas de preservação ambiental conduzidas de maneira impositiva. Em grande parte, o Brasil precisa ainda internalizar as políticas públicas internacionais que refletem acordos estabelecidos mundialmente (Caixa 2). Assim como já foi descrito no texto da meta 14.7, ain-

da temos muito o que aprimorar nos acordos e legislações nacionais que visam garantir os direitos das pescadoras e pescadores de pequena escala (Caixa 3), incluindo a própria Constituição de 1988 e o Decreto n.º 6040/07 que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Caixa 1: Políticas internacionais para a pesca artesanal.

- (i) as Diretrizes Voluntárias para a posse da terra, acesso aos recursos florestais e pesca, discutidas no âmbito da FAO/ONU;
- (ii) os preceitos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- (iii) as Diretrizes Voluntárias da Pesca de Pequena Escala no Contexto da Erradicação da Pobreza e Segurança Alimentar (Diretrizes de Pesca Artesanal - DPA), aprovado e ratificado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, Itália na 31ª Sessão do Comitê de Pesca, realizada em junho de 2014;
- (iv) o parágrafo 6.18 das Diretrizes de Pesca Responsável (FAO, 1995) que indicam a salvaguarda do direito “preferencial” dos pescadores artesanais aos pesqueiros e recursos sob jurisdição nacional e;
- (v) o Princípio Nº5 do Acordo Internacional sobre Investimento Responsável em Agricultura e Sistemas Alimentares (Outubro, 2014), recentemente endossado pelo Comitê de Segurança Alimentar Global (FAO) o qual reitera a importância de internalização destas políticas no Brasil.

Caixa 2: Políticas nacionais para a pesca artesanal.

- (i) a Política Nacional da Agricultura Familiar;
- (ii) a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNA-TER);
- (iii) o programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- (iv) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- (v) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para a Pesca (PRONAF-Pesca);
- (vi) o posicionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2014, que buscou garantias para a segurança alimentar e nutricional trazendo diversas recomendações para seu fortalecimento com destaque para participação das mulheres na produção pesqueira.

Tais diretrizes impõem o compromisso moral de fortalecer o papel da pesca de pequena escala para a segurança alimentar global e para o futuro econômico e social do Brasil, melhorando a situação dos trabalhadores da pesca e a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros.

Durante quase um ano, a pesca no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – ficou praticamente inerte a qualquer diálogo construtivo com o setor. No final de 2015 e em 2016, começaram a ser encaminhadas algumas poucas propostas e ações. Mas destas, a maioria em prejuízo dos pescadores artesanais, como foi a suspensão dos defesos a nível nacional com o objetivo do ajuste fiscal de diminuir o gasto público com fins sociais, penalizando drasticamente os pescadores e pescadoras artesanais. Os Comitês Permanentes de Gestão da Pesca (CPG's), que ajudariam a conduzir a pesca a níveis sustentáveis com melhor desenvolvimento foram retomados muito lentamente, sendo que apenas no segundo semestre de 2016 tiveram os primeiros encaminhamentos.

A política pesqueira no Brasil tem seguido o rumo oposto ao que se institui no mundo. O estado precisa urgentemente sinalizar uma iniciativa clara e coerente para com as organizações ligadas a pesca artesanal. Embora desafios de representação ainda estejam presentes, tais organizações encontram-se hoje com uma pauta legítima e muito bem definida estruturada de discussão. Em 2016 aconteceu o “Seminário Nacional de Capacitação para a Implementação das DPA no Brasil” (Seminário DPA; Centro Cultural de Brasília – 13-17 de Julho de 2016, Brasília, Distrito Federal) que teve o objetivo de divulgar e estimular a discussão e aprendizados sobre valores, normas e princípios contidos nas DPA e viabilizar suporte para

sua implementação no Brasil. Sua apropriação, com perspectiva de autonomia, requer estimular espaços de formação e trocas de experiência para disseminar o conhecimento local, através de um amplo processo de participação e diálogos junto aos territórios pesqueiros. A Tabela II apresenta a relação entre os temas elencados nas DPA Brasileiras (Relatório “Pesca Vital” - Caixa 1), e o ODS No14, mostrando que a pesca e os pescadores possuem um grande papel na sua implementação.

O Seminário Brasileiro DPA reuniu cidadãos ligados com a pesca artesanal em uma agenda de planejamento intenso e colaborativo e, em meio a contínua crise política e institucional no país, foi capaz de definir metas importantes para a implementação das DPA no país. Para as DPA se tornarem um instrumento fundamental no Brasil, reformas no atual e complexo quadro jurídico e institucional para a pesca artesanal precisam ser levadas adiante, e há também uma necessidade urgente para que o Congresso ratifique dois acordos internacionais importantes, tais como a Organização Internacional do Trabalho - Convenção da OIT nº 188 e do acordo da FAO sobre a pesca ilegal. Os meios de subsistência dos pescadores artesanais estão atualmente ameaçados pela extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (desde Setembro de 2015) e pelas medidas tomadas pelo agora Presidente Michel Temer, trazendo maiores desafios para o diálogo entre os movimentos sociais e as estruturas governamentais.

O aumento nos ganhos econômicos pela pesca artesanal por meio de recursos e mercado requer uma gama de ações relacionadas com praticamente todos os temas propostos nas Diretrizes de Pesca Artesanal Brasileiras. Alguns exemplos mais prementes são:

- Medidas que promovem a governança responsável de territórios pesqueiros (tema 2A);
- Empoderamento das mulheres em todos os níveis da cadeia de valor (tema 5);
- Desenvolvimento de negócios sustentáveis (tema 4);
- Educação para o empoderamento e desenvolvimento comunitário (tema 3);

- Variados ajustes na legislação, conforme estão apontados no relatório Pesca Vital;
- Suporte para adaptações técnicas na cadeia do peixe para melhorar a homogeneidade na qualidade, segurança e práticas de manuseio, transporte e empacotamento para lidar com normas sanitárias e fitossanitárias rigorosas.

Tabela II: Relação entre as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável No 14 e as Diretrizes de Pesca Artesanal Brasileiras (X = forte; XX: muito forte).

ODS 14 VS DPA BRASIL	1 INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS	2A GOVERNANÇA DA POSSE	2B MANEJO PESQUEIRO	3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4 CADEIA DE VALOR	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 DESASTRES & CLIMA	7 COERÊNCIA POLÍTICA	8 INFORMAÇÃO & PESQUISA	9 CAPACITAÇÃO	10 IMPLEMENTAÇÃO & MONITORAMENTO
14.1			X				X	X			X
14.2		X	X	X			X	X		XX	X
14.3							XX		X		X
14.4		XX	XX						X	XX	X
14.5		XX	X	X	X			XX	XX	X	X
14.6			X	X	XX	X			X		X
14.7			XX	X				X	X		X
14.A					XX	XX	X			XX	X
14.B		XX	X	XX				X	X		X
14.C	XX						X				X

Meta 14c – Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar., que prevê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

ANÁLISE DA META 14C

A Zona Econômica Exclusiva Brasileira ocupa uma porção monumental do Atlântico, principalmente no hemisfério Sul. Assim, o país tem o

dever de liderar, junto com os demais países da América do Sul e da África, ações para a sustentabilidade dos ecossistemas oceânicos nas águas internacionais desta região. Descrevemos algumas das ações prioritárias sugeridas para iniciar a implementação da Agenda 2030:

- Renovar e fortalecer o apoio nas ações de proteção de cetáceos no âmbito da Comissão Baleeira Internacional, especialmente a criação de um santuário no Atlântico Sul para proteger as baleias;
- Liderança do Brasil nas negociações para a implementação de um acordo sobre a biodiversidade em águas internacionais (alto-mar) no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que se encontra em andamento;

- Fortalecer a presença e participação ativa do Brasil na Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), apoiando reformas para a internalização da abordagem ecossistêmica para a gestão das pescarias de atum e afins nesta organização;
- Apoiar pesquisas e iniciativas que busquem aprimorar a participação do Brasil nos próximos procedimentos de Avaliação Global do Oceano conduzidos pela ONU;
- Buscar a compatibilização das ações voltadas a ODS 14 com as diretrizes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Clima (Acordo de Paris);
- Buscar a compatibilização das ações voltadas a ODS 14 com as diretrizes do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030;
- Buscar a compatibilização das ações voltadas a ODS 14 com as diretrizes da Convenção de Diversidade Biológica, principalmente as metas de Aichi 4, 6, 10-11, 14-15 e 17-20 (e respectivo sistema de indicadores desenvolvido pelo Painel Brasileiro para a Biodiversidade - PainelBio), bem como apoiar as ações necessárias para o reconhecimento e implementação das Áreas de Significância Eco-

lógica e Biológica no Atlântico Sul;

- Divulgar e articular junto à sociedade brasileira o valor imensurável que as águas internacionais possuem como patrimônio para a humanidade, os riscos que tais áreas vêm sofrendo (ex., lixo marinho, pesca ilegal e não regulamentada, a caça de Baleias e a acidificação dos oceanos, entre outros) e iniciativas necessárias para sua governança;
- É preciso levar ao conhecimento da sociedade informações sobre a riqueza no fundo do mar e alguns ecossistemas únicos, como as fossas termais (descobertos em 1977), os bancos de algas calcárias ao largo da plataforma leste brasileira (banco de rodolitos) e os recifes sob a foz do Rio Amazonas, por exemplo. A sociedade brasileira precisa ter a oportunidade de conhecer e participar ativamente das discussões que estão em andamento sobre a exploração mineral do fundo do mar, o que não vem acontecendo infelizmente. Os cientistas brasileiros, por sua vez, precisam ter condições de estudar as águas oceânicas e internacionais, bem como se envolver no desenvolvimento instrumentos de governança com base ecossistêmica para toda a área do oceano Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brazilian Future Ocean Panel - PainelMar. Strategic Document - December 2016

Desafios à Adoção Da Abordagem Ecossistêmica Como Instrumento Jurídico Para A Gestão De Recursos Marinhos Na Zona Costeira Brasileira - Fernanda Castelo Branco Araujo.

Figueiredo, M. Objetivos do desenvolvimento sustentável e a conservação marinha no Brasil: A contribuição do direito ambiental. Florianópolis. 2016.

Kerr, R., Cotrim da Cunha, L., Souza, M. F. L. de and Peretti, 2012. A.: PESQUISA BRASILEIRA SOBRE A ACIDIFICAÇÃO DOS OCEANOS - BROA. [online] Available from: <http://joomla.furg.br/broa/images/doc/BROA.pdf>, 2012.

Kerr, R., da Cunha, L. C. and Ito, R. G.: 2nd Report of the Brazilian Ocean Acidification Research Group. [online] Available from: http://joomla.furg.br/broa/images/doc/II_relatorio_Broa_final.pdf, 2014.

Kerr, R., da Cunha, L. C., Kikuchi, R. K. P., Horta, P. A., Ito, R. G., Müller, M. N., Orselli, I. B. M., Lencina-Avila, J. M., de Orte, M. R., Sordo, L., Pinheiro, B. R., Bonou, F. K., Schubert, N., Bergstrom, E. and Copertino, M. S.: The Western South Atlantic Ocean in a High-CO2 World: Current Measurement Capabilities and Perspectives, *Environ. Manage.*, 57(3), 740–752, doi:10.1007/s00267-015-0630-x, 2016.

Ministério do Meio Ambiente (Ed.). Plano de Ação Federal para a Zona Costeira. 2016

Ouvidoria do Mar. 1o Autodiagnóstico das Redes Costeiras e Marinhas do Brasil: Nós e Redes pela Saúde do Oceano. Relatório Final. 114pp. 2016.

Portaria nº 150/2016, de 10 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dá outras providências.

Painel Brasileiro de Biodiversidade – Painel-Bio Arcabouço Conceitual para a Aplicação dos Indicadores para o Alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade e Metas de Aichi 2015.

Plano Plurianual 2012-2015. Brasília: Mp, 2012.

Pesca Vital: Traçando rumos para a implementação das Diretrizes Internacionais para a Pesca Artesanal no Brasil. 34pp. CIAPA 2016.

Ruffino, M.L. & Abdallah, P.R. 2016. Fisheries subsidies in Brazil in the century XX - statistics and discussion. In: 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016, Maceió. Desenvolvimento, território e biodiversidade. Maceió: Editora da UFAL, 2016. v. único.

OBJETIVO 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

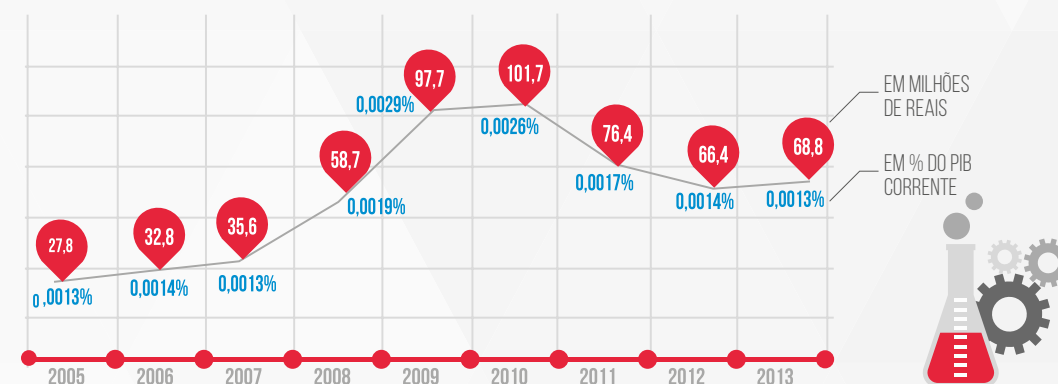
FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMO EXECUTIVO

Mobilização de recursos e parcerias são mecanismos fundamentais para a realização da Agenda 2030 a nível global. O ODS 17, neste sentido, detalha os meios de implementação e as condições necessárias à realização dos demais objetivos.

Além de, no âmbito nacional, ter que fazer com que a gestão pública e os diferentes setores da sociedade incorporem a Agenda 2030, o Brasil também tem o grande desafio de contribuir para seu avanço no âmbito internacional e para isso necessita fortalecer sua

DISPÊNDIOS DO GOVERNO FEDERAL COM A COOPERAÇÃO TÉCNICA (2005 - 2013) {EM MILHÕES DE REAIS E EM % DO PIB CORRENTE}



Fontes: ABC/MRE, Aisa/MS, Anvisa, CAIXA, Ceplac/Mapa, Conab, CPRM, DNPM, Embrapa, Enap, Esaf, Fio-cruz/MS, Ibama, Ibram, Inmet, Iphan, Midades, MDS, MME, MTE, MTur, SDH/PR e SVS/MS. Elaboração Ipea.

liderança regional e retomar o protagonismo nas relações sul-sul.

- No campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) o país atua, sobretudo, por meio de dispêndios com custeio de organismos internacionais, ajuda humanitária e operações de manutenção da paz e cooperação técnica, científica-tecnológica e educacional. Embora pareça uma ampla agenda, e a despeito da estruturação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os gastos em 2013, último ano com informação disponível, foram de R\$ 857,3 milhões, ou apenas 0,018% do Produto Interno Bruto (PIB). Destes, apenas cerca de um quarto foi destinado à cooperação técnica, científica-tecnológica e educacional, áreas que deveriam ser tratadas como estratégicas para impulsionar o desenvolvimento e contribuir com a capacitação para implantar planos nacionais de desenvol-

vimento sustentável em países em desenvolvimento.

- Por vezes, iniciativas de exportação de serviços, mais expressivamente aquelas de engenharia a cargo das grandes construtoras brasileiras, foram usadas para atestar o aumento dos investimentos em cooperação sul-sul. As limitações deste argumento ficam ainda mais evidentes no momento em que noticia-se o envolvimento de empresas brasileiras financiadas com recursos públicos em complexos esquemas de corrupção.

- Alguns setores se destacam como potenciais áreas de projeção do Brasil no cenário internacional. A Embrapa, por exemplo, tem importante papel no sentido de viabilizar projetos de cooperação técnica com países em diferentes estágios de evolução, podendo ser um centro de transferência de tecnologia que impulsiona

o desenvolvimento em outras regiões. Ainda no campo da difusão e compartilhamento de tecnologias, ainda não se avançou na criação de um banco de tecnologias sustentáveis no país, a despeito de iniciativas pontuais capacitadas por organizações da sociedade civil. O TFM – Mecanismo de Facilitação Tecnológica –, proposta defendida pelo Brasil na Agenda de Ação de Adis Abeba, tampouco está funcional no âmbito das Nações Unidas.

• O Brasil também tem grande oportunidade de cooperação no campo de mudanças climáticas, diante de seu potencial de geração de energia renovável e do caso de sucesso na redução do desmatamento durante os anos na segunda metade dos anos 2000. Se considerados programas sociais que tiraram milhões de pessoas da situação de pobreza extrema e contribuíram para redução da fome, tem-se um quadro potencial de liderança na agenda da sustentabilidade como

um todo. Todavia, os compromissos assumidos externamente encontram grande resistência de um quadro interno político retrógrado, com constantes ameaças a direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, ameaçando inclusive iniciativas passadas exitosas.

• Ao longo dos últimos anos, salvo por iniciativas em setores específicos, o país pouco explorou seu potencial de integração global. Os maiores esforços foram concentrados na abertura de mercados e de regras para o comércio no plano multilateral, no âmbito da OMC, e em acordos preferenciais com países em desenvolvimento. Enquanto isso, multiplicavam-se acordos preferenciais a nível global, diante dos impasses da Rodada de Doha.

• Como expoente deste isolamento, tem-se a posição protecionista do Brasil em relação às tarifas de importação, com uma complexa lista

Figura 8.

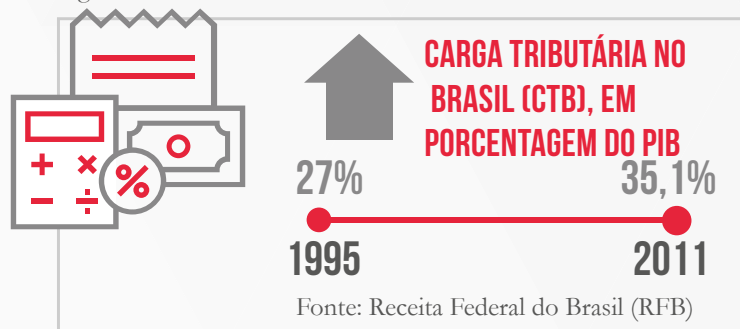


Figura 9.

ENTRE 1995 E 2012, CERCA DE **1/3** DO ORÇAMENTO PÚBLICO FOI ALOCADO PARA O PAGAMENTO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Figura 10.

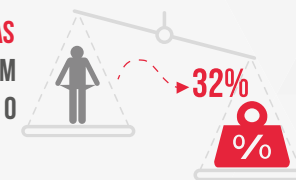
NO BRASIL, A CARGA TRIBUTÁRIA É ALTAMENTE REGRESSIVA – COM O PREDOMÍNIO DE 2/3 DE TRIBUTOS INDIRETOS. ISSO É O INVERSO DOS PAÍSES SOCIALMENTE MAIS DESENVOLVIDOS, ONDE OS MESMOS 2/3 DA ARRECAÇÃO ADVÊM DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA



Fonte: Ipea / OCDE

Figura 11.

ESTIMA-SE QUE **10% DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES DO BRASIL DESTINAM 32% DA RENDA DISPONÍVEL PARA O PAGAMENTO DE TRIBUTOS.**



ENQUANTO **10% DAS FAMÍLIAS MAIS RICAS GASTAM 21% DA RENDA EM TRIBUTOS**

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008/2009 - Ipea

de tributos que elevam a alíquota de produtos para até 70% do seu valor original. A entrada em vigor do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) é considerada positiva, porém insuficiente para reversão da tendência de queda do saldo da balança comercial e acentuada dependência da pauta de exportação em relação a produtos primários. A deterioração da balança comercial, aliada a outros fatores, como a baixa produtividade da indústria e o acúmulo de déficits fiscais, acarretou, por sua vez, no aumento substancial do endividamento do país e do serviço da dívida.

• Internamente, a crise fiscal soma-se a questões estruturais que limitam a mobilização de recursos para alcançar as metas da Agenda 2030, tais como um sistema tributário regressivo, que penaliza trabalho e consumo desproporcionalmente à riqueza e movimentos de capital. Ou seja, a carga fiscal fica proporcionalmente maior

sobre os mais pobres, acarretando uma política de concentração de riqueza. E se considerarmos o mal-uso dos recursos públicos, o retorno dos serviços para o esforço empregado debilita o sistema. Cortes e medidas de austeridade deterioram ainda mais a qualidade e não reduz a sangria do baixo retorno no investimento público.

• O momento econômico e político também se reflete nos institutos de coleta de dados públicos. Não há integração entre os diversos bancos de dados existentes. Os recentes cortes de orçamento e redução de capacidade operacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos e índices econômicos, colocando em risco a principal fonte de dados oficiais para avaliação dos avanços nas metas delineadas pela Agenda 2030.

• Este vácuo de governança reforça o impor-

tante e desafiador espaço de atuação das organizações da sociedade civil que, inclusive, apenas em 2016 viram entrar em vigor o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC –, que cria alicerces para a regulação do relacionamento entre o Estado e as organizações sociais, nas formações de parcerias e convocações de editais.

- Neste sentido, é fundamental destacar os exercícios de cooperação política da sociedade civil organizada também no campo das relações internacionais, compondo coletivos globais de monitoramento das resoluções, agendas de ação, declarações e comunicados dos organismos de governança multilateral no contexto da

RECOMENDAÇÕES:

- Aumentar os esforços de cooperação sul-sul em áreas de potencial de cooperação, com foco também na inovação e aumento da produtividade nacional.

- Garantir transparência e prestação de contas sobre os acordos de cooperação estabelecidos pelo Brasil.

- Alinhar os instrumentos de planejamento da gestão pública, como, por exemplo, os Planos Plurianuais, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Assumir papel de liderança na implantação do Acordo de Paris a nível regional, alinhando as políticas internas aos compromissos assumidos.

- Garantir a soberania, transparência e os princípios de sustentabilidade nos processos de integração do país às cadeias globais e

geopolítica diplomática. No Brasil, é possível afirmar que são as organizações da sociedade civil que se posicionam como força mais progressiva para o equilíbrio no desenho, planejamento e implementação de ações eficientes rumo ao desenvolvimento sustentável.

- Por outro lado, observa-se a falta de prioridade ao adequado, efetivo e transparente funcionamento de instâncias colegiadas encarregadas de políticas públicas nos campos social, econômico e ambiental, e notadamente, daquelas associadas ao cumprimento de acordos internacionais firmados pelo Brasil.

regionais de valor e estabelecer acordos alinhados aos direitos humanos e ao desenvolvimento socialmente justo, economicamente inclusivo e ambientalmente responsável.

- Implementar reforma que promova a justiça tributária, com simplificação, transparência e neutralidade, sob os princípios da progressividade, garantindo assim a mobilização dos recursos necessários para alcançar as metas da Agenda 2030.

- Fortalecer os processos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, norteados pelo Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Resgatar, fortalecer e valorizar metodologias participativas como os Fóruns DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), os Núcleos Territoriais para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os processos de Agenda 21 local.

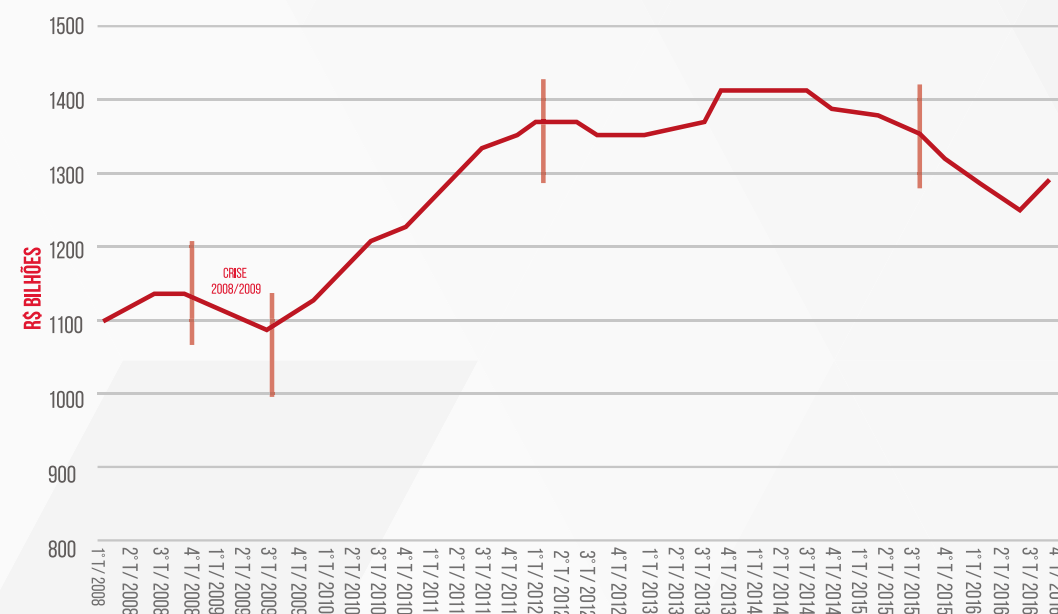
ANÁLISE COMPLETA DAS METAS GLOBAIS – ODS 17

Meta 17.1 – Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

O Brasil registrou redução significativa de arrecadação pública a partir de 2012, em decorrência da desaceleração da economia do país e posterior recessão econômica. Isto acarretou em um aumento substancial do endividamento e um forte desequilíbrio macroeconômico. Não houve introdução de propostas de novas fontes de arrecadação, porém em janeiro de 2016 houve um aumento significativo da alíquota do IOF sobre transações cambiais para 1,1%. Apesar

do IOF representar um percentual reduzido no montante de arrecadação (2,7% do total), mostra um caminho para buscar fontes de recursos no sistema financeiro, para além da tributação exagerada sobre produção e consumo (28,8%, sem contar Previdência). Apesar de queda geral na arrecadação de 2015 a 2016, a CIDE dos combustíveis, um tributo sobre carbono, cresceu 61,3%, como mostra tabela ao lado.

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES PERÍODO: JANEIRO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2016 (A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)



ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - IPCA)
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	JAN-DEZ/16 (A)	JAN-DEZ/15 (B)	DIFERENÇAS	
			(A)-(B)	(A)-(B)%
COFINS/MS-PASEP	263.698	283.204	(19.506)	(6,89)
I. IMPORTAÇÃO / IPI-VINCULADO	45.809	61.944	(16.135)	(26,05)
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	389.212	403.309	(14.097)	(3,50)
IDF	34.324	38.423	(4.100)	(10,67)
IPI (EXCETO VINCULADO)	32.073	36.007	(3.934)	(10,93)
IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	24.906	26.797	(1.892)	(7,06)
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	101.679	103.439	(1.760)	(1,70)
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	10.324	11.502	(1.177)	(10,24)
IRPF	31.111	31.566	(455)	(1,44)
CIDE-COMBUSTÍVEIS	5.809	3.607	2.202	61,03
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	60.120	57.777	2.343	4,06
IRPJ/CSLL	212.757	195.088	17.669	9,06
DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	77.490	68.121	9.369	13,75
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	1.289.312	1.320.785	(31.473)	(2,38)

Entre 2005 e 2014, a carga tributária total no Brasil foi de cerca de 33% do PIB, próxima à média dos países da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a despeito de uma série de desonerações promovidas pelo Governo Federal como medidas anticíclicas de enfrentamento à crise econômica internacional de 2008, em parte compensadas pela expansão da massa salarial no período. Por vezes, porém, estes benefícios foram direcionados a atividades de alta externalidade negativa ambiental.

Ainda mais grave é o impacto da tributação sobre as diferentes classes sociais. Estudos do Ipea demonstram que o Brasil apresenta con-

dição muito favorável às famílias de alta renda. Os tributos incidentes sobre a propriedade, por exemplo, representam apenas 1,2% do arrecadado no país, ante 1,8% da média na OCDE. A carga brasileira sobre rendas, lucros e ganhos de capital responde só por 6,9% do total, contra 11,5% na média da OCDE⁸⁰. Há ainda um grande impacto de um sistema tributário regressivo, com carga sobre bens e serviços equivalente a 15,7% do total arrecadado, ante 10,9% na média da OCDE, corroborando com a permanência das desigualdades sociais. É, portanto, fundamental que seja realizada uma reforma que promova a justiça tributária, com simplificação, transparência e neutralidade na direção de um sistema progressivo.

⁸⁰ http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2117.pdf

Meta 17.2 – Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a considerarem definir uma meta para prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo

Embora a presente meta refira-se mais especificamente aos países desenvolvidos, o Brasil, como uma liderança entre as economias emergentes, também tem importante papel a desempenhar no âmbito da cooperação Sul-Sul e triangular.

Entre 2005 e 2013, a cooperação brasileira esteve presente em todos os continentes, totalizando gastos da ordem de R\$ 8,0 bilhões (equivalentes a US\$ 4,1 bilhão), destacando-se a prevalência de dispêndios com organismos internacionais (54,5%)⁸¹. O Brasil procurou assumir papel de destaque no contexto do desenvolvimento internacional, inclusive propondo medidas para o fortalecimento da Agência

Brasileira de Cooperação (ABC), que em 2017 comemora seus trinta anos de criação.

Ainda que os números apresentados sejam relevantes, o Brasil é primordialmente um país receptor da cooperação internacional. A troca de experiências e o uso da máquina pública instalada, com seus funcionários e instituições, é o instrumento primordial da contribuição do país para o desenvolvimento internacional.

Um obstáculo passa pela ausência de legislação para emissão de divisas monetárias públicas do Brasil para outros países. Há necessidade da elaboração de um Projeto de Lei para que isso passe a ocorrer. Os recursos do gráfico são colaborações a entidades nacionais.

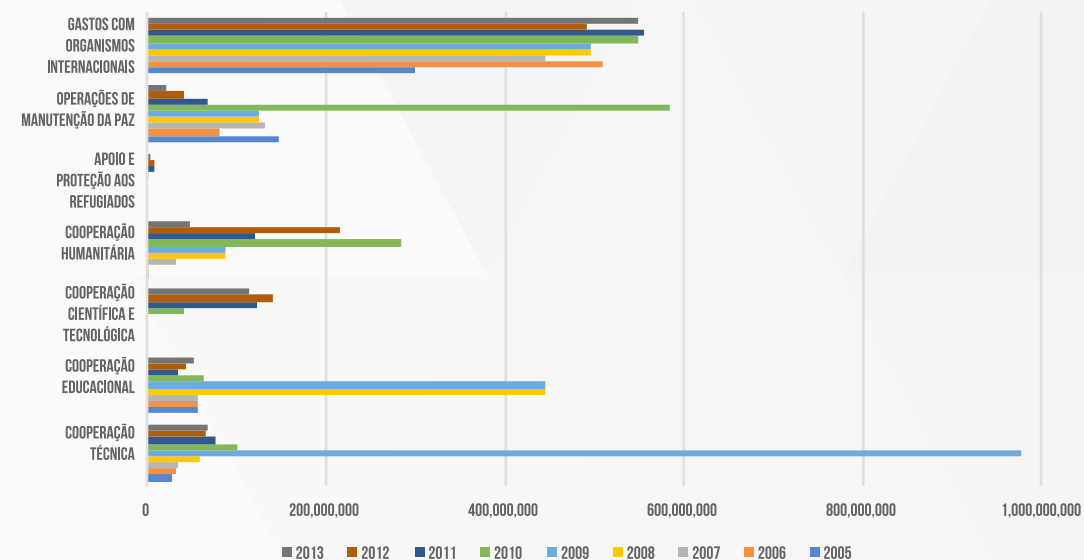
⁸¹ http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161017_livro_cobradi_2011_2013.pdf

Meta 17.3 – Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

Os valores dedicados à atuação brasileira no campo da CID cumprem múltiplas funções, envolvendo cooperação técnica, compromissos com organismos internacionais e ajuda humanitária, entre outras categorias. No centro desta estratégia, está a ABC, criada em 1987, à qual compete, segundo o art. 41 do Decreto no 7.304/2010, “planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento

em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações.” Os gastos, porém, vão além do orçamento da ABC, sob alçada do Ministério de Relações Exteriores (MRE), passando também pela cooperação direta entre órgãos da administração pública com o ambiente internacional como o BNDES e a Embrapa.

GASTOS DO GOVERNO BRASILEIRO COM A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL 1A - 2005 - 2013



Fonte: IPEA(2010;2013); ABC/MRE; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); AEB; Aisa/MS; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); CAIXA; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação (MEC); Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome)/MRE; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq/MCTI); Conab; Comitê Nacional dos Refugiados/Ministério da Justiça (Conare/MJ); CPRM; DCE/MME; DNPM/MME; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Enap; Esaf; Fiocruz; Ibama; Ibram; Inmet; Ipea; Iphan; MCidades; MCTI; MDS; MME; MPA; MPS; MTE; MTur; Sain/MF; SDH/PR; Seain/MP; SESu/MEC; e Secretaria de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde (SVS/MS).

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹No período 2005-2009, os dados referentes à cooperação científica e tecnológica foram inseridos na modalidade cooperação técnica.

Cabe destacar que recursos muito mais vultuosos foram desembolsados pelo BNDES para financiamento de exportação de serviços de engenharia de empresas brasileiras realizados em diversos países em desenvolvimento, caracterizando assim um apoio ao desenvolvimento e à mobilização de recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento dessas localidades, conforme apresentado na Meta 9a. O valor declarado destas operações chegou a R\$ 50,5 bilhões entre 2005 e 2014, cujas operações estão sob auditoria do Tribunal de Contas da União.

Depois de constatar ter realizado em-

préstimos para a exportação de bens e serviços para obras que teriam envolvido atividades ilícitas, o BNDES divulgou em outubro novos critérios para aprovar os financiamentos. Passaram a contar na viabilidade do projeto a “avaliação do financiamento global do projeto”, “os impactos positivos para a economia brasileira” e a assinatura de um termo de compliance.

O BNDES afirma que suspendeu em maio do ano passado 25 dos 47 contratos da sua carteira de financiamentos no exterior, que somam US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões já foram desembolsados.

Meta 17.4 – Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

PERCENTUAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO À EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

	Juros da Dívida Pública	Exportações	Razão	Juros da Dívida Pública
2015	R\$ 368 bilhões	R\$ 630 bilhões	58%	R\$ 2,76 trilhões
2016	R\$ 330 bilhões	R\$ 611 bilhões	54%	R\$3,11 trilhões (+11,4%)

O dispêndio público com amortização e refinanciamento da dívida tem crescido lentamente nos últimos dez anos como porcentagem dos gastos públicos, em torno de 30%, estando em cerca de 8% os gastos com juros e encargos relativos à mesma. O que corresponde a mais de 40% do orçamento geral da União. A arrecadação tem declinado nos últimos anos por conta da desaceleração que ocorre na economia do país, e foram propostas medidas de austeridade, aliadas a uma reforma na previdência e ao estabelecimento de um teto para os gastos públicos. Os elevados gastos com a dívida pública têm comprometido a capacidade de investimentos do país, podendo representar um grande entrave à capacidade do país de cumprimento das metas estipuladas no âmbito da Agenda 2030.

Em relação à CID, o Brasil contribui para redução da dívida de países de menor

desenvolvimento sobretudo através de contribuições a fundos multilaterais de desenvolvimento. As contribuições realizadas entre 2011-2013 referem-se principalmente à Associação Internacional de Desenvolvimento – 45,9% – seguida pelo Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, pelo Fundo de Operações Especiais (FOE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo Fundo Africano de Desenvolvimento e pelo Fundo Sul-Sul de Cooperação⁸². Deve ser destacado o papel da AID para alívio do peso da dívida externa sobre países de menor desenvolvimento relativo, mediante a Iniciativa para países Pobres Altamente Endividados (Heavily Indebted Poor Countries – HIPC) e a Iniciativa Multilateral para Alívio da Dívida (Multilateral Debt Relief Initiative – MDRI), bem como dos demais fundos.

Meta 17.5 – Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) promove projetos de cooperação técnica em diversos setores, com um grande volume junto com a Embrapa na área de agricultura e segurança alimentar, além de outros como refletidos em diversas metas deste objetivo. No entanto, as iniciativas da Embrapa se pautam por mode-

los presos ao pacotes de sementes modificadas, adaptadas para certos fertilizantes e defensivos agrícolas que não necessariamente correspondem a métodos sustentáveis de desenvolvimento agroecológico que devem ser mais incentivados nas iniciativas de cooperação nessa área.

Meta 17.6 – Melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global

⁸² http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161017_livro_cobradi_2011_2013.pdf

ASSINATURAS DE INTERNET FIXA DE BANDA LARGA POR 100.000 HABITANTES

Percentual %	BANDA LARGA FIXA					Conexão móvel via modem ou chip 3G ou 4G
	TOTAL Banda Larga Fixa	Conexão via cabo de TV ou fibra ótica	Conexão DSL, via linha telefônica, que não deixa a linha ocupada durante o uso	Conexão via sinal de rádio	Conexão via sinal de satélite	
TOTAL	68	24	26	11	8	22

O indicador disponível para a meta é reducionista e não esgota as questões acerca da mesma. Assim, é importante avaliar as diferentes iniciativas do poder público brasileiro para compartilhamento de tecnologias com outros países, sobretudo aqueles de menor desenvolvimento relativo.

Há diversas iniciativas visando ao compartilhamento e facilitação no acesso à ciência, tecnologia e inovação. A Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), por exemplo, desenvolve, desde 2010, o programa de Cooperação Internacional em Inovação. O programa convida empresas brasileiras a formarem parcerias com empresas estrangeiras para elaborar proposta de cooperação em pesquisa e desenvolvimento que resulte no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços direcionados à comercialização no mercado doméstico e/ou global. A proposta deverá demonstrar equilíbrio adequado na participação dos parceiros industriais dos dois países, com complementaridade entre as empresas e contribuições de ambos os lados para a pesquisa⁸³.

O Brasil, através da Fundação Oswaldo Cruz e da Anvisa, tem importante convênio na área de identificação na farmacopeia e equivalência de substâncias químicas. Isto significa a possibilidade de comércio de fármacos e outras substâncias para a produção de medicamentos.

A própria Constituição Federal, em seu art. 218, § 7º, determina que “o Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tec-

nologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput”, quais sejam: a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, estando a cargo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) dita atribuição.

Importante atividade de cooperação também ocorre no campo educacional, por meio da concessão de bolsas de estudo e oferta de vagas em instituições de ensino no país e estrangeiros. Em sua execução, as iniciativas são lideradas pelo Ministério da Educação (MEC) – em especial por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) –, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTI) – mediante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio de sua Divisão de Temas Educacionais – DCE1.

A tabela 32 demonstra os valores gastos de 2011 a 2013 com a cooperação científica e tecnológica, com destaque à Agência Espacial Brasileira (AEB), cujos valores referem-se ao desenvolvimento de satélites. Uma das características destes investimentos é que, muitas vezes, estes recursos são investidos como contrapartida em projetos internacionais conjuntos para o desenvolvimento tecnológico, como no caso da Embrapa, que mantém laboratórios virtuais na Europa e nos Estados Unidos, e investe em projetos de segurança alimentar na África.

Meta 17.7 – Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

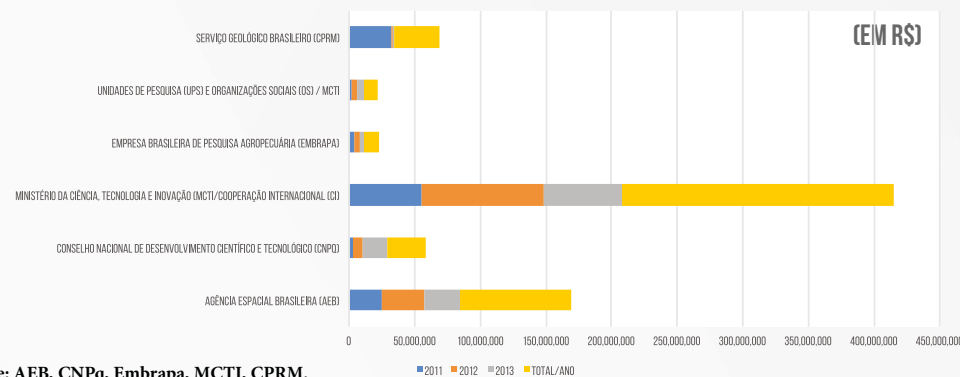
O Mecanismo de Facilitação Tecnológica – TFM, em inglês –, criado sob incentivo particular do Brasil durante as negociações para a III Conferência FfD, ainda não foi implementado em sua parte prática. Reuniões aconteceram, mas nem sequer o Banco de Dados de experiências e tecnologias foi lançado. Últimas notícias do II Fórum STI indica que o compromisso segue firme mas dificuldades apareceram ao longo do caminho e consenso está difícil de alcançar.

Enquanto isso no Brasil, por iniciativas de organizações da sociedade civil, disponibilizam Bancos de Dados de experiências como o Mapa de Tecnologias da Articulação do Semiárido – ASA Brasil – ou Banco de Práticas

Alternativas do ISER e Abong, que apesar de primários, rudimentares e não integrados, indica a intenção de integrar o conhecimento sobre formas de cooperação técnica e comunicação.

Outras iniciativas de desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento se dão no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, através de mecanismos como o da cooperação técnica. Um grande exemplo desta atuação é a área agrícola, através da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – com intermediação da

DISPÊNDIOS DO GOVERNO COM A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (2011-2013)



Fonte: AEB, CNPq, Embrapa, MCTI, CPRM.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os dados referentes a 2001-2013 foram obtidos junto às organizações citadas.

Nota: ¹Dispêndios com ações identificadas no orçamento do MCTI como “cooperação internacional”.

²Dispêndios das UPS e os com a cooperação internacional realizados com recursos de seu orçamento.

ABC. Dois projetos se destacam entre oito em andamento: O Cotton 4 + Togo, também em parceria com a ABC, em Benin, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo, na área de algodão; e o Pro-Savana em Moçambique, em triangulação com

o Japão.

De 2011 a 2015, através de uma triangulação entre ABC, USAID e Moçambique, foi implementado o Projeto de Segurança Alimentar. A execução por parte do Brasil coube à

⁸³ <http://cooperacaointernacional.mdic.gov.br/content/162/>

Embrapa, tendo como co-executoras nos EUA a Universidade da Flórida e a Universidade Estadual de Michigan e em Moçambique o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

Também destaca a cooperação técnica na fabricação farmacêutica com a Argentina no combate à dengue, no projeto de construção de uma farmacopeia regional, e técnica de me-

Meta 17.8 – Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação

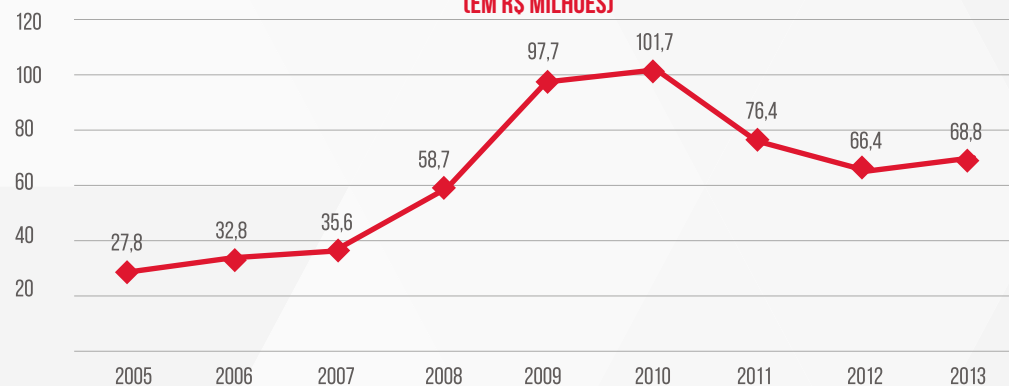
No campo da comunicação, é importante observar as disparidades com a qual se dá não só na evolução nos diferentes países, mas também regionalmente dentro de cada nação. No Brasil, cerca de 44% da população nunca acessou a internet. Migrando para a zona rural, este indicador sobe para 57%, isto é, mais da metade das pessoas afirma jamais ter utilizado a Internet.

Mesmo assim, 55% da população em geral tem acesso à Internet. Em 2015 corres-

pondia a 96,4 milhões de pessoas. O número de municípios que ofereciam algum tipo de conexão Wi-Fi pública no Brasil cresceu 83,2% entre 2012 e 2014. Entretanto, eram poucas as cidades que ofereciam o serviço. Em 2014, 1.457 cidades do país – 26,2% – tinham alguma conexão gratuita neste modelo, contra 795 municípios em 2012, o equivalente a 14,3%. Em 62,4% dos municípios o serviço era oferecido apenas em alguns bairros da área urbana e apenas 79 cidades disseram prover Wi-Fi em toda a sua extensão.

pondia a 96,4 milhões de pessoas. O número de municípios que ofereciam algum tipo de conexão Wi-Fi pública no Brasil cresceu 83,2% entre 2012 e 2014. Entretanto, eram poucas as cidades que ofereciam o serviço. Em 2014, 1.457 cidades do país – 26,2% – tinham alguma conexão gratuita neste modelo, contra 795 municípios em 2012, o equivalente a 14,3%. Em 62,4% dos municípios o serviço era oferecido apenas em alguns bairros da área urbana e apenas 79 cidades disseram prover Wi-Fi em toda a sua extensão.

DISPÊNDIOS DO GOVERNO FEDERAL COM A COOPERAÇÃO TÉCNICA (2005-2013) (EM R\$ MILHÕES)



FONTES: ABC/MRE, AISA/MS, ANVISA, CAIXA, CEPLAC/MAPA, CONAB, CPRM, DNPM, EMBRAPA, ENAP, ESAF, FIOCRUZ/MS, IBAMA, IBRAM, INMET, IPEA, IPHAN, MCIDADES, MDS, MME, MPA, MPS, MTUR, SDH/PR E SVS/MS. ELABORAÇÃO: IPEA.

PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS USUÁRIOS DE INTERNET C1 - PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ ACESSARAM A INTERNET PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO

PERCENTUAL		SIM	NÃO
TOTAL		66	34
ÁREA	URBANA	70	30
	RURAL	43	57

Meta 17.9 – Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

A maior parte dos valores investidos em cooperação técnica foi direcionada a países em desenvolvimento. O maior beneficiário destes recursos foi Moçambique, sobretudo no campo da pesquisa agropecuária. Na sequência, os países com maior fluxo de cooperação técnica brasileira foram São Tomé e Príncipe, Timor-Leste,

Guiné-Bissau e El Salvador. A composição dos países receptores da cooperação brasileira demonstram claramente o foco dado em países em desenvolvimento, muito embora também tenham sido desenvolvidas atividades, em menor escala, com países como França, Itália e Estados Unidos.

Meta 17.10 – Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

Há dificuldade para encontrar as alíquotas de importação por setores. De uma maneira geral, exceto pelo TEC (Tarifa Externa Comum) entre os países do Mercosul, toda importação obedece uma alíquota de 50% do valor do produto, calculado sobre a incidência de sete tributos: Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o PIS/PASEP e Cofins, Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFR-MM), CIDE Combustíveis, ICMS (varia por

estado) e Taxa de Utilização do Siscomex. A definição do tributo é feita com base no Acordo de Valoração Aduaneira, criada pelo GATT e implementada pela OMC. Em 2015 e 2016 o Brasil tinha a maior tarifa sobre importação num grupo de 25 países que inclui, China, África do Sul, México, Argentina e Nigéria.

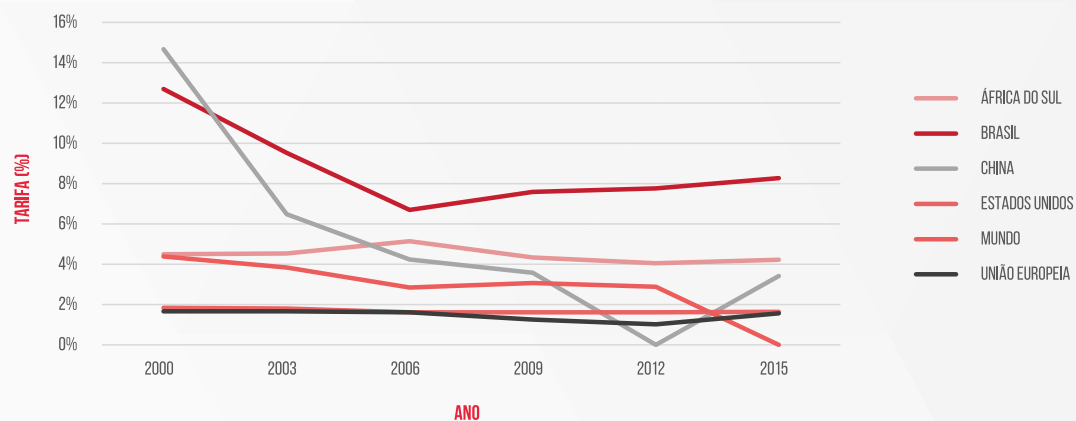
Após a criação do MERCOSUL e com o enfraquecimento das discussões em torno da rodada de Doha, o Brasil continuou tendo uma posição mais conservadora em relação a

acordos de livre comércio e bilaterais como um todo, ao contrário da tendência entre outros países desde o início dos anos noventa. Atualmente, o Brasil participa de três acordos de livre-comércio, estando mais dois em processo de ratificação e todos por intermédio do MERCOSUL.

Uma das maiores preocupações brasileiras relativas ao estabelecimento do livre-comércio é a possibilidade de desindustrialização, embora a produção industrial já registre queda

na atividade contínua há três anos, conforme apresentado quando abordado o ODS 9. Outros países em desenvolvimento estabeleceram laços comerciais por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, inclusive países da América do Sul, com resultados positivos. Em 2015, sendo assinado o Tratado Transpacífico de Comércio Livre (TPP, sigla em inglês), aumentou a pressão para que o país busque outras vias de facilitação de comércio global.

TARIFA MÉDIA DE IMPORTAÇÃO APLICADA (PONDERADA)



Meta 17.11 – Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020

As exportações brasileiras, que desde 1997 vinham crescendo em relação ao ano anterior (exceto por 1998, 1999 e 2009), a partir de 2012 iniciou uma série negativa que já dura cinco anos: 2012 -5,26%; 2013 -0,22%; 2014 -7%; 2015 -15,09% e 2016 com -3,09%⁸⁴.

A principal pauta de exportação do Brasil são produtos semimanufaturados: açúcar em bruto, produtos semimanufaturados de ferro/aço, celulose, óleo de soja em bruto, ouro em formas semimanufaturadas, ferro-ligas. Depois aparecem os produtos básicos: soja em grão, minério de fer-

⁸⁴ Ministério da Fazenda, Secretaria do Comércio Exterior.

ro, petróleo em bruto, café em grão, farelo de soja; e manufaturados – automóveis de passageiros, aviões, açúcar refinado, veículos de carga, tubos flexíveis de ferro ou aço, óleos combustíveis.

O setor automotivo ainda não se recuperou de seu pico de unidades em 2007 (585,6 mil). Em 2016 alcançou 488,8 mil. O destaque positivo está em aviões, com crescimento sucessivo nos últimos três anos, com baixa volatilidade de

vendas no total e aumento de demanda⁸⁵.

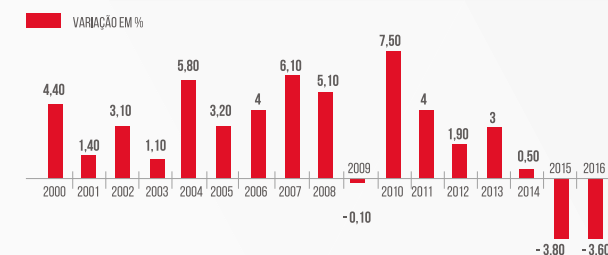
Os principais importadores de produtos brasileiros, principalmente os agrícolas e florestais são: Estados Unidos, China, Rússia, Países Baixos, Alemanha e Japão. Por regiões, no entanto, Ásia (ASEAN), União Europeia e América do Sul estão à frente da América do Norte e África. Destaque para quedas sucessivas no comércio com o Mercosul a partir de 2014.

Meta 17.12 – Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

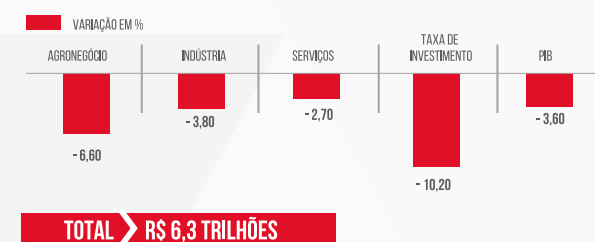
As questões pertinentes a esta meta já foram abordadas na Meta 17.11.

Meta 17.13 – Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

PIB DO BRASIL



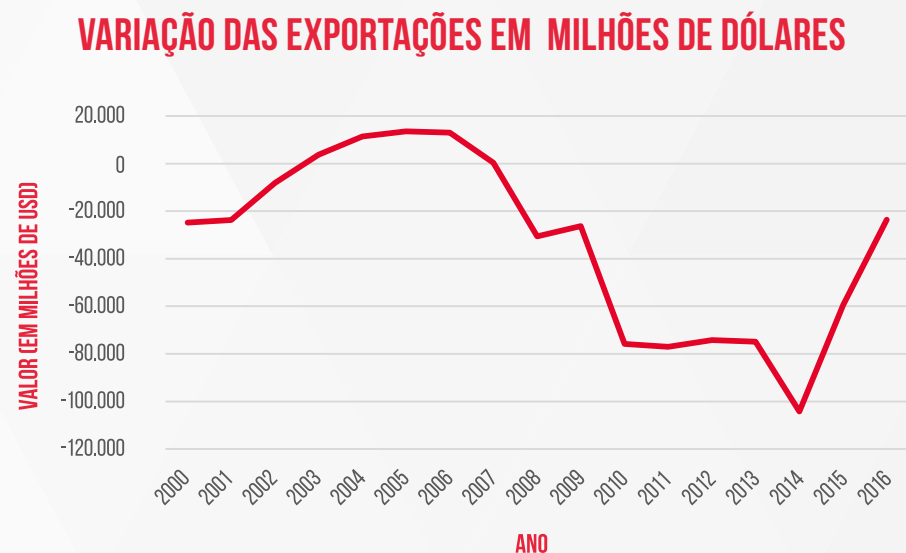
PIB POR SETOR - 2016



⁸⁵ Ministério da Fazenda, Secretaria do Comércio Exterior.

O Brasil está atravessando uma longa recessão econômica, com um elevado déficit fiscal que elevou o endividamento do país. O desajuste macroeconômico se acentuou com a queda nas exportações e desequilíbrio no balanço de pagamentos ao longo dos últimos nove anos (negativo a partir de 2008), com um aumento de endividamento associado à redução do PIB de forma acelerada.

Fonte: IBGE



Meta 17.14 – Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

O Brasil é signatário dos principais acordos globais pelo desenvolvimento sustentável, porém ainda não consegue traduzir estes compromissos em medidas vinculantes no âmbito interno. A forte agenda conservadora predominante do Congresso Nacional é um grande desafio a ser superado.

Exemplos disso são: (i) o ataque às unidades de conservação da natureza; (ii) a ameaça constante de perdas de direitos dos direitos de populações indígenas, incluindo as demarcações de terras; (iii) o desmonte da lei do licenciamento ambiental; (iv) os retrocessos nas questões de gênero, como retira da discussão sobre o tema e os direitos das pessoas LGBTI do Plano Básico de Educação, entre outras.

No campo das mudanças climáticas,

onde o país poderia ter um papel de liderança, a retomada do crescimento do desmatamento e a mudança no perfil do setor energético impactam consideravelmente a capacidade de o país cumprir seus compromissos. A recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa, compromisso assumido na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) acordada durante a Conferência das Partes em Paris, ainda não saiu do papel.

Ou seja, por muitos caminhos que se olha, há uma avassaladora agenda de retrocessos, que responde a um grupo específico da sociedade, de alto poder aquisitivo e que concentra a maioria das cadeiras no parlamento nacional. O momento demanda forte articulação das organizações da sociedade civil.

Meta 17.15 – Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

O Brasil é um país soberano, mas há um histórico de apropriação do Estado por governos que desmontam programas e projetos colocados em andamento por governos anteriores, a partir de readequação do orçamento e desvios de função dos recursos aplicados, gerando baixo retorno no financiamento público a médio e longo prazo – obras inacabadas, projetos sociais e educacionais interrompidos, precariedade na saúde pública etc. Isto é contraproducente ao desenvolvimento sustentável como mecanismos para a erradicação da pobreza, que no caso brasileiro passa por uma redução substancial da desigualdade. Para tal é necessário eficiência na aplicação dos recursos, sempre escassos nas áreas de maior necessidade.

O Programa Bolsa Família em 2010 tinha um orçamento de BR\$ 14 bilhões, em 2013 passou para BR\$ 24 bilhões, em 2014 e 2015 estacionou em BR\$ 25 bilhões, em 2016 BR\$ 25.9 e em 2017 está previsto no orçamento BR\$ 29.7 bilhões. Depois de catorze anos de comemorado sucesso de um programa de transferência de renda condicionada para as famílias mais pobres, tentando quebrar o ciclo da pobreza extrema, seus valores de no máximo BR\$ 176 e no mínimo BR\$ 36 por criança até 17 anos por família, não implica em uma contribuição substancial diante de seu percentual frente ao salário mínimo de BR\$ 937 (18% se tomada contribuição máxima) ou 6% da renda per capita mensal de BR\$ 2900. E menos da metade do custo da cesta básica mensal (em torno de BR\$ 430).

Mesmo assim a importância de programas de transferência de renda condicional, como o Bolsa Família, é uma contribuição inegável a caminho da implementação de um Programa de Renda Mínima condicionada univer-

sal de proteção social.

Meta 17.16 – Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

Não há um local virtual centralizado ou integrado (Banco de Dados) em que sejam catalogadas experiências e conhecimento, tampouco pontes para mobilização de recursos ou apoio para projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. Os esforços da sociedade civil são tímidos, porém importantes, como relatados na meta 17.8.

O conhecimento acadêmico está fechado em silos compartimentalizados. A Universidade pouco chega à sociedade como fonte de inovação e comunicação de conhecimento em construção. O acesso ao conhecimento acadêmico é restrito.

Há uma rede social acadêmica mundial, a Academia.edu, com participação voluntária pessoal, sem ligação com qualquer instituição universitária. Porém há também uma rede universitária mundial que abriga os trabalhos depositados pelas instituições acadêmicas, a Scielo.

Meta 17.17 – Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas

Parcerias público privadas para obras de infraestrutura e administração de funções públicas tem avançado como modelo econômico no Brasil.

No entanto, passados dez anos desde o início da experiência na área de saúde pública, os resultados têm sido no mínimo ineficientes, em alguns casos, e noutros chegam a ser desastrosos.

Em Pernambuco, hospitais administrados por uma fundação privada, o IMIP, tem um custo por leito/ano mais do que o dobro do custo do leito/ano dos hospitais administrados pelo estado. A qualidade do serviço tampouco é diferenciadamente melhor, em alguns casos, inclusive com os mesmos problemas de falta de insumos e medicamentos reportados por usuários⁸⁶.

Administração de lixo, de serviços de saneamento e água, e transporte público também

Meta 17.18 – Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

O Brasil tem dois institutos nacionais de pesquisa econômica, geográfica, estatística e social. O IBGE é o órgão oficial que, entre outras atividades, é responsável pelo censo do país. O IPEA, um instituto de estudos avançados em economia, responsável por pensar estrategicamente o país a partir de evidências econômicas.

No entanto, iniciando o trabalho de coleta de dados do país a partir de suas duas fontes principais de informação e evidência matemática, deparamo-nos com a disponibilidade de informações, em muitos casos, obsoletas. No IPEA DATA os estudos sociais por amostragem ainda são do século passado.

A interface de ambos bancos de dados (big data?) são também dos anos noventa.

passaram a ser administrados em PPP por consórcios privados, com repasses de recursos públicos através de contratos selados, gerando brechas para desvios de recursos e afins.

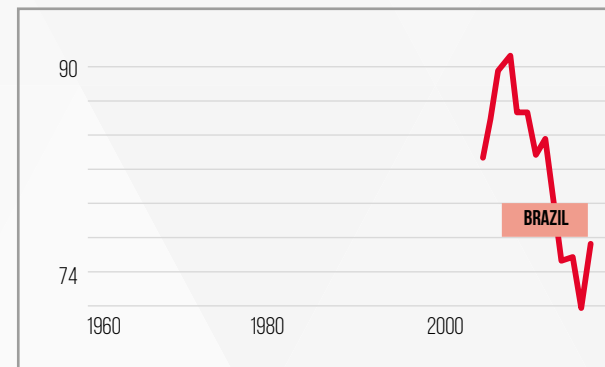
Por outro lado, o Congresso Nacional transformou em lei o MROSC – Marco Regulatório para as Organizações Sociais – que regula a relação entre organizações não governamentais de cunho social e/ou ambientais e o Governo Federal, e os governos sub-nacionais e municipais – ainda está aguardando regularização, a Bahia foi o primeiro estado a adequar sua legislação. Esta lei tem o poder de amadurecer o processo de parceria e regulamenta a formatação de editais de fomento para as organizações sociais atuarem na implementação dos ODS.

Os dados novos são compartimentalizados em blocos isolados, não integrando uma rede de mineração de dados, mas apenas apresentação.

Conclusão, apesar do Brasil ter potencial tecnológico e recursos financeiros e humanos para operacionalizar a coleta e análise de dados, ainda não há direção coordenada no esforço de adequar a coleta de dados sociais e econômicos do país de acordo com as diretrizes da Agenda 2030, sem alcançarem o ritmo necessário para criar impacto para o planejamento de implementação dos ODS. [Indicadores sociais são de 2014 e 2013. Pesquisa sobre indústria de Tecnologia da Informação é de 2009.]

Segundo o Banco Mundial o Brasil decaiu em sua capacidade estatística nos últimos

NÍVEL DE CAPACIDADE ESTADÍSTICA



anos, iniciando uma melhora a partir de 2016.

Há uma concentração muito forte em coletar os dados econômicos para os índices indexadores do país que são usados para medir a inflação e reajustar preços e salários.

Meta 17.19 – Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento

O Brasil realiza o censo populacional a cada dez anos. De cinco em cinco anos realiza o PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, porém os dados neste momento estão obsoletos, ainda são referentes a 2013, ou seja, quatro anos de atraso.

O DataSUS, banco de dados do Ministério da Saúde, está com informação compilada somente até 2010. Diante disso, as informações recentes e desagregadas sobre a saúde no Brasil são de difícil acesso.

O orçamento do IBGE tem sofrido cortes. Em 2016 houve redução do orçamento do Censo Agropecuário de R\$ 330,8 milhões para R\$ 266,9 milhões, o que inviabilizou o censo que seria realizado em 2017. A LOA não especifica o orçamento do IBGE. No relatório anual especifica um repasse de BR\$ 2 bilhões do Ministério do Planejamento para o Instituto.

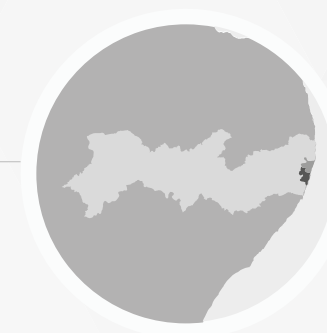
⁸⁶ Estudo não publicado apresentado ao Conselho de Saúde de Pernambuco produzido pelo GT Ativismo da Gestos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Relatórios dos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda; Secretaria de Comércio Exterior; Ministério das Relações Exteriores; Tesouro Nacional do Brasil; Receita Federal; Agência Brasileira para a Cooperação; Embrapa; BNDES. Bancos de dados do IBGE e IPEA.

ESTUDO DE CASO

O DESAFIO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ODS NO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE)



RECIFE

COMPLEXO INDUSTRIAL
PORTUÁRIO GOVERNADOR
GERALDO GUEIROS –
SUAPE
(EMPRESA DE CAPITAL
MISTO ADMINISTRADA
PELO GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO)

13.500 HECTARES

RESUMO EXECUTIVO

A 40km do Recife, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, cerca de 6.800 famílias de agricultores e pescadores artesanais⁸⁷ vêm sofrendo sistemáticas investidas contra seus territórios em virtude da instalação do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE (empresa de capital misto administra-

da pelo Governo do Estado de Pernambuco) em uma área de 13.500 hectares, onde populações viviam, há gerações, em estreita relação de interdependência com o meio ambiente.

Elevada à “menina dos olhos” do estado de Pernambuco, sua implementação se intensificou na década de 90 e tomou proporções

⁸⁷ Dado obtido por meio de levantamento da própria empresa no ano de 2009. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/Portaria/regulamento_exploracao_porto_SUAPE_2016.pdf>. Acesso em 10 de março 2017. Não há conhecimento de levantamentos anteriores, embora se saiba que as expulsões iniciaram-se anos antes, indicando que o número original de famílias residentes na área era bem maior.

gigantescas a partir do ano 2000, com a modernização e ampliação do Complexo. Estima-se que o deslocamento de mão-de-obra para trabalhar nas obras temporárias do empreendimento foi de cerca de 40 mil pessoas, vindas de todo o Brasil. Todos os impactos negativos ao meio ambiente e à vida das comunidades nativas da região, bem como os impactos indiretos provenientes do inchaço populacional repentino eram legitimadas pela promessa de progresso e geração de emprego e renda.

O território onde o empreendimento está instalado é uma área de estuários, caracterizando-se por ser originalmente uma região coberta de mangue e entrecortada por rios que se conectavam entre si. Ao longo da costa, extensos cordões de recifes estabeleciam uma conectividade natural com os manguezais, o que fazia com que essa região tivesse uma enorme abundância de peixes, gerando uma rica fonte de renda e de alimentação para uma vasta população de pescadores artesanais. Também os Engenhos, área tradicionalmente ocupadas por comunidades de agricultores familiares, serviam como uma rica fonte de renda e de alimentação para quem trabalhava na terra plantando alimentos.

A instalação do Complexo Industrial Portuário - Suape na região acarretou, contudo, drásticas transformações no ambiente, que repercutiram e continuam a repercutir gravemente sobre os modos de vida tradicionais das comunidades que viviam e vivem na região, afetando os seus direitos à moradia, à alimentação, à água, à saúde, ao trabalho, à locomoção e a um meio ecologicamente equilibrado. Observa-se que não por acaso a escolha do local para a instalação do empreendimento recaiu sobre uma região tradi-

cionalmente habitada por comunidades negras e com menor acesso à educação formal, evidenciando um racismo institucional por parte do Estado, que compreende essas comunidades como facilmente descartáveis de seus territórios.

A implementação e a ampliação do Complexo ensejou o despejo em massa dessas populações locais, que tiveram vários direitos e a própria dignidade ferida. A política de reassentamento aplicada pela empresa às expulsões mais recentes, ademais, mostra-se inadequada à luz das normativas sobre o tema, tendo em vista que não foi realizada qualquer consulta prévia às populações deslocadas e que as famílias rurais – agricultoras e pescadoras artesanais, que têm seus modos de vida específicos – serão realocadas para unidades habitacionais de 40 m², em área urbana, distante do mangue e do mar, e desprovidas de áreas agricultáveis, inviabilizando por completo a continuidade dos seus modos tradicionais.

As famílias remanescentes, por sua vez, têm convivido com constantes abusos por parte de “seguranças” da empresa para deixarem as suas terras, chegando a ser ameaçadas e impedidas de plantar e de fazer pequenas reformas em suas casas. Comunidades pesqueiras também relatam que têm sido impedidas de ter acesso às áreas em que tradicionalmente pescavam, inclusive aos mangues, mediante ameaças e intimidações feitas por essa vigilância armada, que chega ao ponto de roubar os materiais e produtos da pesca daqueles/as que tentam acessar o território.

O caso de Suape mostra-se, portanto, como uma situação de violação sistemática de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA).

ANÁLISE COMPLETA

Suape é um caso emblemático que evidencia a não internalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU na agenda de ações do Estado brasileiro. Percebemos, em verdade, o oposto. A postura do Estado vem chocando-se frontalmente com esses objetivos.

O fato de o Complexo Industrial e Portuário de Suape ser uma empresa de economia mista, da qual o estado de Pernambuco detém o

1. DO EMPOBRECIMENTO E VULNERABILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AFETADA: NÃO OBSERVÂNCIA DO ODS 1

O acesso que as comunidades do entorno de Suape tinham aos recursos naturais em seus ofícios tradicionalmente exercidos, seja na pesca artesanal, seja na agricultura familiar e na coleta de frutos, possibilitava-lhes garantir a alimentação familiar, além de uma renda com a venda dos produtos nas feiras locais. Com a degradação e a apropriação desses recursos por parte do Complexo Industrial Portuário e das empresas nele instaladas, bem como em face das posturas autoritárias que interferem nos direitos dessas populações ao uso e usufruto da terra, as comunidades

controlam, e de contar com inúmeros recursos federais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento PAC⁸⁸ escancara a responsabilidade do Estado pelas violações observadas no território.

A seguir, detalharemos de que forma os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm sido sistematicamente negligenciados e afrontados no território onde hoje está instalado o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape.

vêm sofrendo um processo de empobrecimento e vulnerabilização

Ao privar as famílias de seus territórios e de exercerem suas atividades tradicionais, o empreendimento está criando centenas de pobres, na contramão do compromisso substancializado no 1º dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consistente em acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Expulsas da terra de onde tiravam o sustento, e recebendo indenizações de valor irrisório, muitas dessas famílias acabam sendo obrigadas pelas circunstâncias a viver de aluguel em pequenas casas nas periferias das cidades, vivendo todo tipo de privação. As que ainda resistem vêm sendo impedidas de plantar e de acessar os territórios pesqueiros, o que aniquila suas possibilidades de sustento.

⁸⁸ De acordo com os dados divulgados no site do PAC, os recursos repassados diretamente ao Complexo Industrial Portuário e os repassados à Petrobrás para instalação de infra-estrutura petroleira no Complexo chega a pelo menos R\$47.297.502.000,00. Fonte: <<http://www.pac.gov.br>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

2. DO GRAVE IMPACTO SOBRE A SEGURANÇA E A SOBERANIA ALIMENTAR: NÃO OBSERVÂNCIA DO ODS 2

A falta de uma política de reassentamento adequada, que respeite e viabilize a perpetuação dos ofícios tradicionais das famílias expulsas, e o impedimento promovido pela empresa de que as famílias plantem e acessem os seus territórios pesqueiros e de coletas de frutos também impactam fortemente na segurança e soberania alimentar dessas comunidades.

Tanto as famílias que já foram expulsas como as que ainda resistem no território estão se vendo obrigadas a ter que comprar alimentos, uma vez que a pesca, a agricultura e a coleta de frutos estão sendo obstadas pela empresa. Essas famílias saíram de uma realidade que chamavam de “barriga cheia”, em que obtinham alimentos diretamente da natureza, e com fartura, para uma realidade de fome, uma vez que a renda que hoje auferem não lhes possibilita comprar alimentos suficientes e adequados.

Ademais, tendo em vista que a alimentação faz parte do arcabouço cultural de um povo, podemos afirmar que a realidade imposta às comunidades, hoje, fere também a sua soberania alimentar. Segundo o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), garantir a soberania alimentar dos povos tradicionais importa em respeitar as formas tradicionais de produção e consumo de alimentos⁸⁹.

Essas ações também contradizem o compromisso assumido pelo Brasil perante a

ONU consistente em acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (objetivo n.º 2). Segundo o subitem 2.3., até 2030, a meta é dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente dos agricultores familiares, pescadores e outros povos tradicionais, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra. O que se tem observado em Suape, no entanto, é a cada vez maior concentração fundiária mediante a expulsão sistemática de um grande número de posseiros, além do impedimento de acesso aos territórios pesqueiros.

Da mesma forma que o subitem 2.3., o subitem 2.4. estabelece uma meta para a qual as ações do Estado brasileiro não vêm sendo direcionadas, consistente em, até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas que ajudem a manter os ecossistemas. A realidade de Suape, contudo, como já mencionado, consiste na expulsão de comunidades que exerciam atividades sustentáveis e que preservavam o meio ambiente há gerações para implementação de empreendimentos altamente poluentes e degradadores.

Para caminhar no sentido dos dois objetivos referidos, é preciso que sejam reconhecidos os direitos dos camponeses/posseiros sobre a terra, decorrentes do estado de posse que exercem há muitos anos, direitos esses que a sociedade de economia mista controlada pelo estado de Pernambuco vem violando mediante turbação e outros atos ilícitos, que chegam, inclusive, a constituir ilícitos penais (como ameaças, danos à lavoura, destruição de casas e cercas e outras benfeitorias), sob o pretexto de ser a titular do direito de propriedade das terras.

3. DOS IMPACTOS NEGATIVOS AO MEIO AMBIENTE: A NÃO OBSERVÂNCIA DOS ODS 3 E 14

Um outro compromisso assumido pelo Estado brasileiro diz respeito a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (objetivo n.º 3). No caso de Suape, a saúde e o bem-estar das comunidades envolvidas estão sendo diretamente afetados pelas expulsões. A forma como vêm sendo feitas, em desconformidade com várias normativas sobre o tema, e envolvendo, inclusive, a atuação truculenta de seguranças armados, tem gerado um rastro de traumas e problemas psicológicos em muitos homens, mulheres, crianças e idosos. Há relatos de suicídios, de graves quadros de depressão e de alcoolismo. Afora isso, uma liderança local encontra-se, hoje, protegida pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, ligado à Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco, em virtude da situação de ameaça em que se encontra no território.

Quando se fala em bem-estar e saúde deve-se, também, incluir o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que vem sendo desrespeitado a partir da intensa degradação ambiental observada na área. A instalação de diversos empreendimentos no complexo (a exemplo da Refinaria Abreu e Lima, do polo petroquímico, dos estaleiros e do próprio Porto de Suape, dentre outros empreendimentos) ocasionou um profundo impacto ambiental negativo, de diversas naturezas.

No que diz respeito aos riscos da indústria petroquímica, tem-se que o refino de pe-

tróleo é uma das atividades humanas de maior potencial poluidor, podendo trazer sérios danos ao ambiente e à saúde humana. A refinaria, ao mesmo tempo em que consome uma grande quantidade de água e de energia, produz grandes quantidades de efluentes líquidos, libera diversos gases nocivos na atmosfera e produz resíduos sólidos de difícil tratamento e disposição.

Percebe-se, nos últimos anos, uma transformação negativa dos aspectos relativos à saúde das pessoas que trabalham ou vivem nas diversas comunidades do território de Suape, a exemplo dos problemas respiratórios devido à poluição atmosférica causada pelas indústrias. Há vários relatos de moradores no sentido de acordarem à noite sufocados com a poeira (cinza) produzida pela refinaria.

No que diz respeito à contaminação hídrica pelos dejetos industriais, tem-se que o riacho Algodóais é o curso d'água mais poluído do território, por ser o que mais recebe efluentes de indústrias instaladas no Complexo. Ele percorre 10 km até desaguar no Rio Massangana, que, por sua vez, deságua no mar. Muitas comunidades cortadas pelo riacho Algodóais utilizavam-no para as suas necessidades básicas, inclusive para pescar e beber água. No entanto, após a instalação de indústrias que passaram a lançar nele seus efluentes líquidos não tratados, o riacho Algodóais ficou completamente degradado. Estudos⁹⁰ feitos a partir da análise da água coletada desse curso d'água revelaram a presença de contaminante emergentes, que, embora se apresentem em baixas concentrações, são compostos orgânicos carcinogênicos e mutagênicos, e possuem alta persistência e toxicidade, sendo portanto extremamente nocivos para os seres vivos em geral.

⁸⁹ Notícia: Consea defende soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2014/consea-defende-soberania-alimentar-de-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em 30 de abril de 2017

⁹⁰ SOUZA, Danielle Pires de. Avaliação de Contaminantes Emergentes do tipo HPA no Riacho Algodóais Suape-PE, e Tratamento via Processo Oxidativo Avançado. Recife, 2012. 102 f.: Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Tecnologia e Geociências.

Em março de 2017 completaram-se dois anos desde que o Governo do Estado de Pernambuco lançou um Decreto que instituiu um programa para recuperação do riacho Algodoais⁹¹. Nesses dois anos que se passaram, contudo, nenhuma providência foi realizada no sentido de efetivamente promover a sua revitalização.

Outro fator degradante do meio ambiente tem sido as atividades de dragagem e derrocagem para a aprofundamento do canal de acesso externo ao porto (a fim de viabilizar o acesso de navios petroleiros), e a supressão de mangue para a construção do Estaleiro Pro-mar e para a abertura dos canais de navegação. Tais obras acarretaram a supressão definitiva de extensas áreas de manguezal e de recifes: dois ecossistemas de fundamental importância para a reprodução dos diversos organismos aquáticos e que possuem entre si uma importante e íntima conectividade, na medida em que várias espécies de peixes migram de um ecossistema para o outro, utilizando os estuários e manguezais em seu estágio juvenil e as formações coralíneas sobre os recifes na fase adulta. Com isso, houve danos irreversíveis, gerando uma drástica e abrupta diminuição da produção pesqueira da região (no mínimo 50%, segundo os pescadores), cujos níveis permanecem críticos até os dias atuais.

Além disso, desde a década de 80 existem registros científicos⁹² que mencionam o processo de degradação acentuado do mangue-

zal que acompanhou a implantação do Porto. Além da supressão direta de mangue para a instalação de empreendimentos, menciona-se que, em decorrência das obras de aterros, dragagens e represamentos, que eliminaram a ligação natural entre os rios e contato desses (principalmente o Merepe e o Ipojuca) com o mar, houve uma alteração drástica na hidrodinâmica da região, o que fez com que cerca de 600 hectares de área de manguezal fossem devastados, ao arripio de qualquer estudo profundo de impacto ambiental que contemplasse medidas compensatórias⁹³.

A partir dos anos 2000, com a ampliação e modernização do Complexo, observa-se a continuação do processo de degradação ambiental na região, só que agora com amplo respaldo legislativo. De 1997 a 2010 foram aprovadas e sancionadas oito leis estaduais⁹⁴ autorizando a supressão de áreas de preservação permanente (APP), dentre restingas, manguezais e mata atlântica, para dar lugar ao Complexo Industrial Portuário de Suape. O quantitativo de supressão autorizado somou 912,3431 hectares; desses, 554,3561 hectares são de mangue⁹⁵.

Essa situação choca-se, também, com o objetivo n.º 14, que fala da conservação e do uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Se um meio ambiente sadio é um direito difuso e fundamental a todos os seres humanos, para comunidades tradicionais do en-

torno, que vivem numa relação mais estreita e de simbiose com o meio e seus bens naturais, a degradação é sentida com muito mais intensidade. A poluição hídrica, sonora e atmosférica, bem como a degradação ambiental de outras naturezas, ocasionadas a partir de atividades de determinadas indústrias alteram a qualidade de vida das populações e causam o adoecimento dos moradores da área. Esses contextos insalubres geram, portanto, uma vulnerabilização das populações que estão no território afetado pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape.

O que se vê, em Suape, é que essa devastação não contou com medidas compensatórias e mitigadoras adequadas e previamente construídas junto às populações locais atingidas. A responsabilidade estatal fica ainda mais em evidência quando se observa que muitas dessas atividades que causaram um grande impacto socioambiental foram licenciadas pelo órgão ambiental com base em estudos insuficientes, que não levaram em consideração os impactos sobre essas comunidades locais.

O Complexo Industrial Portuário, bem como o órgão ambiental estadual (CPRH), chegaram a ser acionados judicialmente pelo Ministério Público em dois momentos em virtude dos impactos ambientais negativos. Em 2010, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual ingressaram com uma Ação Civil Pública⁹⁶ na Justiça Federal, cobrando a execução de medidas compensatórias ambientais e a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) atualizado – o único existente é do ano de 2000. A Ação ensejou o firmamento de um acordo extrajudicial, no qual o Complexo se

obrigou a executar atividades de reflorestamento e implementação de Unidades de Conservação na área de sua influência. A implementação dessas medidas, em que pese terem sido cumpridas somente após a judicialização da situação e a constatação de um imenso passivo ambiental até então ignorado, é propagandeada pelo empreendimento como uma de suas medidas de responsabilidade socioambiental.

No ano seguinte, o Ministério Público Federal ingressou novamente com uma Ação Civil Pública⁹⁷ contra o Complexo Industrial Portuário de Suape e a CPRH com o objetivo de obrigar o empreendimento a adotar medidas compensatórias, mitigatórias e reparadoras no tocante às atividades de dragagem e derrocagem e de obrigar o órgão ambiental estadual a somente licenciar futuras atividades mediante a apresentação de estudos detalhados que constem a previsão de medidas de compensação e mitigação adequadas, voltadas às comunidades pesqueiras impactadas. A referida Ação Civil Pública foi sentenciada em outubro de 2016 e condenou os demandados a executar uma série de medidas, dentre elas a recuperação do estoque pesqueiro.

A obrigação de exigir medidas de compensação ambiental, bem como de estudos de impacto ambiental é do órgão ambiental responsável pelo licenciamento das atividades (no caso, a CPRH). O que se percebe, no entanto, é que não tem havido um controle prévio, simultâneo nem posterior por parte do órgão responsável em relação às atividades desempenhadas pelo empreendimento. Percebe-se, também, que não

⁹¹ Decreto estadual n.º 41.573, de 24 de março de 2015.

⁹² Braga, R. A. P.; Moura, H. F. & Duarte, M. T. 1989. Impactos ambientais sobre a estrutura do manguezal de Suape. Apud Koenig ML, Eskinazi-Leça E, Neumann-Leitão S; Macêdo SJ. Impactos da construção do porto de Suape sobre a comunidade fitoplantônica no estuário do rio Ipojuca (Pernambuco-Brasil). Acta Botanica Brasílica 2002; 16(4): 407-420.

⁹³ Tavares PF, Coelho Junior C. Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental; Salvador (Bahia); 2013.

⁹⁴ Leis Estaduais n.º 13.637/2008, n.º 13.557/2008, n.º 11.517/ 1997, n.º 12.508/2003, n.º 13.285/2007, n.º 14.046/2010, n.º 15.574/2015 e n.º 15.685/2015.

⁹⁵ Tavares PF, Coelho Junior C. Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental; Salvador (Bahia); 2013.

⁹⁶ Processo n.º 0010033-53.2010.4.05.8300, em trâmite na 35.ª Vara da Subseção Judiciária do Cabo de Santo Agostinho/PE.

⁹⁷ Processo n.º 0005552-13.2011.4.05.8300, em trâmite na 35.ª Vara da Subseção Judiciária do Cabo de Santo Agostinho/PE.

faz parte da agenda de responsabilidade socioambiental do empreendimento promover uma atuação proativa nesse sentido, precisando sempre ser acionado pelos órgãos de controle externo do Estado, como o Ministério Público.

Um ecossistema não se restringe apenas à biodiversidade de flora e fauna, mas a uma sociobiodiversidade, em que as comunidades tradicionais são um fator imprescindível para a manutenção das interações biológicas e colaboram ativamente para a preservação do meio. Assumir uma postura condizente com o disposto nos objetivos n.os 3 e 14, impõe, portanto, resguardar a manutenção das comunidades em seus territórios. Ademais, é fundamental escutar essas populações atingidas, para, em seguida, analisar quais danos são reversíveis, a fim de revertê-los, ou, na impossibilidade de fazê-lo, executar medidas reparatórias adequadas. É fundamental também que o órgão ambiental estadual (CPRH) assumira uma postura mais criteriosa no licenciamento de atividades potencialmente degradantes e uma postura mais ativa no tocante à fiscalização das atividades desempenhadas pelo Complexo e pelos empreendimentos nele instalados.

4. DOS IMPACTOS NEGATIVOS QUE ATINGIRAM MAIS AS MULHERES: NÃO OBSERVÂNCIA NO ODS 5

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas é também um dos objetivos de desenvolvimento sustentável que o Brasil se comprometeu a atingir (objetivo n.º 5). No entanto, quando analisamos a situação das mulheres atingidas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape, nota-se que elas são as que mais sofrem com os impactos socioambientais, muito em função das tarefas que lhes são convencionalmente atribuídas em função da divisão sexual do trabalho, cabendo-lhes atividades como coleta de crustáceos e moluscos no mangue e em croas, para que não se ausentem por dias (como geralmente é necessário na pesca em alto mar) e possam dar conta das incumbências ligadas ao cuidado do lar e da família, que predominantemente recaem sobre as mulheres.

Esse tipo de pesca exercido pelas marisqueiras, como são chamadas, além de ser menos valorizado do ponto de vista econômico e de gerar obstáculos no reconhecimento da atividade profissional, acarreta doenças às mulheres pescadoras, porque, acoradas dentro d'água, ficam mais expostas à contaminação hídrica relacionada ao despejo de efluentes industriais líquidos não tratados e aos sedimentos tóxicos das dragagens, contraindo doenças dermatológicas e ginecológicas. Não há, contudo, uma suficiente visibilidade quanto a esses impactos específicos

sobre as mulheres pescadoras (as doenças adquiridas no trabalho), havendo necessidade, inclusive, de uma melhor preparação por parte dos profissionais de saúde para o trato dessa questão, que também vai na contramão do objetivo n.º 3.

As mulheres também foram especialmente afetadas pela vinda de um grande contingente de homens, de todas as partes do Brasil, para serem empregados nas obras de instalação das indústrias do Complexo. A falta de estrutura para absorver o intenso fluxo populacional também trouxe um incremento nos índices de violência. Segundo o Mapa da Violência de 2016⁹⁸, Pernambuco alcançou o patamar de 10º estado brasileiro com maior taxa de homicídio, estando muito acima da média nacional. Segundo o relatório publicado, uma das justificativas para o aumento da criminalidade em localidades como Pernambuco foi o surgimento de novos polos de desenvolvimento, como o Complexo Industrial Portuário de Suape⁹⁹. Segundo o mesmo documento, o município do Cabo de Santo Agostinho, onde está instalada a maior parte do empreendimento, passou a ser o mais violento de Pernambuco e o 49º do Brasil.

Esse aumento do índice de violência afetou principalmente mulheres, crianças e adolescentes, como é denunciado por organizações que trabalham com a temática na região¹⁰⁰. A chegada de mais de 40 mil homens de diversas localidades do país para trabalhar nas obras de instalação do empreendimento provocou um significativo aumento da prostituição, da exploração sexual, de estupros e de gravidezes preco-

ces em crianças e adolescentes. As implicações na saúde dessas mulheres são também evidentes, com o aumento dos casos de DSTs e AIDS.

5. DA IRRESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: A NÃO OBSERVÂNCIA DOS ODS 9 E 17

O Complexo Industrial Portuário de Suape costuma ser propagandeado como um exemplo de sustentabilidade, obtendo diversos prêmios e “selos verdes”. Percebemos, no entanto, que existe um grande fosso entre o que é veiculado pela mídia e a realidade no território afetado. O que se observa na região é a instalação de empreendimentos sem qualquer consulta à população local e sem a execução de medidas mitigadoras e compensatórias de caráter social e ambiental adequadas, o que se choca com o objetivo n.º 9, de promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável.

Em que pese todos esses impactos fossem previsíveis, não houve por parte do Complexo Industrial e Portuário de Suape qualquer preocupação a respeito dos severos impactos que as suas atividades acarretariam às populações do entorno, no sentido de buscar minimizá-los por meio de consultas às famílias afetadas ou de informar-lhes adequadamente a gravidade com que eles as atingiriam. A empresa falhou gravemente, portanto, na transparência da informação e no planejamento sobre como implementar de maneira mais eficaz as ações de prevenção e de

⁹⁸ Mapa da Violência 2016. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em 30 de abril de 2017.

⁹⁹ Mapa da Violência 2016. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em 30 de abril de 2017.

¹⁰⁰ Action Aid. Linha de Base Campanha Cidades Seguras para as Mulheres. Disponível em http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/linha_de_base_webv.pdf. p. 8.

Idem, ibidem.

mitigação à altura dos impactos que seriam causados, desconsiderando as comunidades locais.

De modo geral, para implementar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo Estado brasileiro, faz-se necessário fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, que é o conteúdo do objetivo n.º 17. No que diz respeito à meta 17.14, consistente em aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, podemos citar como um exemplo que vai na sua contramão o fato de o Estado dos Países Baixos financiar, por meio de suas Agências de Exportação de Crédito, uma empresa holandesa privada que explora as atividades de dragagem no território de Suape, apesar de aquele Estado ter assinado o Acordo

RECOMENDAÇÃO:

- Além do Complexo Industrial Portuário, as empresas multinacionais nele instaladas devem respeitar as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no que diz respeito à corresponsabili-

de Paris, comprometendo-se a diminuir gradativamente o financiamento para as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do petróleo (que mais contribui para o aumento da temperatura global e conseqüentemente para as mudanças climáticas).

É importante que, além do Complexo Industrial Portuário, as empresas multinacionais que estejam instaladas nele respeitem as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no que diz respeito à corresponsabilidade corporativa, e se somem ativamente na execução de medidas compensatórias, mitigadoras e reparatórias em relação aos impactos negativos dos empreendimentos na população local e no meio ambiente.

dade corporativa, e devem garantir a execução de medidas compensatórias, mitigadoras e reparatórias em relação aos impactos negativos dos empreendimentos na população local e no meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Action Aid. Linha de Base Campanha Cidades Seguras para as Mulheres. Disponível em http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/linha_de_base_webv.pdf. p. 8. Acesso em 02 de maio de 2017.

Brasil. Consea defende soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2014/consea-defende-soberania-alimentar-de-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape. Regulamento de Exploração do Porto de Suape. http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/Portaria/regulamento_exploracao_porto_SUAPE_2016.pdf Acesso em 1º de maio 2017

Governo Federal. Pacote de Aceleração do Crescimento. <http://www.pac.gov.br>. Acesso em 30 de abril de 2017.

Justiça Federal. 35ª Vara da subseção do Cabo de Santo Agostinho. Ação Civil Pública nº 0010033-53.2010.4.05.8300. Ministério Público Federal e Ministério Público de Pernambuco vs. CPRH, Governo do Estado de Pernambuco, Complexo Industrial Portuário de Suape, Ibama. Instaurada em 23 de julho de 2010.

Justiça Federal. 35ª Vara da subseção do Cabo de Santo Agostinho. Ação Civil Pública nº 0005552-13.2011.4.05.8300. Ministério Público Federal vs. CPRH e Complexo Industrial Portuário de Suape. Instaurada em 11 de abril de 2011.

Koenig ML, Eskinazi-Leça E, Neumann-Leitão S; Macêdo SJ. Impactos da construção do porto de Suape sobre a comunidade fitoplantônica no estuário do rio Ipojuca (Pernambuco-Brasil). Acta Botanica Brasilica 2002; 16(4): 407-420.

Mapa da Violência 2016. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. p. 26. Acesso em 02 de maio de 2017.

Pernambuco. Decreto estadual n.º 41.573, de 24 de março de 2015.

Souza DP. Avaliação de Contaminantes Emergentes do tipo HPA no Riacho Algodão Suape-PE, e Tratamento via Processo Oxidativo Avançado. Recife, 2012. 102 f.: Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Tecnologia e Geociências.

Tavares PF, Coelho Junior C. Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental; Salvador (Bahia); 2013.

 **OBJETIVOS** DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Organizações que assinam essa publicação



Patrocínio:

